

Legal Guide

第二版 · 2026 年

Maurício Lindenmeyer Barbieri
Shang Huang

BARBIERI ADVOGADOS

www.barbieriadogados.com

Legal Guide — Manual de Direito Brasileiro

巴西法律手册

AUTORES · 作者

Maurício Lindenmeyer Barbieri

Shang Chun Huang · 黄尚骏

EDIÇÕES · 版次

1ª edição · 2012 · Editora Cidadela (第一版 · 2012 年 · Cidadela 出版社)

Texto em mandarim, com aparato em português

2ª edição · 2026 · Barbieri Advogados (第二版 · 2026 年 · Barbieri 律师事务所)

Reescrita integral · Texto em mandarim, com aparato em português

PUBLICAÇÃO · 出版

Barbieri Advogados — Sociedade de Advogados

OAB/RS nº 0516 · CNPJ 01.463.002/0001-80

Sede: Praça da Alfândega, 12, 12º e 13º andares, Centro Histórico, 90010-150,
Porto Alegre, RS, Brasil

www.barbieriadvogados.com · contato@barbieriadvogados.com

DIREITOS AUTORAIS · 版权

© 2026 Barbieri Advogados. Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio sem autorização prévia e escrita dos autores ou da Barbieri Advogados.

© 2026 Barbieri 律师事务所版权所有。未经作者或事务所事先书面授权，不得以任何形式复制或传播本书的任何部分。

AVISO · 声明

Esta obra tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. As informações refletem o estado da legislação e da prática vigentes até fevereiro de 2026 e não substituem assessoria jurídica profissional em casos concretos.

本书内容仅供参考，不构成法律意见。所载信息反映截至 2026 年 2 月的现行立法和实务状态，不可替代针对具体案件的专业法律咨询。

PREFÁCIO I · VERSÃO EM PORTUGUÊS

Nota da Segunda Edição

A primeira edição deste guia foi publicada em 2012 sob o título *Legal Guide: Manual de Direito Brasileiro*, pela Editora Cidadela, em mandarim, com aparato em português.

Desde então, o quadro jurídico brasileiro passou por transformações substanciais que tornaram necessária uma revisão integral da obra: a promulgação do Código de Processo Civil de 2015, a reforma trabalhista de 2017, a Lei Geral de Proteção de Dados de 2018, a nova Lei de Licitações de 2021, a aprovação da Reforma Tributária de 2023, entre outras alterações legislativas de impacto direto sobre o investidor estrangeiro.

Esta segunda edição não é uma atualização pontual da primeira — é uma reescrita completa, estruturada em quatorze capítulos, elaborada a partir da experiência acumulada de três décadas de prática forense no Brasil e da inserção internacional dos seus autores.

A linguagem foi aprimorada para atender ao perfil do leitor contemporâneo: executivos e juristas chineses com elevada sofisticação técnica, que buscam compreender não apenas o que diz a lei brasileira, mas como ela opera na prática.

Os Autores

序言 · 中文版

第二版说明

本指南第一版于 2012 年出版，书名为《法律指南：巴西法律手册》，由 Cidadela 出版社出版，正文为普通话，附葡萄牙语对照材料。

此后，巴西法律框架经历了重大变革，使得对本书进行全面修订成为必要：2015 年《民事诉讼法典》的颁布、2017 年劳动法改革、2018 年《通用数据保护法》、2021 年新《招标法》、2023 年税制改革获批，以及其他直接影响外国投资者的立法变动。

第二版并非对第一版的局部更新，而是一次完整的重写，全书共分十四章，以作者们三十年巴西司法实践积累的经验及其国际背景为基础编撰而成。

本书语言经过精心打磨，以满足当代读者的需求：具备高度专业素养的中国 高管和法律人士，他们不仅希望了解巴西法律的条文规定，更希望理解法律 在实践中的运作方式。

作者

PREFÁCIO II · VERSÃO EM PORTUGUÊS

Nota dos Autores

Este guia nasce de uma premissa simples: o investidor chinês que opera no Brasil merece informação jurídica precisa, atual e ancorada na realidade do sistema — não na versão idealizada que os textos legais costumam apresentar.

O Brasil é um dos mercados mais complexos do mundo para a atividade empresarial internacional. Sua complexidade não decorre de má-fé institucional, mas da sobreposição de um sistema federativo tripartite, uma tradição jurídica de origem romano-germânica, e décadas de produção legislativa que transformaram o ambiente regulatório em um dos mais densos do planeta. Navegar esse ambiente com segurança exige mais do que a leitura da lei — exige o entendimento de como ela é interpretada e aplicada pelos tribunais, pelos órgãos administrativos e pelos atores do mercado.

Os quatorze capítulos desta obra cobrem os principais institutos com impacto direto sobre o investimento chinês no Brasil: da estrutura societária ao licenciamento ambiental, do direito do trabalho à resolução de disputas, da proteção de dados à tributação e ao compliance anticorrupção.

Em cada capítulo, a opção foi pela honestidade analítica: quando os prazos legais não são cumpridos na prática, dizemos isso. Quando o mecanismo mais recomendado pelos textos acadêmicos encontra limitações estruturais no mercado real, documentamos essas limitações. Não escrevemos para validar

expectativas — escrevemos para que o leitor possa tomar decisões fundamentadas.

A relação econômica entre Brasil e China é hoje uma das mais relevantes do hemisfério sul. Ela merece instrumentos jurídicos à sua altura.

Maurício Lindenmeyer Barbieri
Shang Chun Huang

序言 二 · 中文版

作者说明

本指南源于一个简单的前提：在巴西经营的中国投资者理应获得准确、及时且植根于制度现实的法律信息——而非法律文本通常呈现的理想化版本。

巴西是全球国际商业活动最为复杂的市场之一。这种复杂性并非源于制度层面的恶意，而是源于三重联邦体制的叠加、罗马日耳曼法律传统的根基，以及数十十年来的立法积累——这些因素共同造就了全球最为密集的监管环境之一。在这一环境中安全行事，仅靠阅读法律条文远远不够——还需要理解法律如何被法院、行政机关和市场主体所解释与适用。

本书十四章涵盖了对中国在巴投资具有直接影响的主要法律制度：从公司架构到环境许可，从劳动法到争议解决，从数据保护到税务合规与反腐败合规。每一章的写作原则均为分析诚实：若法定期限在实践中并未得到遵守，我们如实说明；若学术文献最为推荐的机制在现实市场中存在结构性局限，我们如实记录。

我们的写作目的不是为了迎合预期，而是为了使读者能够做出有据可依的决策。

巴西与中国之间的经济关系，如今已是南半球最具战略意义的双边关系之一。这一关系理应拥有与之相称的法律工具。

Maurício Lindenmeyer Barbieri
黄尚骏

VERSÃO EM PORTUGUÊS

Sobre os Autores



Maurício Lindenmeyer Barbieri

SÓCIO-GERENTE • BARBIERI ADVOGADOS

Advogado com trinta anos de atuação contenciosa nas áreas cível, trabalhista e empresarial. Sócio-gerente da Barbieri Advogados desde 1995, escritório registrado na OAB/RS sob o nº 0516. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com dissertação sobre ônus da prova no processo do trabalho.

Inscrito nas Ordens dos Advogados da Alemanha (RAK Stuttgart, nº 50.159), de Portugal (OAB Lisboa, nº 64443L) e do Brasil em cinco seccionais (OAB/RS nº 36.798, OAB/DF nº 24.037, OAB/SC nº 61.179-A, OAB/PR nº 101.305, OAB/SP nº 521.298). Membro da Associação de Juristas Brasil-Alemanha. Autor de obras jurídicas.

Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul sob o nº CRC-RS 106.371/O.



Shang Chun Huang

ADVOGADO • BARBIERI ADVOGADOS

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul, sob o nº 108.924. Integrante do quadro da Barbieri Advogados, com atuação nas áreas de direito empresarial, contencioso cível e assessoria jurídica a clientes de origem chinesa com operações no Brasil.

A sua inserção no universo jurídico e cultural sino-brasileiro confere ao escritório capacidade singular de atendimento a investidores e empresas chinesas, assegurando comunicação direta e compreensão aprofundada das especificidades de cada operação.

中文版

关于作者



Maurício Lindenmeyer Barbieri 律师

律师 · 创始合伙人 · **BARBIERI** 律师事务所

执业律师，拥有三十年民事、劳动及商事诉讼经验。自 1995 年起担任 Barbieri 律师事务所管理合伙人，事务所在南里奥格兰德州律师协会（OAB/RS）登记注册，编号为 0516。获南里奥格兰德联邦大学（UFRGS）法学硕士学位，论文研究方向为劳动诉讼中的举证责任。

现登记注册于以下律师协会：德国律师协会（RAK 斯图加特，编号 50.159）、葡萄牙律师协会（OAB 里斯本，编号 64443L），以及巴西五个地区分会（OAB/RS 编号 36.798、OAB/DF 编号 24.037、OAB/SC 编号 61.179-A、OAB/PR 编号 101.305、OAB/SP 编号 521.298）。

巴西-德国法学家协会会员。著有法律著作多部。会计师注册于巴西南里奥格兰德州会计师区域委员会（CRC-RS），编号 106.371/O。



黄尚骏 律师

BARBIERI 律师事务所 · 律师

已在巴西律师协会南里奥格兰德州分会登记注册，编号 108.924。现为 Barbieri 律师事务所成员，主要执业领域涵盖商事法律、民事诉讼及 为在巴运营的中国客户提供法律顾问服务。

其深度融入中巴法律与文化双重环境，赋予事务所在服务中国投资者 及企业方面的独特能力，确保直接沟通并深入理解每项业务的具体特点。

Sumário

目 录

第一章 I	巴西法律与政治体系 <i>Sistema Jurídico e Político Brasileiro</i>	13
第二章 II	移民法与居留授权 <i>Lei de Migração e Autorizações de Residência</i>	21
第三章 III	外国直接投资 <i>Investimento Estrangeiro Direto</i>	27
第四章 IV	巴西公司法律结构 <i>Estruturas Societárias no Brasil</i>	35
第五章 V	巴西税制概述 <i>Sistema Tributário Brasileiro</i>	45
第六章 VI	税制改革与双重增值税体系 <i>Reforma Tributária e IVA Dual (EC 132/2023)</i>	53
第七章 VII	国际税收 <i>Tributação Internacional · ADT Brasil-China</i>	61
第八章 VIII	知识产权 <i>Propriedade Intelectual · Marcas · Patentes</i>	71
第九章 IX	劳动法 <i>Direito do Trabalho · Encargos e Rescisão</i>	79
第十章 X	对外贸易与海关 <i>Comércio Exterior e Regime Aduaneiro</i>	89
第十一章 XI	个人数据保护法 <i>LGPD · Lei 13.709/2018</i>	99
第十二章 XII	合规与反腐败 <i>Lei Anticorrupção · Compliance · CGU</i>	111
第十三章 XIII	争议解决 <i>Resolução de Disputas · Arbitragem</i>	121
第十四章 XIV	环境许可制度 <i>Licenciamento Ambiental · IBAMA · SISNAMA</i>	133

巴西法律与政治体系

Sistema Jurídico e Político Brasileiro · 大陆法系 · 联邦制 · 三权分立

本章为《巴西法律手册》第二版第一章，系统介绍巴西法律与政治体系的整体架构，重点 阐明那些对商业决策具有直接影响的制度要素，并在适当之处与中国法律体系进行比较 分析。内容涵盖大陆法系传统、联邦制结构、1988 年联邦宪法、三权分立、司法体系、法律规范层级、判例制度发展及巴中双边法律框架。

1.1 概述：巴西在国际视野中的定位

巴西联邦共和国是南美洲面积最大、人口最多的国家，国土面积约 851.5 万平方公里，人口逾 2.15 亿，是世界第五大国。就经济规模而言，巴西 2024 年国内生产总值约达 2.1 万亿美元，居全球第八位，是拉丁美洲首屈一指的经济体，亦是金砖国家集团的创始成员之一。

对于中国投资者而言，巴西的战略意义并不局限于其自身的市场规模。自 2009 年起，中国已连续多年稳居巴西最大贸易伙伴地位，双边贸易额于 2023 年突破 1,572 亿美元。巴西是中国进口大豆、铁矿石和原油的主要来源地，而中国则是巴西工业制成品、电子设备及机械的重要供应方。这一互补性的贸易结构，构成了两国经贸关系持续深化的坚实基础。

在投资领域，中国对巴西的直接投资存量自 2010 年代起快速增长，涵盖能源、矿业、农业综合企业、基础设施及金融服务等多个战略性行业。2025 年生效的《巴中消除双重征税协定》（第 12.620 号总统令）为两国间跨境投资提供了重要的税收确定性，标志着双边法律框架的历史性进展。

理解巴西法律体系，是任何在巴投资战略的前提条件。巴西的法律环境在制度架构上具有相当的复杂性：联邦制结构造就了多层次的立法与监管权限；税收体系在历经 2023 年宪法改革后仍处于深度调整之中；劳动法律制度则体现了高度的宪法保障色彩。上述特点共同构成了外国投资者进入巴西市场时必须深入了解的制度背景。

本章旨在为读者提供巴西法律与政治体系的系统性概述，重点阐明那些对商业决策具有直接影响的制度要素，并在适当之处与中国法律体系进行比较分析，以期帮助中国投资者建立准确的认知框架。

1.2 大陆法系：巴西与中国的法律共同点

在开始介绍巴西法律体系的具体内容之前，有必要先厘清一个对中国读者而言具有重要方法论意义的基本问题：巴西与中国同属大陆法系（*Civil Law*），这一共同的法律传统为两国法律人之间的沟通与理解提供了天然的基础。

大陆法系源于罗马法传统，经由欧洲大陆各国的法典化实践而逐步成型，其核心特征在于以成文法典作为法律的首要渊源。法官的职责在于将抽象的法律规范适用于具体案件，而非通过司法判决创设普遍适用的规则。在这一体系下，法律推理的基本路径是从一般原则出发推演至个案结论——即演绎法，而非从大量个案判决中归纳提炼规则的归纳法。

巴西的大陆法系传统直接来源于葡萄牙殖民遗产，并深受法国《拿破仑法典》及德国《民法典》（*Bürgerliches Gesetzbuch*, BGB）的影响。2002 年施行的《巴西民法典》（第 10.406 号法律）在结构上与德国民法典具有明显的亲缘关系，均以总则、债法、物权法、家庭法与继承法为基本框架。

与此相对，英美普通法系（*Common Law*）以判例法为核心，遵循“遵循先例”（*stare decisis*）原则，法院判决对同级和下级法院具有正式的约束力。这一区别对实务操作具有直接影响：

第一，合同起草层面。在大陆法系国家，合同本身须更为完备自足，因为法律规范（而非法院创设的补充性规则）将填补合同漏洞。中国与巴西的合同实践在此方面高度契合，而与英国或美国的合同实践存在显著差异。

第二，法律研究层面。理解巴西法律意味着首先须掌握相关成文法典及法规，而非仅仅研究判例法。尽管最高法院的判决日益重要（详见第 1.8 节），但法律渊源的基础仍然是成文法规范。

第三，法律移植层面。中国企业在与熟悉英美法系的法律顾问合作时，应当意识到若干英美法概念（如信托、衡平法救济、普通法下的代理规则）在巴西法律体系中或不适用，或以不同方式表达。

1.3 联邦制结构：联邦、州与市的权限划分

巴西是一个联邦制国家，由联邦（*União*）、26个州（*Estados*）、联邦区（*Distrito Federal*，首都巴西利亚所在地）以及5,570个市（*Municípios*）共同构成。1988年《联邦宪法》在联邦、州与市三个层级之间明确划分了立法权与行政权，各级政府在其宪法授权范围内均具有独立的法律人格与财政权力。

（一）联邦层级的专属权限。联邦层面的立法权限涵盖民法、商法、刑法、劳动法、税法基本框架、移民管理、对外贸易、海关、知识产权、电信、能源与军事事务。绝大多数对外国投资者具有实质影响的法律规范均来自联邦层级，这意味着在巴西不同地区开展业务，其基础法律规则在相当程度上是统一的。

（二）州的剩余权限。各州对未被联邦或市级专属保留的事项均享有立法权限，主要涉及商品流通服务税（ICMS，巴西最重要的间接税之一，税率因州而异，一般在17%至25%区间）、机动车所有权税（IPVA）以及州警察事务等。

（三）州际差异与“财政战争”。由于各州在ICMS立法上享有一定的自主空间，长期以来巴西存在“财政战争”（*guerra fiscal*）现象，即各州通过提供ICMS减免等措施相互竞争，以吸引工业和服务业投资者入驻。

（四）市的自治权力。各市有权制定地方利益事务的相关立法，并有权征收服务税（ISS，税率2%至5%）及城市不动产税（IPTU）。建筑许可、土地利用分区及市政基础设施审批均属市的管辖范围，这使得在巴西不同城市开展业务的企业，在行政审批层面面临相当不同的操作环境。

▲ 实践建议

外国企业在选择巴西投资地点时，应对以下因素进行系统性评估：所在州的ICMS税率与激励政策、所在市的ISS税率与行政效率、地方环境许可的要求与周期，以及地区性劳动市场的特点与当地司法实践的倾向。

1.4 1988年联邦宪法

1988年10月5日颁布的《巴西联邦共和国宪法》，是巴西历史上具有里程碑意义的法律文件。它终结了1964年至1985年的军事威权体制，确立了巴西现行的民主宪政秩序，因此通常被称为“公民宪法”（*Constituição Cidadã*）。

《宪法》原文包含250条正式条款，另有70条过渡条款。自颁布以来，已历经130余次宪法修正案（*Emendas Constitucionais*），使其成为当今世界内容最为详尽的成文宪法之一。这种高度详尽性本身即是一项重要的制度特征：在巴西，大量在其他国家由普通立法规范的事项，已被直接纳入宪法文本，非经宪法修正程序不得改变。

（一）宪法基本权利与企业经营。宪法明确保障财产权、合同自由及经济活动自由，同时规定对上述权利的限制须以法律为依据，并符合比例原则。依法组织的外国法人实体，在宪法层面享有与本国企业平等的权利保障，国家不得基于资本来源对其实施歧视性对待，但涉及核能、航空运营及边境土地等战略性领域的例外情形除外。

（二）经济宪法秩序。《宪法》第170条确立了巴西经济体制的宪法框架，规定经济秩序建立在“劳动的社会价值”与“自由企业”两大基础之上，遵循国家主权、私有财产、自由竞争、消费者保护及环境保护等基本原则。这一宪法框架决定了巴西采取混合经济体制，既保障私人企业的市场地位，又允许国家对特定战略领域进行直接干预。

（三）不可废除条款。《宪法》第 60 条第四款明确规定了"永久性条款" (*cláusulas pétreas*)，包括：联邦共和制、分权与权力独立、直接秘密普遍定期选举，以及个人基本权利与保障。对于外国投资者而言，这意味着巴西民主政治体制的基本架构及基本权利保障，不会因单纯的政治多数而遭到废除——这是一项重要的长期制度保障。

（四）劳动权利的宪法化。《宪法》第七章以极为详尽的篇幅规定了劳动者的宪法性权利，包括最低工资、带薪年假（含额外三分之一薪酬补贴）、产假与陪产假、失业保险及服务年限保障基金（FGTS）等。这些权利因受宪法保护，不得通过普通立法予以削减，亦不得经由劳动合同加以放弃——除非在严格的法律条件下通过集体谈判协议进行。

1.5 三权分立与政府体制

巴西实行严格的三权分立制度，行政权 (*Poder Executivo*)、立法权 (*Poder Legislativo*) 与司法权 (*Poder Judiciário*) 依照宪法授权相互独立、相互制衡。

（一）行政权。在联邦层面，行政权由共和国总统行使，总统同时兼任国家元首与政府首脑，任期四年，可连任一届。巴西实行多党制，总统须持续维持国会多数联盟 (*base aliada*) 才能推行立法议程。这一制度现实意味着重大改革的立法进程往往旷日持久——2023 年宪法税制改革历经三十年讨论方才最终通过，即为典型案例。

（二）立法权。联邦立法权由两院制的国家议会行使，由联邦参议院（81 名参议员）和联邦众议院（513 名众议员）组成。普通立法需经两院分别通过；宪法修正案则须经两院分别以三分之二多数通过，且须进行两轮表决。

（三）独立监管机构。巴西建立了多个独立监管机构，包括：巴西中央银行（BACEN）、巴西证券交易委员会（CVM）、国家卫生监督局（ANVISA）、国家石油天然气与生物燃料局（ANP）等。这些机构在法律授权范围内发布具有约束力的规范性文件，对外国企业的日常经营合规具有直接影响。

（四）检察院的特殊地位。巴西检察院 (*Ministério Público*) 在宪法上被定位为独立于三权之外的"基本机构"，有权独立发起刑事诉讼、提起公益诉讼及反腐败调查，且不受政府换届或政策变化的直接影响。对于任何在巴西经营的企业而言，检察院的独立调查权是合规管理中不可忽视的制度风险因素。

1.6 司法体系

巴西的司法体系结构较为复杂。联邦最高法院（STF）是巴西的最高宪法法院，由 11 名大法官组成，其以"全体会议"形式作出的具有约束力的判决和简化性裁决 (*súmulas vinculantes*) 对全体司法机关及行政机构具有普遍约束力。联邦高等法院（STJ）负责保障联邦法律的统一适用，其关于合同法、公司法及民事责任的裁判立场，是巴西商法领域最为重要的参考依据之一。

专门化的联邦法院包括劳动司法系统——由联邦劳动法院（TST）、地区劳动法院（TRTs）和劳动法庭（*Varas do Trabalho*）组成——专门受理劳动争议案件。2023 年巴西劳动司法系统共受理约 400 万件新案，其庞大规模本身即说明了替代性争议解决机制对于外国雇主的战略价值。

鉴于国家司法系统的超负荷状态，仲裁 (*arbitragem*) 在巴西商业实践中已具有举足轻重的地位。自 1996 年《仲裁法》（第 9.307 号法律）颁布以来，仲裁制度在巴西得到了快速发展。中巴商会（CCIBC）与中国国际经济贸易仲裁委员会（CIETAC）于 2018 年建立合作机制，为中巴商事纠纷提供专门的仲裁解决路径（详见第十三章）。

1.7 法律规范的层级结构

有效理解和运用巴西法律，必须掌握其规范体系的层级结构。根据《联邦宪法》确立的法律位阶原则，巴西法律规范由高至低依次为：

第一层：联邦宪法及宪法修正案。居于法律体系顶端，所有其他规范均不得与之抵触。

第二层：国际条约与协定。涉及人权保障的国际条约，经国会按修宪程序批准后，与宪法修正案具有同等效力；其他条约（包括双边税收协定和投资保护协定）的效力高于国内普通法律，但低于宪法。

第三层：补充法（*Leis Complementares*）。须由国会绝对多数通过。主要包括：税收体系的基本架构（《国家税收法典》，CTN）、财政责任规范等。

第四层：普通法（*Leis Ordinárias*）。包括《民法典》、《公司法》、《劳动法典》（CLT）及《消费者保护法典》（CDC）等。

第五层：临时措施（*Medidas Provisórias*）。由总统在“紧迫与相关性”的宪法条件下颁布，自颁布之日起即具有法律效力，有效期 60 天，可延期一次。临时措施被广泛用于税收立法领域，是巴西税法环境不确定性的主要来源之一。

第六层：行政规范性文件。包括总统令（*Decretos*）、部委规范性指令（*Portarias*）、监管机构的规范性决议（*Resoluções*）及规范性指令（*Instruções Normativas*）。就日常经营合规而言，这一层级的规范文件往往比法律本身更具操作相关性。

1.8 判例的作用：向普通法的靠近

2015 年颁布、2016 年 3 月正式施行的《新民事诉讼法典》（第 13.105 号法律）建立了具有约束力的判例体系，使巴西司法在若干层面向普通法的做法靠近。新 CPC 第 927 条明确规定，联邦最高法院（STF）在具有宪法“普遍影响”（*repercussão geral*）的案件中作出的判决及颁布的约束性简化裁决，对各级法院及行政机关具有约束力。

对于税务争议而言，STF 就特定税种的违宪性所作的判决，可能对全国所有同类纳税人产生直接效力，并引发规模巨大的税务退款诉求或税收债务核实。新 CPC 和 STF 的司法实践还引入了“效力时间调整”（*modulação dos efeitos*）机制：法院可以宣告一项税收规范违宪，但将违宪判决的效力限定于未来（*ex nunc*），而非追溯既往（*ex tunc*），以避免对公共财政造成难以承受的冲击。

1.9 法律安全与监管风险

巴西法律体系的主要制度优势体现在：1988 年宪法自颁布以来保持了基本稳定；司法机构相对独立；仲裁制度日趋完善，国际仲裁裁决的执行受《纽约公约》保障（巴西于 2002 年加入该公约）；外国投资者依法享有与国内投资者相同的司法救济途径。

与此同时，以下风险因素需要审慎评估：巴西税法修订频繁，临时措施的广泛运用使税收规则具有较高的不确定性；官僚程序较为繁琐，企业注册、环境许可及海关清关的行政周期普遍较长；劳动法律诉讼风险较高；政治周期对监管政策具有潜在影响。

自 2019 年以来，巴西在改善营商环境方面推出了一系列重要举措：《经济自由法》（第 13.874/19 号法律）确立了以自由经济原则为基础的监管框架；Gov.br 统一数字政务平台显著改善了行政效率；2023 年税制改革（第 132/23 号宪法修正案）启动了税收简化进程，尽管其完整实施须待 2026 年至 2033 年的过渡期结束。

1.10 巴中关系：双边法律框架

中国已连续多年稳居巴西最大贸易伙伴地位，2023 年双边贸易额约达 1,572 亿美元。在直接投资领域，中国对巴西的累计投资存量已超过 700 亿美元，涵盖能源、矿业、农业综合企业及基础设施等战略性行业。

2025 年，《消除双重征税协定》（第 12.620 号总统令）正式生效，确立了以下核心规则：股息预提税率上限为 10% 或 15%；利息预提税率上限为 15%；特许权使用费预提税率上限为 15%；资本利得的征税权依资产性质在两国之间合理分配。上述协定的生效，为中国企业在巴投资的利润汇回提供了更为确定和有利的税务框架。

巴西和中国均是 1958 年《承认及执行外国仲裁裁决公约》（《纽约公约》）的缔约国，这为两国间仲裁裁决的跨境执行提供了国际法基础。在多边层面，巴西与中国同为 G20、金砖国家集团及 WTO 成员，上述多边框架为双边经贸关系提供了重要的制度背景。

附录 A：主要监管机构及职能

机构名称	葡文缩写	主要职能
巴西中央银行	BACEN	货币政策、外汇管制、金融机构监管
巴西证券交易委员会	CVM	资本市场监管、上市公司信息披露
巴西联邦税务局	RFB	联邦税收征管、海关监管
国家卫生监督局	ANVISA	食品、药品、医疗器械监管
国家石油天然气局	ANP	石油、天然气及生物燃料行业监管
国家数据保护局	ANPD	个人数据保护、LGPD 执法
经济保卫行政委员会	CADE	竞争法执法、并购审查
全国司法委员会	CNJ	司法行政监督、司法统计

附录 B：主要法典参考

法律名称	编号	主要内容
联邦宪法	CF/1988	国家根本法
民法典	Lei 10.406/2002	民事、公司基本制度
劳动法典	CLT/1943 (多次修订)	劳动关系基本规范
国家税收法典	CTN/1966	税收基本原则与程序
新民事诉讼法典	Lei 13.105/2015	民事司法程序
消费者保护法典	Lei 8.078/1990	消费者权益保护
仲裁法	Lei 9.307/1996	仲裁制度基本规范
个人数据保护法	Lei 13.709/2018	数据保护与隐私

本章内容反映截至2025年12月的现行法律状态。巴西法律体系处于持续演进之中，读者在作出具体投资或商业决策之前，应就相关法律问题咨询具备资质的专业法律顾问。

移民法与居留授权

Lei de Migração · Autorizações de Residência · CNIg · 投资人居留 · 企业高管居留

本章为《巴西法律手册》第二版第二章，系统介绍 2017 年《移民法》以来的巴西移民 法律框架，重点分析与中国投资者及企业人员最密切相关的签证与居留授权制度。本章 反映截至 2025 年的现行法律状态，包括国家移民委员会（CNIg）2024 年第 49 号 规范性决议的最新修订。

2.1 法律框架的历史性转变：从《外国人法规》到《移民法》

理解巴西现行移民法律框架，首先须认识一个根本性的制度转变：2017 年以前，规范外国人在巴法律地位的核心法律是 1980 年颁布的第 6.815 号法律——《外国人法规》（*Estatuto do Estrangeiro*）。该法规以国家安全为立法导向，将外国人的入境与居留视为对国家主权的潜在威胁加以规制，而非作为移民个体应受保障的基本权利加以保护。

2017 年 5 月 24 日，第 13.445 号法律——《移民法》（*Lei de Migração*）——正式颁布，并于 2017 年 11 月由第 9.199 号总统令规范实施。这一立法转变具有深刻的理念意涵：《移民法》明确确立了以人权保障为核心的移民政策框架，将移民个体的尊严与权利置于国家安全考量之上，并将外国人在巴居住与工作的权利纳入权利保障体系而非特权许可体系。

对于中国投资者而言，这一转变的实践意义在于：巴西现行移民法律体系以居留授权（*autorização de residência*）为核心制度工具，从根本上取代了旧法下的“临时签证”与“永久签证”二元分类框架，建立了更为灵活、类型更为多元的外国人合法居留制度。

自 2017 年以来，国家移民委员会（CNIg）颁布了一系列规范性决议，并于 2024 年 6 月通过第 49 号规范性决议（*RN CNIg/MJSP nº 49/2024*）对若干核心制度进行了重要更新，以适应 2021 年《汇率新框架法》（第 14.286 号法律）的要求。

2.2 签证与居留授权的基本类型

依据《移民法》第 12 条的分类框架，外国人进入并在巴西合法居留的基本凭证分为签证（*visto*）和居留授权（*autorização de residência*）两大类，二者在法律性质与适用场景上存在本质区别。

商务访问签证（访问者签证／商务类别）。适用于赴巴参加商务会议、谈判、考察及短期培训等活动，不得在巴从事受薪劳动。中国公民申请商务访问签证须向巴西驻华使领馆提交：有效护照、照片、申请表格、往返机票预订、财务状况证明及商务邀请函。签证有效期通常为 90 天，可在 12 个月内多次入境，单次停留不超过 90 天，每 12 个月内累计停留不超过 180 天。

▲ 重要提示

从事“商务活动”的边界在巴西移民实践中受到严格界定。与当地企业签署劳动合同、实际执行管理职能或提供技术服务，均超出访问者签证的许可范围，构成非法劳动，企业和个人均面临相应的法律后果。

技术援助与转让签证。适用于提供无雇佣关系的技术援助服务，即基于设备买卖、租赁合同或合作协议提供技术支持的外国人员。依据 *RN CNIg nº 03/2017*，该签证有效期通常不超过 12 个月，可视项目进展申请延期。申请须由巴西境内的接受机构（企业）提出，并提供合同依据、技术服务内容说明及申请人的专业资质证明。

2.3 劳动居留授权：有雇佣关系的外国雇员

依据 *RN CNlg nº 02/2017*，外国人在巴西企业以雇佣关系从事工作，须申请劳动居留授权 (*autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício*)。该类居留授权以签订劳动合同为前提，并由雇主（巴西境内的法人实体）代为向劳工部移民总协调处 (CGI) 提出申请。

申请须提供劳动合同草本、雇主的 CNPJ 登记证明、雇主代表人资质文件、申请人的学历证明与专业资历、申请人的无犯罪记录证明（须经巴西驻申请人所在国使领馆认证，并由宣誓翻译官译成葡萄牙文）。

比例限制原则。根据《劳动法典》(CLT) 第 354 条，企业雇用的外国雇员人数不得超过全体雇员总数的三分之一，且外籍雇员工资总额不得超过企业工资总额的三分之一。此比例限制是巴西劳动法的核心制度之一，对中国企业在巴投资的人力资源配置具有直接约束。实践中，该限制可在一定条件下由行政机关作出豁免——尤其是在特定技术岗位上确实存在本地劳动力短缺的情形下。

有雇佣关系的劳动居留授权通常以劳动合同期限为准，初次授权期限不超过 2 年，可在合同续签的前提下申请延期。持有有效居留授权的外国雇员须在巴西境内向联邦警察局 (*Polícia Federal*) 申请全国移民登记证 (RNM)，该证件是外国人在巴的合法身份证件。

2.4 企业管理人员居留授权

依据 *RN CNlg nº 11/2017* (经 *RN CNlg/MJSP nº 49/2024* 修订)，外国企业在巴子公司或合资企业可为担任董事、总经理、执行官或具有管理权限的高级管理人员 (*administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão*) 申请居留授权。该制度是中国企业赴巴投资后派驻管理人员的最常用法律路径之一。

依据 *RN nº 11/2017* 的现行规定，申请企业须满足以下条件之一：向巴西企业投入的外国资本总额不低于 60 万巴西雷亚尔 (约合 12 万美元)，对应每位被申请的外国管理人员；或投入外资不低于 15 万雷亚尔，但须承诺在获批后两年内新增不少于 10 个就业岗位。

申请由巴西境内的雇主法人实体向劳工部移民总协调处提出。主要文件包括：企业最新章程或公司协议（含外国资本比例说明）、任命申请人的股东会或董事会决议（须经公证及认证）、申请人的有效旅行证件及无犯罪记录证明、外汇汇入证明文件 (BACEN 外国资本登记凭证)。

企业管理人员居留授权的期限通常与其在公司章程中的任期相对应，一般不超过 2 年，可在任期延续的情形下申请更新。若被授权管理人员的任期届满或被免除职务，应立即通知主管机关，否则可能影响企业申请后续居留授权。

2.5 外国投资人个人居留授权

依据 *RN CNlg nº 13/2017* (经 *RN CNlg/MJSP nº 49/2024* 最新修订)，外国自然人以个人名义向巴西法人实体进行投资，可据此申请投资人居留授权 (*autorização de residência para investidor estrangeiro — pessoa física*)。该制度为希望亲自参与企业经营、长期定居巴西的中国个人投资者提供了最为直接的合法居留路径。

标准投资额要求。申请人须向巴西企业（新设或已有）投入外国来源资金，金额不低于 50 万巴西雷亚尔 (约合 10 万美元，以申请时汇率折算)。上述投资须经巴西中央银行 (BACEN) 完成外汇登记。申请还须提交投资计划书或商业计划书 (*Plano de Investimento ou de Negócios*)，计划期限为 3 年，说明投资目标、预计就业岗位创造数量及经营活动规划。

创新型企业的优惠门槛。2024 年第 49 号规范性决议引入了针对特定 创新型投资的差异化安排：对于拟在巴从事技术创新、基础或应用科学研究活动的投资人，当投资金额低于 50 万雷亚尔但不低于 15 万雷亚尔时，司法与公共安全部（MJSP）可经审查后授予预备居留授权。此创新创业例外为科技领域中国投资者提供了成本更低的进入路径，但须证明项目的原创性（*originalidade*）、市场覆盖潜力（*abrangência*）及创造价值的相关性（*relevância*）。

对不动产投资的居留授权。*RN CNlg nº 36/2018*（经 *RN nº 49/2024* 修订）为以不动产投资为目的的外国人设立了独立的居留授权制度：申请人须在巴西城市地区购置总额不低于 100 万雷亚尔的不动产（北部和东北部地区最低投资额可降至 70 万雷亚尔）。上述投资可分布于多个不动产，以其总价值合计 计算。

2.6 外国公司设立与代表机构

全资子公司（*Subsidiária*）。中国母公司在巴西设立的全资子公司为独立法人，依巴西法律纳入监管。公司设立后，可依据 *RN nº 11/2017* 的规定为自中国派驻的管理人员申请企业管理人员居留授权。如中国母公司同时作为股东，可另依 *RN nº 13/2017* 申请投资人居留授权。

合资企业（*Joint Venture*）。中国企业与巴西本地企业共同出资设立的合资企业，在人员安排上通常需综合适用上述多类居留授权制度。在 合资协议谈判阶段，明确各方派驻人员的数量限制和资质要求，是降低人力资源规划 不确定性的 重要措施。

外国公司代表处（*Escritório de Representação*）。外国 公司可在巴西设立不具独立法人资格的代表处，用于开展市场调研、商业联络和非营 利性展示活动。需特别注意的是，代表处不得在巴西从事营利性经营活动，否则可能被 认定为应在巴西缴税的常设机构（*estabelecimento permanente*），对中国 母公司产生税务影响。

2.7 文件认证与翻译要求

在巴西境外产生的所有官方文件，均须经过以下程序处理：

第一步：文件认证。文件须经产生国主管机关认证，并由巴西驻该国大使馆或领事馆领事认证（*consularização*），或通过附加认证书（*apostille*）认证。中国和巴西均为《海牙取消外国公文书认证要求公约》（*Convenção da Apostila*）的缔约国——中国于2023年正式加入，并于2023年11月生效，这一变化显著简化了两国之间文件认证的程序和成本。

第二步：宣誓翻译。所有外文文件须由在巴西经宣誓翻译官协会（*Junta Comercial*）注册的宣誓翻译官（*tradutor juramentado*）译为葡萄牙文，方具备法律效力。自由翻译不具备法律效力，任何未经宣誓翻译的文件将被主管机关拒绝受理。

▲ 时间规划提示

从委托翻译到完成认证，通常需要 2 至 4 周。在申请时间安排上，建议提前启动文件 处理程序，以避免因文件准备不及时而延误整体申请进程。

2.8 全国移民登记证（RNM）

所有在巴西合法居留的外国人，均须向联邦警察局（*Polícia Federal*，PF）申请并持有全国移民登记证（*Registro Nacional Migratório*，RNM）。RNM 是外国人在巴西的唯一合法身份证件，编号具有唯一性，终身不变。

持有 RNM 的外国人可在巴西开展与其居留授权类别相符的活动，并享有多项公共服务权利，包括开立银行账户、申请纳税人登记号（CPF）及签订劳动合同等。RNM 的申请须在外国人进入巴西后的 90 天内完成，逾期将面临行政处罚款。

2.9 数字游民居留授权

2022 年，巴西建立了专门针对数字游民（*nômades digitais*）的居留授权制度，为在巴远程为境外雇主工作的外国人提供合法居留路径。该制度适用于与境外雇主存在劳动关系或服务合同关系、在巴西境内远程提供工作服务的外国人。主要条件包括：与境外实体存在有效的劳动或服务合同；有能力证明稳定收入来源（建议月收入不低于美元 1,500 元）；无巴西纳税义务。

2.10 移民合规与风险管理

非法用工的法律风险。违规雇用未持有有效居留授权的外国人，或雇用持有不适当类别授权的外国人，将使企业和个人面临显著的法律风险：企业可能被处以行政处罚款，外国雇员可能被驱逐出境并被限制再次入境，同时可能产生劳动关系认定的额外风险（即使在双方均认为系非雇佣关系的情形下，劳动法院仍可能认定劳动 合同的存在）。

居留状态的持续监控。企业应建立对在巴外籍人员居留状态的定期审查机制，重点关注：居留授权到期日期及续期申请的提前启动时间；人员职责或职位变更是否触发重新申请的要求；企业资本结构调整是否影响已有居留授权的有效性。

申请时间规划。以企业管理人员居留授权为例，从提交完整申请材料至获得授权，通常需要 60 至 90 个工作日；在文件不完整或需要补充材料的情形下，程序可能延长至 6 个月以上。建议企业将移民合规事务纳入商业计划前期阶段，与律师合作制订周密的申请时间表。

附录：主要居留授权类型速查表

居留授权类型	适用规范	主要条件	典型适用对象
有雇佣关系劳动居留	RN nº 02/2017	有效劳动合同，雇主申请	受雇于巴西企业的外籍专业人员
技术援助（无雇佣关系）	RN nº 03/2017	技术服务合同，期限 ≤12 个月	设备安装及技术支持人员
企业管理人员居留	RN nº 11/2017（RN 49/2024 修订）	外资 ≥60 万雷亚尔／人，或外资 ≥15 万 + 10 个就业岗位	派驻巴西子公司的中国高管
个人投资人居留	RN nº 13/2017（RN 49/2024 修订）	外资 ≥50 万雷亚尔 + 投资计划书（3 年）	个人投资者
创新创业投资人居留	RN nº 13/2017 第 3 条	外资 15 万至 50 万雷亚尔 + 创新条件证明	科技创业投资者
不动产投资居留	RN nº 36/2018（RN 49/2024 修订）	城市不动产 ≥100 万雷亚尔（南／东南／中西部）或 ≥70 万（北／东北部）	不动产投资者
数字游民居留	CGIL/MJSP 指引	境外雇主劳动合同 + 稳定收入证明	远程工作外籍专业人员

本章内容反映截至2025年12月的现行法律状态，包括RN CNlg/MJSP nº 49/2024的最新修订。移民法规处于持续演进之中，具体申请事宜应向具备移民法专业资质的律师咨询。

本章内容仅供参考，不构成法律意见。Barbieri Advogados 对完全依赖本材料所作决定不承担任何责任。

外国直接投资

Investimento Estrangeiro Direto · Quadro Jurídico · Novo Marco Cambial · Acordo Brasil-China

本章系统梳理外国资本进入巴西的完整法律框架，涵盖宪法基础、《外国资本法》核心制度、2022 年《汇率新框架法》的历史性变革、利润汇回与资本遣返规则，以及 2025 年正式生效的《巴中消除双重征税协定》（第 12.620/2025 号总统令）的逐条解析。对于规划在巴投资的中国企业而言，本章是理解税务结构与合规要求的核心参考。

3.1 宪法原则：外资与国内资本的平等保护

外国资本在巴西的法律地位，首先由宪法层面的基本原则加以界定。《联邦宪法》第 172 条规定，国家依法鼓励外国资本投资，并明确外国资本的活动受与国内资本相同的待遇，法律不得对二者实施歧视性区别对待。这一宪法平等原则，是外国投资者在巴西享有法律保护的根基基础。

上述平等保护原则在实践中的体现是多方面的：外国法人实体在巴西有权依相同条件缔结合同、持有不动产（法律明文规定限制的情形除外）、参与行政采购程序、寻求司法救济，以及依法获得与本国企业相同的税收待遇。巴西宪法体系不允许仅以资本来源为由对外国投资实施歧视，尽管若干敏感领域依据宪法授权设有专门的限制性规定（详见第 3.6 节）。

对于中国投资者而言，这一宪法框架提供了重要的制度保障：即便在政治周期更迭的背景下，宪法层面的平等保护原则不会因政策转向而轻易废除，其修改须经第 60 条规定的严格宪法修正程序，并受"永久性条款" (*cláusulas pétreas*) 的内在约束。

3.2 外资法律制度的基础架构：第 4.131/62 号法律

巴西规范外国资本的核心法律，是 1962 年颁布的第 4.131 号法律——《外国资本法》 (*Lei de Capitais Estrangeiros*)。这部超过六十年历史的法律，尽管历经多次修订，至今仍是巴西外资法律体系的制度基础。

（一）外国资本的法律定义。《外国资本法》第 1 条将"外国资本"定义为：以货币、设备或其他类型资产形式进入巴西，用于在国内经济活动中生产商品或服务的资源——条件是这些资源属于在海外居住或设立的自然人或法人，或属于在巴西拥有多数股权的居巴外国法人。这一定义既涵盖以货币形式汇入的直接投资，也涵盖以实物资产（如机械设备、技术转让）形式进入的资本，为中国企业通过多种渠道进行在巴投资提供了法律依据。

（二）宪法等同原则的法律落实。第 1 条同时规定，在相同条件下，外国资本享有与国内资本相同的法律待遇，禁止任何歧视性区别对待，并确立了以下权利：汇回利润的权利；在符合条件时将利润再投资并进行相应登记的权利；以及资本汇回的权利。这三项权利共同构成了外国投资者进入和退出巴西市场的法律保障体系。

（三）2022 年新《汇率框架法》对注册制度的改革。《外国资本法》原本要求所有进入巴西的外国资本须在 30 天内向巴西中央银行（BACEN）进行强制注册。然而，2022 年 12 月 31 日起正式生效的第 14.286 号法律（《汇率新框架法》）对这一制度进行了根本性变革：强制注册要求被简化为信息申报义务 (*prestação de informações*)，大幅降低了外国投资者的合规成本，是巴西外资法律环境近年来最重要的制度进步之一。

3.3 外国资本的主要进入形式

依据巴西现行法律体系，外国资本进入巴西的方式可分为以下主要类别，各类别适用不同的监管规范：

（一）外国直接投资 (IED)。外国直接投资是指以参与资本（股权或配额）形式进入巴西法人实体的外国资本，以建立或维持持久性经济关系为目的。外国直接投资须通过 BACEN 的"外国直接投资系统" (SCE-IED，自 2022 年起取代旧有的 RDE-IED) 进行申报，净资产或总资产达到或超过 2.5 亿雷亚尔的受资企业还须按季度提交财务状况报表 (DEF)。

（二）股票与资本市场投资。外国投资者可通过巴西证券交易所（B3）参与上市公司的股票、债券及衍生品交易，受巴西证监会（CVM）监管，不适用《外国资本法》关于直接投资的完整注册程序，但须遵守资本市场相关的信息披露和反洗钱要求。

（三）外部融资与跨境贷款。外国法人向巴西公司提供贷款（包括股东贷款）须通过 SCE-ROF（对外金融操作系统）进行登记，并受转让定价规则和资本弱化规则（*regras de subcapitalização*）的约束。利息支付须依法扣缴预提所得税（IRRF），税率依据是否适用双重征税协定而有所不同。

（四）技术和知识产权转让。以特许权使用费（*royalties*）或技术服务费形式汇入巴西的资金，其跨境支付受《外国资本法》及特许权使用费汇回规则的约束，须向 BACEN 进行登记，以保障未来汇款的合法性。

3.4 汇率新框架法：2022 年制度改革

2022 年 12 月 31 日正式生效的第 14.286 号法律（《汇率新框架法》，*Novo Marco Cambial*），是巴西外汇法律体系数十年来最重大的一次结构性改革。该法律将原本散落于 40 余部法律规范中的外汇规则统一整合为单一文本，从根本上改变了外国资本进出巴西的操作环境。

（一）注册制度的简化。外国直接投资不再需要在资本进入后 30 天内完成强制性逐笔注册，取而代之的是基于申报周期的信息报告义务。这一改变意味着中国投资者无需在完成每笔出资或追加投资后立即启动行政登记程序，大幅降低了日常合规负担。

（二）外汇市场的自由化。《汇率新框架法》放宽了外汇市场准入限制，允许金融科技公司（*fintechs*）及支付机构参与特定限额内的外汇交易（自 2023 年 7 月起，单笔限额 100 万美元），增强了外汇市场的竞争性，有利于降低汇兑成本。同时，该法律将外汇交易分类代码体系从 180 个精简为 10 个，显著降低了汇款操作的技术门槛。

（三）非居民在巴开户。《汇率新框架法》正式允许非居民个人和法人在巴西境内金融机构开立外汇账户，这一账户与居民账户受同等的资金流动规则保护。对于在巴开展业务但尚未完成公司设立程序的中国企业或高管而言，这一制度为日常资金管理提供了更为便利的安排。

▲ 持续合规注意事项

尽管制度大幅简化，以下事项仍须严格遵守：所有外汇交易仍须通过 BACEN 授权的金融机构进行；大额交易须满足反洗钱（AML）和了解客户（KYC）的尽职调查要求；BACEN 保留对外汇市场进行宏观审慎干预的权力，尽管实践中此类干预较为有限。

3.5 利润汇回、股息分配与资本遣返

对于任何外国投资者而言，进入投资前的核心问题之一是：投资收益能否自由汇回？巴西法律对此提供了相对清晰的制度保障，但 2025 年的立法变化使这一领域的税务分析变得更加复杂。

（一）利润和股息汇回的基本规则。持有有效 BACEN 登记的外国投资，其产生的利润和股息可向境外汇回，不受数量限制，汇款须通过授权金融机构进行。长期以来，巴西对向境外汇回的利润和股息不征收预提所得税（IRRF），这是巴西对外国投资者最具吸引力的税制特征之一，使巴西在新兴市场中具有显著的税务竞争优势。

▲ 2025 年重大立法变化：股息征税制度转变

2025 年 11 月，巴西国会通过第 15.270 号法律 (*Lei nº 15.270/2025*)，对利润和股息的税务处理实施了历史性变革：自 2026 年 1 月 1 日起，向境外汇出的利润和股息不论金额大小，均须缴纳 10% 的源头预提所得税 (IRRF)；每月 5 万雷亚尔的免征门槛仅适用于巴西居民个人受益人。

过渡安排：对于在 2025 年 12 月 31 日之前已经股东机构批准分配、在 2026 年至 2028 年间实际支付的股息，仍适用原有免税规则。这一过渡安排为已在 2025 年前完成分红决议的企业保留了税务优惠窗口。

结合《巴中税收协定》（第 12.620/2025 号）分析：协定规定的 10% 税率上限，与第 15.270/2025 号法律确立的 10% 税率高度吻合，意味着符合条件的中国母公司从巴西子公司汇回的股息，在巴西来源地实际缴纳的税率以协定规定的 10% 为上限（详见第 3.7 节）。

（二）资本遣返 (*Repatriação de Capital*)。外国投资者在决定退出巴西市场时，有权将已登记的外国资本按原始投入额（以外国货币计算）汇回境外，不受数量限制。资本遣返须通过授权金融机构进行，并须向 BACEN 申报相应的资金用途。在汇率大幅贬值的情形下，以巴西雷亚尔结算的资本价值可能低于原始外币投入额，这属于正常的汇率风险，不受法律特别保护。

（三）外国自有资本利息 (JCP)。巴西特有的税务工具——自有资本利息 (*Juros sobre o Capital Próprio*, JCP)——允许企业在计算企业所得税 (IRPJ) 和社会贡献税 (CSLL) 应税基础时，按照巴西长期利率 (TJLP) 计算并扣除对自有资本的虚拟利息支出，从而降低企业整体税务负担。JCP 的支付须缴纳 15% 的源头预提税。《巴中税收协定》（第 12.620/2025 号）明确将 JCP 等同于利息处理，适用协定利息条款规定的 10% 优惠税率上限，对优化巴西子公司的资金回报结构具有重要规划价值。

3.6 外国资本的限制与禁止领域

尽管巴西宪法确立了外资与内资的平等原则，若干领域依据宪法或专项立法对外国资本设有限制，在制定在巴投资战略时须事先予以审查。

核能与放射性活动。《联邦宪法》第 21 条第 23 项规定，核材料的研究与开采及核电站的运营属于联邦专属事项，外国资本不得参与，非经宪法修正不得改变。

广播与电信。广播电视（无线电及电视）的经营许可证只能授予巴西籍自然人或依巴西法律组建的法人实体，外国资本的直接持股比例不得超过 30%，且经营管理须掌握在巴西公民手中。

农村土地。外国法人或外国自然人取得巴西农村土地受到严格限制，适用第 5.709/71 号法律及其后续修订规定的面积上限、地区分布限制和政府审批要求。这对中国农业综合企业在巴西投资农业生产具有重要的实践影响，须在尽职调查阶段进行专项分析。

边境地带。沿国家边界线延伸 150 公里的区域被定性为“国家边境带” (*faixa de fronteira*)，外国资本在该区域取得不动产须经国家安全委员会 (NSC) 批准。

矿业与能源的特殊安排。石油天然气勘探开采领域对外开放，但须通过招标取得特许权或产品分成合同；矿业权 (*direito minerário*) 在法律上也向外国资本开放，但受采矿法规的特别程序约束。中国国有企业的参与还可能触发 CADE (经济保卫行政委员会) 的并购审查程序。

3.7 巴中消除双重征税协定（第 12.620/2025 号总统令）

2025 年 9 月 15 日，巴西以第 12.620 号总统令正式颁布《巴中消除双重征税协定 更新议定书》，该议定书系对 1991 年 8 月 5 日在北京签订的原始协定的全面更新，于 2025 年 6 月 14 日正式对双方生效。这是巴中经贸关系历史上最重要的法律事件之一。

（一）协定的历史背景与战略意义。原 1991 年协定是在两国经贸关系尚处于早期阶段时谈判签署的，其技术标准和反避税机制远未达到当代国际税收协定的规范水平。2022 年两国签署更新议定书，历经两国国会各自批准程序，最终于 2025 年以第 12.620 号总统令完成巴西国内法转化。新协定全面引入了 OECD《税基侵蚀和利润转移行动计划》（BEPS）的最低标准，包括主要目的测试（PPT）等反“协定滥用”条款、信息交换与行政协助机制，以及对“常设机构”概念的现代化界定。

（二）股息条款——三档税率结构。更新后的协定对股息预提所得税设立了以下三档税率：

适用情形	税率上限	主要适用对象
受益人为缔约国政府、主权财富基金或政府实质控制的金融机构	5%	中国国有投资机构
受益人为直接持有派息公司至少 10% 股权且持股满 365 天的公司	10%	中国母公司对巴西子公司的标准股权投资
其他情形（持股比例不足 10% 或持股期限未满足 365 天）	15%	少数股东、间接持股结构

协定同时引入了最惠国条款（*cláusula de nação mais favorecida*）：若巴西日后与其他国家签订更低股息预提税率的协定，则在不低于 5% 的前提下，该更低税率将自动适用于中国受益人，为中国投资者提供了重要的长期税率保护机制。

（三）利息条款。协定规定，来自巴西的利息向中国居民支付时，巴西的源头预提所得税最高不超过 10%（一般情形）。新协定特别明确：巴西特有的自有资本利息（JCP）被明确视为“利息”处理，适用协定的利息条款及 10% 的税率上限。对于通过 JCP 安排优化资金回报的税务结构，这一条款提供了重要的协定保护。

（四）特许权使用费（Royalties）条款。特许权使用费的预提所得税上限为 15%，适用范围涵盖：专利、商标、技术诀窍（*know-how*）、软件（包括授权使用费）及设备使用费的支付。须注意，巴西国内税法通常对来自关联方的特许权使用费支付设有额外限制，协定税率与国内税法须进行综合分析。

（五）资本利得条款。协定区分了不同类型资产的资本利得征税权分配：来自不动产的资本利得，由不动产所在国（通常为巴西）征税；来自公司股权的资本利得，如出让方在 12 个月内（在任何时点）持有被出让公司超过 25% 以上股权，则征税权归属于被出让公司的居住国（即巴西）；其他资本利得一般在收益人所在国（即中国）课税。

（六）反协定滥用条款（PPT）的实践影响。协定引入的 BEPS 主要目的测试（PPT）要求：协定优惠税率的适用，须以取得该优惠为主要目的之一的交易不构成“不当”为前提。以下安排可能受到质疑：仅为享受协定税率而在第三国设立缺乏实质性经营的中间控股层级、主要目的为获取协定优惠的特殊目的公司（SPV）结构，以及其他人为安排。对于有意在巴中投资结构中引入第三国中间控股公司的企业，须在结构设计阶段充分评估 PPT 条款的适用风险。

3.8 投资保护与国际仲裁

《纽约公约》框架下的仲裁裁决执行。巴西于 2002 年批准加入《承认及执行外国仲裁裁决公约》（1958 年，*Convenção de Nova York*），中国于 1987 年批准加入。两国均为公约缔约国，这意味着在巴中商事关系中产生的国际仲裁裁决，可在任一缔约国获得承认和执行，仅须经过有限的形式审查。

投资协定谈判状态。巴西不是《能源宪章条约》的缔约国，亦未批准传统双边投资条约（BIT）。巴西自 2015 年起发展出独特的“投资合作与便利化协定”（ACFI）模式，以预防性机制（联委会、专职协调员）取代传统的投资者-国家争端解决（ISDS）机制。中巴之间的双边投资保护安排，目前主要依赖《纽约公约》框架下的合同仲裁。

中巴专门仲裁机制。中巴商会（CCIBC）与中国国际经济贸易仲裁委员会（CIETAC）于 2018 年建立合作协议，为中巴商事纠纷提供了专门化的仲裁解决渠道。在涉及在巴中国投资的合同中，建议在争议解决条款中明确约定适用巴西承认的国际仲裁机构（如国际商会 ICC、CAM-CCBC），并明确约定准据法，以确保裁决在巴西境内具有可执行性。

3.9 出口加工区与特殊投资制度

出口加工区（ZPE）。巴西设立了出口加工区制度（*Zonas de Processamento de Exportações*, ZPE），为以出口为主要导向（出口比例不低于 80%）的企业提供税收优惠和简化监管程序。对于在巴西设立出口导向型制造基地的中国企业而言，ZPE 制度可能提供有吸引力的税务框架。

马瑙斯自由贸易区（ZFM）。马瑙斯自由贸易区依据第 288 号法令设立，受宪法保护至 2073 年，为区内工业企业提供联邦税（IPI）豁免、进口税（II）减免及 ICMS 优惠，已有若干中国企业在此设立生产基地，以享受其独特的税收竞争优势。

技术园区与创新激励制度。巴西通过《信息技术法》（*Lei de Informática*）和《良好法》（*Lei do Bem*，第 11.196/05 号法律）向科技和研发活动提供税收激励，允许企业对合格的研发支出进行额外的税前扣除（最高达支出额的 160% 至 180%）。对于在巴西建立研发中心的中国科技企业，这一制度可提供显著的税务节约效益。

3.10 中国在巴投资：现状与主要领域

中国对巴西的直接投资存量已超过 700 亿美元，使中国成为巴西最重要的外国直接投资来源国之一。这一数字在 2010 年前几乎可以忽略不计，过去十五年间的爆发式增长反映了两国经济互补结构所产生的强大投资动力。

能源领域是迄今为止中国在巴投资最为集中的行业，主要参与者包括国家电网（收购了巴西多家电力分销和输电公司）、三峡集团（参与多个水电项目）、中国石化（持有盐下层石油区块权益）。能源领域的投资受巴西电力监管局（ANEEL）和国家石油天然气局（ANP）的特别监管。

矿业领域，多家中国矿业企业正在评估巴西北部和中西部地区的矿产资源开发机会。矿业权的取得须经国家矿产资源局（ANM）批准，并受《矿业法典》及环境许可要求的约束。

农业综合企业领域，中国资本对巴西大豆、棉花及其他农产品价值链的投资持续增加，但受农村土地外资限制规定的约束，部分投资采取通过巴西中间公司持股或依据特许经营合同运营的结构安排。

▲ CADE 并购审查：国有企业须特别关注

中国国有企业在巴西进行大型并购时，须注意 CADE（经济保卫行政委员会）的合并控制审查。触发强制申报的门槛为：并购双方中至少一方在巴西的营业收入超过 7.5 亿雷亚尔，另一方在巴西的营业收入超过 7,500 万雷亚尔。CADE 对具有竞争影响的交易具有否决权，审查期限通常为 240 天（可延长至 330 天）。国有企业背景的交易还可能引发国家安全相关审查，须在交易规划阶段提前进行评估。

附录 — 主要税务参数速查表（截至 2026 年 2 月）

税务事项	国内法一般税率	协定优惠税率 (Decreto 12.620/2025)	备注
股息汇回 (IRRF)	10% (自 2026 年起, 不设金额门槛)	10% (持股 ≥10% 且满 365 天) / 5% (政府/主权基金)	2025 年前已批准分配者过渡期免税
利息汇回 (IRRF)	15%	10%	JCP 视为利息, 协定限额 10%
特许权使用费 (IRRF)	15%	15%	关联方支付受转让定价限制
自有资本利息 JCP (IRRF)	17.5%	10% (协定视为利息)	税务优化工具, 须满足实质条件
资本利得 (非居民)	15% 至 22.5% (累进)	依资产类别适用协定规定	持股超 25% 时巴西享有征税权
技术服务费 (IRRF)	15%	15% (视具体类别)	须区分 royalties 性质与纯劳务

本章内容反映截至2025年12月的现行法律状态，包括第14.286/2021号法律（《汇率新框架法》）、第12.620/2025号总统令（《巴中消除双重征税协定》）及第15.270/2025号法律（股息征税）的最新规定。税务规则处于持续变化之中，任何具体的税务规划须在个案分析的基础上向具备资质的专业顾问咨询。

第四章 · Capítulo IV

公司组织形式

Estruturas Societárias · Registro Empresarial · Compliance para Investidores Estrangeiros

本章为《巴西法律手册》（*Legal Guide: Manual de Direito Brasileiro*）第二版第四章，专门论述外国投资者在巴西市场设立与运营企业的法律框架。内容涵盖 2021 年立法改革后巴西主要公司形式的比较分析、注册程序详解、外资合规特殊要求及公司治理机制，并对简化股份公司（SAS）这一 2021 年新制度进行系统阐述。

立法要点 — 2021 年至 2024 年的关键改革

Lei n. 14.195/2021（营商环境改善法）：废除 EIRELI，确立单人 Ltda.（LTDA unipessoal）制度

Lei Complementar n. 182/2021（初创企业法律框架）：引入简化股份公司（SAS）运营模式

董事居住地限制放宽：外国人可担任巴西 S.A. 董事，无需在巴西居住（LSA 第 146 条修订）

电子合规简化：年营业额不超过 R\$7,800 万的非上市公司可采用电子公告与电子账簿

中国加入《海牙认证公约》（2024 年起）：文件认证程序大幅简化，降低外资进入行政成本

4.0 引言

对于进入巴西市场的中国投资者而言，选择适当的企业法律形式是整个投资决策链条中最具基础性意义的一环。这一选择不仅决定了股东的责任范围、税务负担、治理结构与利润分配方式，也直接影响未来融资、转让股权乃至退出市场的可行性。

巴西公司法体系以 2002 年《民法典》（*Lei n. 10.406/2002*）和 1976 年《股份公司法》（*Lei n. 6.404/1976*，以下简称 LSA）为两大支柱，辅以《商业登记法》（*Lei n. 8.934/1994*）及商业登记整合与注册局（DREI）发布的规范性指令，共同构成一套结构清晰、层次分明的公司法制度。

2021 年至 2022 年间，巴西立法机关完成了一轮重要的公司法改革。《营商环境改善法》（*Lei n. 14.195/2021*）废除了自然人有限责任公司（EIRELI）这一特殊类型，确立了单人有限责任公司（*LTDA unipessoal*）制度；《初创企业法律框架》（*Lei Complementar n. 182/2021*）则引入了“简化股份公司”（SAS，*Sociedade Anônima Simplificada*）的运营模式，大幅降低了中小型企业采用股份公司结构的制度成本。这两项改革对中国投资者具有直接而实质的影响，本章将逐一加以分析。

本章所述各类型企业形式，均允许外国自然人或法人作为股东或股份持有人。值得注意的是，外国股东在巴西设立企业须满足若干特殊要求：外国自然人须持有巴西个人纳税人登记号（CPF）；外国法人须取得在巴西的外国法人登记；在多数情况下，公司还须指定一名在巴西有住所的常驻法定代理人。这些要求将在本章第 4.8 节中详细阐述。

4.1 巴西法律承认的主要公司形式

巴西《民法典》第二编将企业组织形式区分为“简单型公司”（*sociedade simples*）与“商业型公司”（*sociedade empresária*）两大类，区别标准在于是否以组织化方式从事经济活动。绝大多数外国投资所设立的经营性实体均属商业型公司，并须向所在州商业注册局（*Junta Comercial*）登记注册。

在商业型公司中，巴西法律承认以下主要形式：

- ▶ **有限责任公司 Sociedade Limitada (Ltda.)** — 由《民法典》第 1.052 条至第 1.087 条规范，为巴西使用最为广泛的企业形式，约占全国注册企业总数的 90% 以上。股东以其出资额为限对公司债务承担责任，公司章程（*contrato social*）为核心治理文件。
- ▶ **股份有限公司 Sociedade Anônima (S.A.)** — 由 LSA 规范，分为上市公司（*companhia aberta*）和非上市公司（*companhia fechada*）两类。资本划分为股份，股东以其认购股份的出资额为限承担责任，适用于规模较大、股权结构较为复杂或有上市计划的企业。
- ▶ **简化股份公司 SAS** — 并非独立的公司类型，而是依据 LC n. 182/2021 对 LSA 的修订所允许的一种简化运营模式，适用于年营业额不超过 R\$7,800 万元的非上市公司（部分规则适用至 R\$5 亿元）。详见第 4.4 节。
- ▶ **分公司 Filial 与代表处 Escritório de Representação** — 外国公司在巴西设立的非独立法人机构，详见第 4.5 节。

此外，巴西法律还承认合伙企业（*Sociedade em Nome Coletivo*）、有限合伙（*Sociedade em Comandita Simples*）、股份制有限合伙（*Sociedade em Comandita por Ações*）等形式，但因实践中极少被外国投资者采用，本章不作展开论述。

4.2 有限责任公司 Ltda.：制度框架与实务要点

4.2.1 法律定义与基本特征

有限责任公司（*Sociedade Limitada*）以《民法典》第 1.052 条为基础规范，其核心特征在于：公司资本划分为“份额”（*quotas*）而非股份，每位股东以其认缴出资额为限对公司债务承担有限责任，公司法人财产与股东个人财产严格分离。

对于中国投资者而言，巴西有限责任公司（Ltda.）与中国《公司法》框架下的有限责任公司在基本逻辑上高度相近：均以出资为限、均以章程为治理核心、均禁止向社会公开募集资金。两者的主要差异在于治理机构的设置要求、利润分配的灵活程度，以及巴西 Ltda. 对份额转让的特殊规则。

4.2.2 资本与出资

《民法典》对有限责任公司的最低注册资本未设统一要求，各股东认缴的出资额可以现金、不动产、知识产权或其他可评估财产出资，但劳务不得作为出资（第 1.055 条）。出资额须在公司章程中明确记载，各份额须在公司设立时全额认缴，并按章程约定的期限实缴。

4.2.3 单人有限责任公司 LTDA Unipessoal

依据 *Lei n. 14.195/2021*，巴西有限责任公司现可由单一股东持有全部份额，即“单人有限责任公司”（LTDA unipessoal），无需最低股东人数要求。此前 EIRELI（个人有限责任企业）所承担的单人经营功能，已完全由单人 Ltda. 所取代。2021 年之前在巴西持有 EIRELI 的中国投资者，其实体在法律上已自动转换为单人 Ltda.，应核实商业登记状态是否已完成更新。

4.2.4 治理结构

有限责任公司以股东会或股东决议为最高决策机构，日常经营由“经理”（*administrador*）负责，可由股东或非股东担任。公司章程可选择设立监事会（*Conselho Fiscal*），但非强制要求。依据 2021 年改革，Ltda. 的经理可以是不在巴西居住的外籍人士，但实践中仍建议至少指定一名在巴西有住所的代理人以接收司法文件。

4.2.5 利润分配与份额转让

依据 2021 年改革，Ltda. 可在章程中约定与出资比例不同的利润分配方案（分配不平等），须经全体股东一致同意，且不得对债权人造成损害。对内转让（向其他股东转让份额）一般无限制；对外转让（向第三方转让）须经持有 3/4 以上资本的股东同意，章程可对此作出不同约定（第 1.057 条）。

4.2.6 适用场景

以下情形中，Ltda. 通常是外国投资者的最优选择：中小规模的商业运营、制造业或服务类子公司；无近期上市计划的独资或合资经营；股东结构相对简单、无需复杂股权激励安排的项目；以及对管理成本和合规负担较为敏感的市场进入阶段。

4.3 股份有限公司 S.A.：制度框架与适用场景

4.3.1 法律定义

股份有限公司（*Sociedade Anônima*，通称 S.A. 或 *companhia*）由 LSA（*Lei n. 6.404/1976*）专门规范，是巴西资本最为雄厚、治理最为规范的企业形式。在中国法律语境下，其最接近的对应形式是股份有限公司。S.A. 分为上市公司（*companhia aberta*，须在 CVM 登记，证券可在 B3 交易）和非上市公司（*companhia fechada*，无此要求），外国直接投资通常采用后者。

4.3.2 资本结构、股东与公司治理

S.A. 的资本划分为记名股份（*ações nominativas*），主要分为普通股（*ações ordinárias*，享有表决权）和优先股（*ações preferenciais*，通常不享有表决权，但享有优先分红或清偿权）。非上市 S.A. 中，优先股数量不得超过总股份的 50%（LSA 第 15 条）。设立时须至少由 2 人认购全部股份，首次发行价格至少 10% 的现金出资须存入指定银行（第 80 条）。

S.A. 须设立以下机构：股东大会（每年至少召开一次）；执行董事会（*Diretoria*，由 1 名或多名董事组成，负责日常管理）；董事会（*Conselho de Administração*，对上市公司及授权资本公司为强制设立，由至少 3 名成员组成）；监事会（*Conselho Fiscal*，可常设或临时设立）。2021 年改革后，S.A. 的董事可以是居住在境外的人士（LSA 第 146 条修订），对外国控股公司委派境外高管具有重要实践意义。

4.3.3 信息披露与年度义务

非上市 S.A. 须每年公布经审计的财务报表，年营业额超过 R\$7,800 万元者须在报纸或官方刊物上进行法定公告。2021 年改革后，年营业额不超过该标准的非上市公司可以电子方式公告并以电子记录代替法定账簿（LSA 第 294 条），大幅降低合规成本。

4.3.4 S.A. 的适用场景

S.A. 结构在以下情形具有显著优势：拟引入多轮融资或私募股权投资的企业；计划通过 B3 上市或发行可转换证券的项目；股权激励（股票期权、限制性股票）架构设计；需要精细化股东权利配置（优先清算权、反稀释条款、拖售权）的合资企业；以及希望未来在巴西或境外证券市场寻求上市的控股架构。

4.4 简化股份公司 SAS：2021 年新模式

4.4.1 法律性质与制度澄清

2021 年 6 月 1 日颁布的《初创企业法律框架》（*Lei Complementar n. 182/2021*）对 LSA 进行了修订，通过修订后的第 143 条、第 294 条及新增的第 294-A 条和第 294-B 条，确立了一种俗称“简化股份公司”（SAS）的低成本运营模式。

需要特别指出的是：SAS 并非独立的公司类型，而是在现行 S.A. 制度框架内允许满足特定条件的公司适用的简化规则集合。选择 SAS 模式的企业，其法律形式仍为 S.A.，仅在若干运营层面享有特殊豁免。这一细节在实践中常被误解，须予以明确。

4.4.2 核心简化措施

第一，执行机构精简。依据修订后的第 143 条，S.A. 的执行董事会现可由 仅 1 名董事构成，而此前最低要求为 2 名。这使小型 S.A. 的管理架构接近于 Ltda. 的单一 经理模式，有效降低了人事合规成本。

第二，公告义务简化。年营业额不超过 R\$7,800 万元的非上市公司（依 第 294 条），可以电子方式进行法定公告，无需在报纸上刊登，并可以电子记录代替法定 账簿，从而大幅削减出版成本。

第三，利润分配灵活化。依据修订后的第 294 条第 4 款，章程若未规定 股息分配方式，股东大会可自由决定分配比例，不受持股比例约束。这赋予了 S.A. 与 Ltda. 相当的利润分配灵活性，有利于在中外合资公司中进行差异化财 务安排。

第四，资本市场准入便利化。第 294-A 条和第 294-B 条授权 CVM 为年 营业额不超过 R\$5 亿元的"小规模公 司" (*companhias de menor porte*) 制定简化 的证券发行登记规则，为中型企业开辟了通向资本市场的简化路 径。

4.4.3 SAS 在中国企业架构中的适用

SAS 模式填补了 Ltda.（灵活但不适合股权融资）与传统 S.A.（规范但成本较高）之间的 制度空白。对于希望在巴 西建立轻资产运营实体、同时保留未来引进外部投资者或上市可能 性的中国企业，SAS 提供了一种前期成本可 控、中长期扩展空间宽裕的结构选项。值得强调的是，目前几乎没有任何以外文撰写的巴西投资指南对 SAS 制度 作出系统分析，这一制度 对初次进入巴西市场的外国投资者而言仍属信息盲区。

4.5 外国公司在巴西的非独立经营形式：分公司与代表处

4.5.1 分公司 Filial

外国公司可依据 LSA 第 1.134 条及相关法规在巴西设立分公司，无需创设独立法律实体。分公司在法律上为外国 母公司的组成部分，其债务由母公司连带承担，不享有有限责任保护。

在巴西设立外国公司分公司须经巴西联邦政府正式授权 (*autorização de funcionamento*)，程序较为繁琐，历 时通常数月乃至一年以上。授权申请须提交经 认证的母公司章程文件、财务报表、股东会决议及在巴西设立分公 司的专项决议，全部文件 须经公证、领事认证（或海牙认证）并翻译为葡萄牙语。

从税务角度而言，分公司须就其在巴西境内产生的收入依法缴纳企业所得税（IRPJ）和社会 贡献税（CSLL），税 务处理方式与独立法人实体大体相同。因此，从责任隔离与税务管理 的角度考量，绝大多数外国投资者仍优先选择 设立独立法人子公司，而非分公司。

4.5.2 代表处 Escritório de Representação

代表处是外国公司在巴西开展市场调研、商业联络、合作伙伴接洽等辅助性活动的常见形式， 不具有独立法律人 格，不得在巴西境内开展任何直接产生收入的商业活动。

代表处同样须向 DREI 登记，但程序相对简单。从税务角度而言，若代表处的活动被认定为 具有固定营业机构性质 (*estabelecimento permanente*)，则可能触发巴西税务 义务。Decreto 12.620/2025（巴中双重征税协 定）对"常设机构"的认定标准作出 专门规定（第 5 条），直接关系到代表处的税务定性，建议中国企业在设立前进 行专项 税务评估。

4.6 公司形式比较分析与决策维度

以下比较分析综合考量了责任保护、治理结构、设立与运营成本、融资适应性及税务灵活性 等核心维度，旨在为投资者提供初步决策参考框架。具体选择仍须结合投资目的、行业限制、股权结构及税务规划方案进行个案评估。

- ▶ **责任保护** — Ltda.、S.A. 及 SAS 均提供完整 的有限责任保护。分公司不提供母公司层面的责任隔离，母公司对分公司债务承担无限 连带责任。
- ▶ **设立成本** — Ltda. 设立成本最低；SAS 因采用 S.A. 结构，成本介于 Ltda. 与传统 S.A. 之间；传统 S.A. 因强制审计及多机构合规要求 成本较高；分公司因需政府授权，行政成本最高。
- ▶ **合规复杂度** — Ltda. 最简（章程+股东决议）；SAS 中等（S.A. 架构，但管理机构可简化）；传统 S.A. 最高（强制机构设置、年度审计、法定公告义务）。
- ▶ **融资适应性** — Ltda. 受限（不可公开发行份额，转让受诸多限制）；S.A.（含 SAS）最优（可发行不同类别股份、设置优先权、引入私募 投资者、预设股权激励计划）。
- ▶ **利润分配灵活性** — Ltda. 和 SAS 均支持不按 持股比例分配；传统 S.A. 须按持股比例分配（优先股除外）。
- ▶ **适用建议** — 一般性商贸或制造业子公司，优先 选择 Ltda.；拟引入融资或建立股权激励的科技或创新型企业，优先选择 SAS 模式 S.A.；规模化运营、复杂股权结构或有上市意向的项目，选择传统 S.A.；市场初步调研或轻量级 商务存在，选择代表处或分公司。

4.7 公司设立程序与登记要求

无论选择何种企业形式，在巴西设立公司均须完成以下主要程序。在专业律师协助下，完整 流程通常需要 45 至 90 天，具体时间因所在州及企业类型而存在差异。

商业登记 Junta Comercial

这是设立流程的起点。申请材料通常包括：公司章程（Ltda.）或公司章程及认购书（S.A.）正本；全体股东的身份证明文件及 CPF（外国自然人）或护照；若股东为外国法人，须提供 公司注册文件及授权书；设立地址证明文件。自 2019 年起，巴西推进“一站式开业”（REDESIM）改革，各州商业注册局已普遍推行电子申请，部分主要城市可在 3 至 5 个工作日内完成初步审批。

联邦税号 CNPJ/MF

商业注册完成后，须通过联邦税务局（*Receita Federal*）申请全国法人纳税人 登记号（CNPJ）。CNPJ 是公司在巴西开展一切经营活动、签署合同、开设银行账户、进出口 报关的基础性标识，无 CNPJ 则无法开展实质经营。

州税登记 Inscrição Estadual

从事商品销售或工业生产的企业，须向所在州财政局申请州税登记（IE），以缴纳 ICMS（商品流通与服务税）。纯服务型企业通常无需此项登记。需要注意的是，随着 2026 年起 EC 132/2023 税改逐步实施，ICMS 将向新设的 IBS（商品与服务税）过渡，相关登记要求 亦将随之调整。

营业执照 Alvará de Funcionamento

企业须向所在市政府申请营业执照，具体要求（含消防安全、建筑合规、环境评估等）因 行业和城市而异。主要城市已全面推行网上申请，但部分特定行业（如食品、化工、医疗） 仍须现场检查方可获批。

社保与劳动登记 INSS / eSocial

如公司计划雇用员工，须在社会保障局（INSS）登记，并加入 eSocial 平台。eSocial 整合了劳动关系、社会保障及税务信息的数字化申报，是巴西劳动合规的核心基础设施。未按时完成 eSocial 登记将导致严重的合规处罚。

外资登记 SCE-IED

外国资本汇入须通过巴西中央银行（BACEN）的 SCE-IED 系统进行申报登记，这既是外资监管要求，也是未来汇回利润或资本的前提条件。详见第三章。

全流程建议全程委托在当地有实际操作经验的法律顾问，以规避文件认证、翻译及时序安排方面的常见失误，并确保各登记之间的信息一致性。

4.8 外国投资者的特殊合规要求

外国自然人或法人在巴西设立公司，须满足若干区别于本地投资者的额外合规要求。

CPF — 外国自然人税号

外国自然人股东须持有 CPF。CPF 申请可在巴西驻华使领馆（或任何巴西驻外领事馆）或通过巴西联邦税务局网站完成，也可在巴西境内通过指定机构办理。无论该外国人是否居住在巴西，均须持有 CPF 方可成为巴西公司的股东。CPF 申请程序相对简单，通常数个工作日内可完成，但须提前规划以免延误设立进程。

外国法人 CNPJ 登记

若外国公司（如中国母公司）作为巴西公司的股东，须先在巴西联邦税务局以“外国法人”身份获得专项 CNPJ 登记。这一要求使外国法人股东的变更（如集团内部重组）在行政程序上较国内公司更为复杂，在设计股权结构时须提前考量，避免因结构调整引发不必要的重新登记成本。

常驻代理人 Procurador Residente

Ltda. 和 S.A. 均须在公司章程或授权委托书中指定至少一名在巴西有固定住所的代理人，持有该公司的一般授权书（*procuração*），代表公司接受法律文件送达并处理行政事务。该代理人可以是个人或专业机构（如律师事务所）。在实践中，委托巴西律师事务所担任常驻代理人既经济又高效，同时可确保法律文件的及时处理。

海牙认证 Apostila

所有在巴西境外签发的文件（包括中国母公司的章程、股东会决议、委托书等）须经巴西驻华使领馆领事认证，或经海牙认证（*Apostille*，适用于加入《海牙公约》的国家。中国已于 2023 年 3 月正式加入《取消外国公文书认证要求的公约》，并自 2023 年 11 月 7 日对中国生效，此程序大幅简化）。认证后的文件还须翻译成葡萄牙语，翻译须由经巴西商业注册局认证的宣誓翻译官（*tradutor juramentado*）完成。

EIRELI 的过渡转换

Lei n. 14.195/2021 废除了 EIRELI，并禁止新设 EIRELI。已存在的 EIRELI 在法律上自动转换为单人 Ltda.。对于 2021 年前在巴西设立了 EIRELI 的中国投资者，应核实其法律状态是否已完成商业注册局的转换登记，以确保公司名称及章程中的类型标识与现行法律要求一致。

4.9 公司治理与持续合规义务

4.9.1 Ltda. 的治理结构与机关

Ltda. 的日常管理由“经理”（*administrador*）负责，其任命、权限范围及任期均须在公司章程中明确规定，或通过股东决议另行授权。经理可以是股东或非股东，可以是巴西居民或外籍人士（2021 年改革后居住地限制已大幅放宽）。

经理对在其职权范围内以公司名义实施的行为不承担个人责任；但对超越章程权限、违反法律或章程的行为，须承担个人连带责任（《民法典》第 1.016 条）。在劳动、税务及环境领域，巴西法院确立了“刺破公司面纱”的特殊责任认定规则，当公司财产不足以清偿相关债务时，可向股东追责。

股东会的专属权限包括：修改公司章程、批准年度财务报表、批准利润分配方案、任免管理层、批准对外担保或超出经营范围的重大交易等。股东会决议通常须以超过 3/4 的资本份额通过（重大事项），普通事项须以超过 50% 的资本份额通过。

4.9.2 S.A. 的治理结构与股东协议

S.A. 以股东大会为最高权力机关，以执行董事会为管理机关，以监事会为监督机关，治理结构更为正式。董事会（若设立）负责战略决策，执行董事会负责日常运营，两者职能须在章程中清晰划分。

外资控股 S.A. 中常见的治理议题涉及：控股股东与少数股东之间的权利平衡；超级多数决（*quórum qualificado*）事项的范围约定；以及股东协议（*Acordo de Acionistas*）的效力。LSA 第 118 条明确赋予股东协议约束公司治理行为的法律效力——包括表决权的行使方式、优先购买权、拖售权及跟售权——并要求公司在收到股东协议副本后将其归档，相关决议须遵守股东协议的约定。这一制度在巴中合资公司谈判中具有核心实践意义，中方投资者应在股东协议的起草和谈判上给予高度重视。

4.9.3 持续合规义务

无论采用何种公司形式，巴西公司均须履行以下常规合规义务：年度财务报表的编制（Ltda. 和 S.A. 均须）；联邦税务局年度申报（DIPJ/ECF）；BACEN 年度外资申报（DEF，适用于外资持股达 5% 以上、资本额达 R\$250 万元以上的实体）；eSocial 月度申报（如有雇员）；以及各税种的定期申报与缴纳。

4.10 投资退出路径与法律架构

投资者在进入巴西市场时，应同时对退出路径有所规划。巴西法律承认以下主要退出方式。

股权转让 *Cessão de Quotas / Alienação de Ações*

这是最常见的退出方式。Ltda. 的份额转让须依据前述规则（对外转让须经持有 3/4 以上资本的股东同意，章程可另有约定）；S.A. 的股份转让通常无须其他股东同意，但须遵守章程约定的优先购买权及股东协议中的锁定期等安排。转让所得的资本利得税务处理，须依据 *Decreto 12.620/2025* 第 13 条（巴中双重征税协定关于资本利得的规定）进行分析，具体税率及征税归属取决于被转让资产的性质（详见第三章）。

减资与利润分配 **Redução de Capital / Distribuição de Lucros**

公司可通过股东决议减少注册资本，将多余资本返还给外国股东，此举须通知债权人并经过90天的法定异议期。利润的汇回自2026年起受Lei 15.270/2025约束，汇往境外的金额超过R\$5万元/月（或R\$60万元/年）者须缴纳10%的预提所得税（IRRF），并须通过SCE-IED系统向BACEN申报（详见第三章）。

公司清算 **Liquidação**

对于完全退出，须启动正式清算程序：召开股东会通过解散决议、任命清算人（*liquidante*）、在报纸或电子媒体上公告、通知债权人（90天异议期）、清偿债务、分配剩余资产，最终向商业注册局申请注销登记。巴西的清算程序在实践中可能历时数月至一年以上，建议在设立公司时即在章程和股东协议中预先安排清算触发条件及程序，以减少未来退出的摩擦成本。

退出条款的合同设计

经验表明，许多外国投资者在进入巴西时忽视了退出规划，导致日后在股权转让或清算时面临意料之外的法律障碍与税务成本。建议在合资协议和章程谈判阶段即纳入：明确的退出触发条件（如业绩不达标、股东僵局）、估值方法约定、拖售权与跟售权条款，以及争议解决的仲裁条款。

4.11 主要公司形式比较速查表

以下速查表汇总了本章所述主要公司形式的核心参数，供投资者在初步决策阶段快速比较参考。实际选择须结合个案情况进行专业法律评估。

比较维度	Ltda.	S.A.（传统）	SAS 模式	分公司 Filial
法律依据	民法典 § 1.052 起	LSA / Lei 6.404/76	LC 182/2021 + LSA	LSA § 1.134 + 行政法规
最低注册资本	无统一要求	无统一要求	无统一要求	须政府授权
最低股东数	1 人（单人制）	2 名发起人	2 名发起人	母公司 1 家
有限责任	有	有	有	无（母公司连带）
可否公开募集	不可	可（上市 S.A.）	小规模可（CVM 规则）	不适用
利润不等比分配	可（一致同意）	原则按持股比例	可（章程约定）	不适用
强制审计	中小型可豁免	强制	年收入 < R\$7,800 万可简化	参照母公司规则
设立周期（参考）	30-60 天	45-90 天	45-90 天	3-12 个月
最适典型场景	商贸／制造业子公司	大型／上市／复杂结构	初创／融资／中型企业	市场调研／轻量进入

本章内容仅供一般信息参考，不构成法律意见。巴西法律可能因行业、州别或项目特殊情况而存在差异。投资者在作出任何法律或商业决策前，应就具体情况咨询专业律师。本章反映截至2026年2月的立法状态。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material. Atualizado em fevereiro de 2026.

巴西税收体系与企业所得税申报制度

Sistema Tributário · Regimes de Apuração · Compliance Fiscal para Investidores Estrangeiros

本章为《巴西法律手册》第二版第五章，专门论述巴西税收体系的整体架构与企业所得税三大申报制度。内容涵盖联邦、州、市三级主要税种、*Simples Nacional* 对外国股东的特殊限制、*Lucro Presumido* 在 LC 224/2025 改革后的最新变化（含司法争议），以及 *Lucro Real* 在规模企业和关联方交易场景下的应用，并以比较矩阵辅助决策。

立法要点与核心提示

巴西税制采用联邦、州、市三级征税权，企业须同时处理三个层面的纳税义务

Simples Nacional：外国非居民股东通常无资格适用，须在注册前确认

Lucro Presumido：2026 年起 LC 224/2025 对年营业额超 R\$500 万元部分提高推定利润率 10%（存在司法争议）

Lucro Real：年营业额超 R\$7,800 万元强制适用；对从境外取得收益的企业亦为强制

转让定价：Lei 14.596/2023 起巴西规则向 OECD 标准接轨，直接影响中巴集团内关联交易

制度选择截止日期：每年 1 月 31 日，全年不可更改，须提前进行税务模拟测算

5.0 引言

对于在巴西开展业务的企业而言，税务合规既是基础性义务，也是影响投资回报率最关键的制度变量之一。巴西的税收体系以其复杂程度著称于世界：国家、州（省）和市三个层级各自拥有独立的征税权；联邦层面的税种多达数十种；税法规范更新频繁，每年新增的法规、指令和解释性公告数量惊人。世界银行《营商环境报告》历年数据显示，巴西企业用于税务合规的平均工时长期位居全球最高之列，企业主往往须在专业税务顾问协助下，投入大量时间和成本方能满足合规要求。

正因如此，选择正确的企业所得税申报制度（*regime tributário*）是每家在巴西设立企业的外国投资者必须面对的首要税务决策，且该决策通常须在每年1月31日前完成，一经选定全年不得更改。不同制度之间的税负差异可能高达数个百分点，在某些情况下甚至可能使同等营业额的企业实际税负相差50%以上。这一决策没有放之四海而皆准的正确答案，须结合企业的收入规模、利润率、成本结构、股权构成和未来规划进行综合评估。

本章首先介绍巴西税收体系的整体架构（第5.1节），随后逐一分析三种主要企业所得税申报制度：联邦简化税制（*Simples Nacional*，第5.2节）、推定利润制（*Lucro Presumido*，第5.3节）和实际利润制（*Lucro Real*，第5.4节），最后以比较矩阵和决策指引（第5.5节）收结。本章特别提示了若干对外国投资者具有决定性影响但在通行指南中鲜有关关注的制度细节，包括 *Simples Nacional* 对外国股东的资格限制，以及截至本书付印前正在司法层面引发广泛争议的 LC 224/2025 改革。

关于第六章的预告：巴西2023年宪法修正案（EC 132/2023）启动的税制改革（*Reforma Tributária*）——涉及 ICMS、ISS、PIS、COFINS 向新税种 IBS 和 CBS 的全面过渡，以及2026年起正式进入实施阶段的时间表——将在第六章进行专章分析，以保证本章的内容聚焦性和分析深度。

5.1 巴西税收体系的三级架构

巴西税收制度以1988年《联邦宪法》（CF/88）为根本依据，宪法第145条至第162条划定了联邦（*União*）、州（*Estados*）和市（*Municípios*）三级政府各自的征税权限，构成全球结构最为复杂的税制体系之一。理解这一三级体系，是外国投资者理解任何具体税种的前提。

5.1.1 联邦税 *Tributos Federais*

由联邦政府通过联邦税务局（*Receita Federal do Brasil*，RFB）负责征收，涵盖主要企业税种：

企业所得税（IRPJ，*Imposto de Renda Pessoa Jurídica*）：对企业利润征收，基本税率15%，超额附加税率10%，是企业税务规划的核心税种，税率和计税基础因申报制度不同而存在显著差异。

社会贡献税（CSLL，*Contribuição Social sobre o Lucro Líquido*）：对企业利润征收，一般工商企业税率9%，金融机构最高20%。与IRPJ同步申报缴纳，不得抵免。

社会融合计划贡献（PIS，*Programa de Integração Social*）：对营业收入征收，税率因申报制度不同分为0.65%（累积制，适用于推定利润制）和1.65%（非累积制，适用于实际利润制，可抵扣进项）。

社会资助贡献（COFINS，*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*）：对营业收入征收，税率因申报制度不同分为3%（累积制）和7.6%（非累积制，可抵扣进项）。

工业产品税 (IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados)：联邦消费税，适用于制造业和进口商品，税率因产品类型差异极大（从 0% 至 300% 以上）。进口商品的 IPI 在海关环节缴纳。

金融操作税 (IOF, Imposto sobre Operações Financeiras)：对贷款、外汇、证券和保险等金融操作征收，税率因操作类型不同，从 0.38% 到 6.38% 不等。对外汇操作（如外国股东汇入资本或汇回利润）尤为重要。

5.1.2 州税 Tributos Estaduais

商品流通与服务税 (ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)：巴西最重要的州级税种，对商品销售、州际商品流通、进口商品及若干服务（如通信、州际运输）征收。各州税率不一，一般在 7% 至 25% 之间，是“税收战争” (*guerra fiscal*) 的主要战场，也是 2023 年税制改革 (EC 132/2023) 重点整合的税种之一（详见第六章）。

车辆所有权税 (IPVA)：对机动车所有者征收，各州税率不一，一般为车辆市场价值的 2% 至 4%。

遗产与赠与税 (ITCMD)：对遗产继承和赠与行为征收，各州税率不一，上限为 8%。

5.1.3 市税 Tributos Municipais

服务税 (ISS, Imposto sobre Serviços)：对在巴西境内提供的服务征收，税率由各市自行确定，一般在 2% 至 5% 之间，最高不得超过 5% (LC 116/2003)。服务型企业的核心税种，亦为 EC 132/2023 整合目标之一（详见第六章）。

城市土地建筑税 (IPTU)：对城市房产征收，各市税率和评估方法不一，属地性强。

不动产交易税 (ITBI)：对房产买卖征收，一般为交易价值的 2% 至 3%，与遗产和赠与税 (ITCMD) 不同，后者属州税。

5.1.4 社保贡献 INSS

在劳动关系税务成本中占据重要地位，但不属于“税” (*tributo*)，而属于社会保险缴费。一般雇主须就员工薪酬缴纳 20% 的国家社会保险基金 (INSS/RGPS)，加上其他风险和第三方缴款，综合雇主负担通常在薪酬总额的 26% 至 36% 之间（取决于行业和工资级别）。部分行业适用特殊的折衷制度 (*contribuição sobre a receita bruta*)，已于 2025 年后恢复过渡调整，详细规则另行评估。

5.2 联邦简化税制 Simples Nacional 与外资限制

5.2.1 制度概述

联邦简化税制 (*Simples Nacional*) 由《补充法》第 123/2006 号 (LC 123/2006) 规范，是面向微型企业 (ME，年营业额不超过 R\$36 万元) 和小型企业 (EPP，年营业额不超过 R\$480 万元) 的统一税收制度。其核心优势在于：将 IRPJ、CSLL、PIS、COFINS、IPI、INSS 雇主贡献、ICMS 和 ISS 八个主要税种合并为一张月度征税单 (DAS, *Documento de Arrecadação do Simples Nacional*)，大幅简化缴税和合规程序。

截至 2024 年 12 月，超过 2,300 万家企业参与 *Simples Nacional*，覆盖巴西约 98% 的工商注册企业。这一规模充分说明该制度对巴西中小企业生态的基础性作用。

5.2.2 适用条件与外国股东限制

Simples Nacional 的适用须同时满足以下条件：年营业额不超过 R\$480 万元；经营活动属于该制度允许的范围（金融机构、保险公司、出口商品烟草制造商等明确排除在外）；企业无未清税务欠款；CNPJ 处于正常状态。

对于中国投资者而言，以下限制具有决定性的实践意义，通常在咨询初期即应明确：依据 LC 123/2006 及其历次修订，如公司有任何股东不在巴西境内居住，该公司通常无法加入 *Simples Nacional*。换言之，若中国母公司或在中国居住的自然人作为巴西公司的股东，该巴西公司通常不符合 *Simples Nacional* 的资格要求，须改选 *Lucro Presumido* 或 *Lucro Real*。

此一限制在实践中经常被忽视，导致部分外资企业在设立初期错误选择 *Simples Nacional*，日后面临合规风险。建议所有外国投资者在企业注册前即就此问题进行专项法律确认。

5.2.3 税率结构与附表 Anexos

Simples Nacional 依据企业活动类型设有五个附表，各附表依据过去 12 个月累计营业额（RBT12）划分六个税率区间，适用累进税率。主要附表如下：

附表 I（商品零售）：有效税率区间约 4% 至 19%；**附表 II**（工业制造）：约 4.5% 至 30%；**附表 III**（一般服务）：约 6% 至 33%；**附表 IV**（劳动密集型服务）：约 4.5% 至 33%（INSS 须另行缴纳）；**附表 V**（技术与知识密集型服务）：约 15.5% 至 30.5%。

实际税率以如下公式计算：有效税率 = (RBT12 × 名义税率 - 扣除额) / RBT12。因此，名义税率不等于实际税率，须逐月依据累计营业额精确计算。此外，*Simples Nacional* 中 ICMS 和 ISS 的适用存在 R\$360 万元的分项限额：年营业额超过该标准者，须就 ICMS 和 ISS 在 *Simples* 体系之外单独申报缴纳，实质上承担了更高的合规负担。

5.2.4 Simples Nacional 对中国投资者的实践意义

鉴于外国股东通常不在巴西境内居住这一制度性障碍，*Simples Nacional* 在实践中并非大多数中国直接投资所设企业的可用选项。即便从技术上满足申请条件（例如在巴西居住的永久居留股东），其适用范围（年营业额上限 R\$480 万元）对于大多数规模化中国投资项目而言也过小。本章随后的分析将着重于 *Lucro Presumido* 和 *Lucro Real* 两种制度。

5.3 推定利润制 Lucro Presumido 与 LC 224/2025

5.3.1 制度框架与适用范围

推定利润制（*Lucro Presumido*）是巴西中型企业使用最为广泛的企业所得税申报制度，适用于年营业额不超过 R\$7,800 万元且不属于强制适用实际利润制的企业。其核心机制在于：税务机关不要求企业计算实际利润，而是依据企业活动类型，对营业收入适用法定“推定利润率”（*percentual de presunção*），以此作为 IRPJ 和 CSLL 的计税基础，从而大幅简化所得税的申报和计算程序。

对于中国投资者而言，推定利润制通常是进入巴西市场初期（尤其是年营业额在 R\$500 万元至 R\$7,800 万元之间）最具操作性的制度选择——前提是公司实际利润率高于推定利润率，否则可能导致税负虚高。

5.3.2 推定利润率与税率结构

依据现行法规，主要活动类型的推定利润率如下：商贸业（货物销售）：8%；工业制造：8%；运输服务（货运）：8%；一般服务提供：32%；金融机构、保险：规定利率另计。

以一般服务提供为例，若公司季度营业额为 R\$100 万元，推定利润基础为 R\$32 万元（32%），IRPJ 税率为 15%，即应缴 IRPJ 为 R\$4.8 万元；若推定利润基础超过每季度 R\$6 万元（即每月 R\$2 万元），则超出部分另行适用 10% 的附加税率（*adicional de 10%*）。CSLL 税率为 9%，对服务业，计税基础通常按营业收入的 32% 计算。

PIS 和 COFINS 在 *Lucro Presumido* 下采用累积制：PIS 税率 0.65%，COFINS 税率 3%，均对营业收入直接征收，不得抵扣进项税额。

5.3.3 LC 224/2025 改革：2026 年起累进推定机制

这是截至本书付印时（2026 年 2 月）影响推定利润制最为重大的立法变化。2025 年 12 月 26 日颁布的《补充法》第 224/2025 号（LC 224/2025）对推定利润制引入了累进机制：对于年营业额超过 R\$500 万元的部分，各类活动的推定利润率在原有基础上额外增加 10%。

以商贸业为例：年营业额 R\$500 万元以内的部分，推定利润率仍为 8%；超过 R\$500 万元的部分，推定利润率升至 8.8%（提高 10%），IRPJ 和 CSLL 的计税基础相应扩大。这对年营业额在 R\$500 万元至 R\$7,800 万元之间的企业实际税负产生直接影响。

需要特别指出的是：关于 LC 224/2025 的法律性质，巴西税法学界和司法界尚存争议。部分企业认为推定利润制是《国家税法典》（CTN）第 44 条所规定的法定计税方法，而非税收优惠，因此 LC 224/2025 对其适用存在违宪疑问。2026 年初，巴西已有联邦法院裁定暂时中止 LC 224/2025 关于提高推定利润率的规定，但该中止命令仅对提起诉讼的特定企业有效，不具有普遍约束力。建议受此影响的企业在专业税务律师协助下，就是否提起诉讼进行个案评估。

5.3.4 申报与缴纳周期

推定利润制下，IRPJ 和 CSLL 每季度申报缴纳一次（季末后次月缴纳）；PIS 和 COFINS 每月申报缴纳。主要电子申报义务包括：DCTFWeb（月度）、EFD-Contribuições（PIS/COFINS 申报）、ECF（年度企业所得税申报，替代原 DIPJ）和 ECD（年度数字会计报告）。

5.3.5 推定利润制的优势与限制

推定利润制通常在以下情形具有明显优势：实际利润率高于推定利润率（如服务业实际利润率超过 32%）；成本费用较少、无大量可抵扣进项税额；公司倾向于简化合规负担、降低会计成本；年营业额稳定，无大幅波动风险。

反之，当企业实际利润率低于推定利润率（如制造业初期亏损或微利运营）时，推定利润制将导致企业对并不存在的“利润”缴税，此时实际利润制（*Lucro Real*）通常更为有利。

▲ 司法警示：LC 224/2025 的合宪性争议

《补充法》第 224/2025 号（2025 年 12 月 26 日颁布，2026 年 1 月 1 日起生效）将推定利润制的推定利润率对 R\$500 万元以上营业额部分提高 10%。该规定的合宪性在巴西司法层面存在争议，已有联邦法院颁布初步禁止令暂停特定企业适用该增加税率。禁止令目前仅对提起诉讼的特定企业有效，其他企业须自行提起诉讼方能获得同等保护。建议受影响的企业立即咨询税务律师，评估是否具备申请司法救济的条件，并在 DARF 申报截止日期前作出决策。

5.4 实际利润制 Lucro Real 与关联方交易

5.4.1 制度框架与强制适用条件

实际利润制 (*Lucro Real*) 以企业的实际会计利润 (经税法规定的加项和减项调整后) 作为 IRPJ 和 CSLL 的计税基础, 是巴西税法体系中最为严格、合规要求最高的企业所得税申报制度, 同时也是最能如实反映企业真实税负能力的制度。

以下类型的企业须强制适用实际利润制 (不得选择其他制度): 年营业额超过 R\$7,800 万元的企业; 金融机构、银行、证券公司、保险公司和信贷机构; 享受税收减免优惠的企业 (特定政府批准的税收激励项目); 从境外取得收益或资本利得的企业 (这一条件对有中国母公司向巴西子公司提供贷款或分配利润的情形具有直接适用意义); 实行分期计划 (REFIS、PERT 等) 下规定须适用的企业。

5.4.2 税率结构

实际利润制下, IRPJ 税率为 15% (基本税率), 超过每月 R\$2 万元的应税利润部分另加 10% 附加税率 (*adicional*); CSLL 税率为 9% (一般工商企业, 金融机构最高 20%)。IRPJ 和 CSLL 均以实际计税利润为基础, 允许扣除各类经营费用、折旧、摊销及法定亏损补偿。

PIS 和 COFINS 在实际利润制下采用非累积制 (*regime não-cumulativo*): PIS 税率 1.65%, COFINS 税率 7.6%, 但允许就采购原材料、服务、资产租赁、能源费用等特定支出抵扣进项税额, 从而降低实际税负。对于采购成本较高的制造业和贸易企业, 非累积制 PIS/COFINS 的进项抵扣机制可带来可观的税额节省。

5.4.3 申报周期与年度/季度选择

实际利润制提供两种申报周期选择: 年度制 (*apuração anual*) 须按月预缴 IRPJ 和 CSLL (以收入估算额或上年实际利润为基础), 年末结算多退少补; 季度制 (*apuração trimestral*) 每季度精确计算实际利润, 当期确定应纳税额, 不存在年末多退少补机制, 但亏损季度的税收损失仅可向后结转补偿当年盈利季度 (30% 补偿上限)。年度制通常更灵活, 季度制则更为简单直接。

5.4.4 税务亏损结转

实际利润制允许税务亏损 (*prejuízo fiscal*) 向后无限期结转, 但每年最多只能用亏损补偿当年应税利润的 30% (结转补偿限额, *teto de 30%*)。这一规则对前期投资巨大、初期亏损的外国投资项目具有重要的长期税务规划价值——亏损可以保留, 在未来盈利年份逐步抵扣, 降低中长期税负。

5.4.5 转让定价规则与关联方交易

对于与中国母公司存在关联交易的巴西子公司, 实际利润制下的转让定价 (*preços de transferência*) 规则具有特别重要的意义。巴西自 2024 年起逐步采用与 OECD 标准接轨的转让定价规则 (*Lei n. 14.596/2023*), 要求关联方之间的交易须按独立交易原则定价。如中国母公司向巴西子公司收取的技术服务费、管理费或利息未能证明符合独立交易原则, 联邦税务局有权作出调整, 追征 IRPJ 和 CSLL, 并加收利息和罚款。

5.4.6 申报义务

实际利润制要求完整的数字会计记录: ECD (数字会计报告, 年度提交)、ECF (年度企业所得税申报, 含全套附表)、EFD-Contribuições (PIS/COFINS 月度申报)、DCTFWeb (月度税款申报和支付)、SPED ICMS/IPI (如适用)。合规成本明显高于推定利润制, 通常须配备专业会计师团队或外聘专业会计事务所。

▲ 战略提示：中国母公司关联方贷款的税务处理

如中国母公司或关联方向巴西子公司提供贷款，其利息支付将触发以下税务处理：**第一**，利息支付给境外关联方须缴纳预提所得税（IRRF），税率依据 *Decreto 12.620/2025*（巴中双重征税协定）在 10% 至 15% 之间；**第二**，巴西子公司就利息支出的税前扣除须符合转让定价和资本弱化（*subcapitalização*）规则——关联方贷款超过净资产一定比例的部分，其利息不得税前扣除；**第三**，从境外取得收益（包括关联方贷款利息收入）将触发强制适用实际利润制的要求。建议在进行任何集团内贷款安排前进行专项 税务评估。

5.5 三种制度比较与决策矩阵

三种企业所得税申报制度在税率结构、合规要求和适用场景上各有利弊。以下比较矩阵从 外国投资者的视角出发，对核心维度进行系统梳理，以供初步决策参考。具体选择须结合 企业实际情况进行专业评估。

比较维度	Simples Nacional	Lucro Presumido（推定利润制）	Lucro Real（实际利润制）
适用年营业额上限	R\$480 万元	R\$7,800 万元	无上限（超过 R\$7,800 万元强制适用）
外国股东资格	通常不适用（外国非居民股东）	适用（无股东居住地限制）	适用（无股东居住地限制）
IRPJ 计税基础	推定利润（附表固定比例）	推定利润（按行业 8% 或 32%）	实际会计利润 ± 税法调整
IRPJ 税率	含于 DAS 综合税率（4%–33%）	15% + 10% 附加（超额部分）	15% + 10% 附加（超额部分）
CSLL 税率	含于 DAS 综合税率	9%（服务业基础 32%）	9%（一般企业）
PIS/COFINS 模式	含于 DAS（累积制）	累积制：PIS 0.65% + COFINS 3%	非累积制：PIS 1.65% + COFINS 7.6%（可抵扣）
税务亏损结转	不适用	不可结转	可结转（每年上限 30% 抵扣）
会计要求	简化记账	简化记账（ <i>Livro Caixa</i> ）	完整数字会计（ECD/ECF/SPED）
合规成本	最低	中等	最高
2026 年新变化	无重大变化	LC 224/2025：年营业额 > R\$500 万元部分推定利润率 +10%（有争议）	转让定价规则与 OECD 接轨（ <i>Lei 14.596/2023</i> ）
最适典型场景	微小型全资巴西企业（外资通常不适用）	服务业／贸易业，利润率稳定，年营收 R\$500 万–R\$7,800 万	制造业／金融／亏损期项目／规模企业

决策建议

对于大多数中国直接投资项目，实践中的制度选择路径通常如下：年营业额在 R\$500 万元 以下且技术上能满足 *Simples* 条件（极少数情况）——评估 *Simples Nacional*；年营业额在 R\$500 万元至 R\$7,800 万元之间，且实际利润率高于法定 推定利润率——优先考虑 *Lucro Presumido*（同时关注 LC 224/2025 的司法 进展）；年营业额超过 R\$7,800 万元，或存在大量可抵扣进项、前期亏损、或复杂关联方 交易——适用 *Lucro Real*。

无论最终选择何种制度，均强烈建议在每年 1 月 31 日的制度选择截止日期前，委托专业 税务律师或会计师结合年度财务预测进行系统的税务模拟测算（*simulação tributária*），避免因制度选择失误而导致全年多缴税款或承担额外合规风险。

5.6 申报合规义务概览

巴西税务申报体系高度数字化，自 2015 年起全面推行 SPED（公共数字记账系统），要求 企业通过标准化数字文件提交各类财务和税务数据。以下为企业日常运营中须履行的主要 合规义务概览。

月度申报

DCTFWeb（月度）：申报并缴纳联邦税款（包括 IRPJ 预缴、CSLL 预缴、PIS、COFINS 等），截止日期通常为 下月第 15 至 20 个工作日；**EFD-Contribuições（月度）**：PIS 和 COFINS 明细申报（实际利润制和 推定利润制均须）；**EFD-ICMS/IPI（月度）**：ICMS 和 IPI 税务申报（从事制造或商品流通的企业须）；**eSocial（月 度）**：员工薪酬、INSS 贡献及劳动关系相关申报。

季度申报

推定利润制下的 IRPJ 和 CSLL 季度申报：每季度末后次月最后工作日；实际利润制（季度选择制）下的应纳税利润 计算和税款缴纳：同上周期。

年度申报

ECF（企业所得税年度申报，Escrituração Contábil Fiscal）：通常于次年 7 月 31 日前提交，包含 IRPJ 和 CSLL 的完整申报信息；**ECD（数字会计报告，Escrituração Contábil Digital）**：次年 5 月 31 日前提交，适用于 实际利润制及营业额超过特定标准的推定利润制企业；**DEF（BACEN 外资年度申报）**：外资持股达 5% 以上或 资本额达 R\$250 万元以上的企业，须向巴西中央银行提交年度外资状况申报。

重要提示

巴西税务申报的截止日期频繁受到税务当局临时性指令的调整，且因税种和企业类型不同 而存在差异。上述日期仅供参考，具体截止日期须以联邦税务局（RFB）年度官方发布为准。聘用专业会计师或税务顾问是确保合规时效性的 最佳实践。

本章内容仅供一般信息参考，不构成法律或税务意见。巴西税法规定复杂且变动频繁，具体企业的税务处理须结合实际情况进行专业评 估。本章反映截至 2026 年 2 月的立法与司法状态，相关法规（尤其是 LC 224/2025 的司法审查结果）可能发生变化。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico ou tributário. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

第六章 · Capítulo VI

税制改革与双重增值税体系

Reforma Tributária · IVA Dual · LC 214/2025 · Transição Fiscal para Investidores Estrangeiros

本章为《巴西法律手册》第二版第六章，专题分析巴西税制改革（EC 132/2023）的宪法依据、三个新税种（IBS、CBS、*Imposto Seletivo*）的基本规则、2026 至 2033 年分阶段过渡时间表，以及与中国增值税体系的比较分析。本章更新截至 2026 年 2 月，反映 LC 214/2025 及 CGIBS 相关规定的最新状态。

立法要点

EC 132/2023（2023 年 12 月）：宪法层面确立 IVA Dual 架构，属最高效力规范，不得由普通立法撤销

CBS（联邦层级）：替代 PIS/COFINS，2027 年起完整征收；2026 年以测试税率 0.9% 运行，实质不增加税负

IBS（州市联合层级）：替代 ICMS/ISS，2029 年起渐进替代，2033 年全面成型；由 CGIBS 统一管理

Imposto Seletivo：2027 年起对特定有害商品（烟草、酒精、矿物燃料等）征收联邦附加税

过渡期双轨并行至 2033 年，企业须同时处理旧税种和新 IBS/CBS 两套合规义务

CBS + IBS 名义税率合计约 26.5%，全面非累积性将显著降低实际有效税率

与中国增值税高度逻辑相似：均采用发票抵扣法，全链条非累积，出口零税率

6.0 改革的历史背景与战略意义

巴西现行的间接税制度已有六十余年历史，长期以来因其极度碎片化、高度复杂性和多重征税层叠而饱受国内外经济学家和企业界批评。PIS、COFINS、ICMS、ISS、IPI 五个主要间接税种在不同层级、以不同规则、由不同机关征收，彼此之间缺乏统一的抵扣机制，形成了复杂的税收累积效应（*efeito cascata*）——同一商品或服务在供应链各环节反复承担税负，实质上削弱了巴西企业的价格竞争力。

为解决这一结构性问题，巴西经历了三十余年的立法讨论，直至 2023 年 12 月 20 日，《宪法修正案》第 132/2023 号（EC 132/2023）正式颁布，启动了巴西有史以来规模最大的税制改革，构建以双重增值税（IVA Dual）为核心的新型间接税体系。2025 年 1 月 16 日，《补充法》第 214/2025 号（LC 214/2025）颁布，对新税种的基本规则、计税基础、抵扣机制和过渡安排进行了系统性规范，标志着改革从宪法层面向操作层面的正式落地。

对于外国投资者而言，理解这场改革的战略意义超越了单纯的税率知识：新制度旨在从根本上降低巴西税务合规成本，提高供应链各环节的税收透明度，并通过完全的非累积性（*não-cumulatividade plena*）机制实现进项税额的全面抵扣。从中长期看，改革完成后（预计 2033 年），在巴西运营的外资企业的税负预测性和成本结构可预见性将显著改善。然而，过渡期（2026 年至 2033 年）的双轨并行为税务合规带来阶段性挑战，需要企业管理层高度重视。

本章将系统梳理：改革的核心逻辑与宪法依据（第 6.1 节）；新设三个税种的基本规则——IBS、CBS 和 *Imposto Seletivo*（第 6.2 至 6.4 节）；2026 年至 2033 年的分阶段过渡时间表（第 6.5 节）；新制度与中国增值税体系的比较分析（第 6.6 节）；以及外国投资者的实践应对要点（第 6.7 节）。

6.1 改革的宪法依据与核心目标

6.1.1 EC 132/2023 的宪法基础

《宪法修正案》第 132/2023 号（EC 132/2023）于 2023 年 12 月 20 日颁布，修订了 1988 年《联邦宪法》关于税收权限划分的核心条款，尤其是第 145 条、第 153 条、第 155 条、第 156 条及第 195 条，在宪法层面确立了新税种的课税权归属、税收收益分配原则及过渡期安排的基本框架。

作为宪法修正案，EC 132/2023 具有最高规范效力，其核心内容不能通过普通立法或行政规定予以修改或撤销，只能通过新的宪法修正案加以调整。这一宪法级保障是改革长期稳定性的制度基础，对外国投资者在评估制度风险时具有重要参考价值。

6.1.2 改革的三大目标

EC 132/2023 确立的改革目标可归纳为三个层面：**简化**——将现行五个主要间接税种（PIS、COFINS、IPI、ICMS、ISS）整合为两个主体税种（IBS 和 CBS），从根本上减少企业须处理的税务规范数量；**非累积性**——对全供应链实现完全的进项税额抵扣，消除现行制度中的税收累积效应，降低企业实际税负；**公平**——采用目的地原则（*princípio do destino*）征税，即税收归属于商品或服务最终消费发生地，而非生产地，从根本上解决各州和城市之间围绕 ICMS 和 ISS 展开的“税收战争”（*guerra fiscal*）问题。

6.1.3 双重增值税 IVA Dual 架构

巴西新税制以"双重 IVA"（IVA Dual）为核心架构，区别于欧盟单一 IVA 模型：

CBS（*Contribuição sobre Bens e Serviços*，商品与服务 贡献税）属联邦层级，替代 PIS 和 COFINS，由联邦税务局（*Receita Federal do Brasil*）负责征收和管理。**IBS**（*Imposto sobre Bens e Serviços*，商品与服务 税）属州和市联合层级，替代 ICMS（州税）和 ISS（市税），由新设立的 **IBS 管理委员会**（*Comitê Gestor do IBS*，CGIBS）统一协调征收，再按既定公式分配至各州 和市。

双重结构的设计动因在于巴西的联邦制度安排：各州和城市宪法上拥有独立征税权，在 政治上不可能将其税收权力完全移交联邦，但仍须实现征收的统一化和规则的标准化。IVA Dual 是在政治可行性与改革目标之间寻求平衡的 制度创新。

此外，EC 132/2023 还引入了 *Imposto Seletivo*（选择性税，IS）——一种 对健康有害或环境有害产品（如烟 草、含酒精饮料、农药、矿物燃料、博彩等）征收的 联邦附加税，具有"罚税"性质的外部性矫正功能，以替代 IPI 在消费引导方面的部分 功能。

6.2 CBS：联邦商品与服务贡献税

6.2.1 CBS 的法律基础与定位

CBS（*Contribuição sobre Bens e Serviços*）在宪法分类上属于"社会贡献"（*contribuição social*），由联邦 政府征收，收入归联邦。其法律基础为 EC 132/2023 第 195 条新增的相关规定，操作规则由 LC 214/2025 详细 规范。CBS 以 替代现行 PIS 和 COFINS 为目标，并在规则设计上实现全面的非累积性——即允许就 所有商业用途 的进项（采购商品、服务、设备等）抵扣进项 CBS 税额。

6.2.2 课税对象

CBS 的课税对象为在巴西境内提供商品或服务的经营性行为，涵盖：商品的销售、进口、租赁；服务的提供（包 括数字服务）；不动产交易（特定条件下）。CBS 的课税范围 较现行 PIS/COFINS 更为宽泛——以往可能因税种 设计漏洞而不在 PIS/COFINS 课税 范围内的某些经济活动，在 CBS 下将被纳入征税。

进口商品和境外提供的服务同样须缴纳 CBS（在海关环节或由接受方代扣代缴），这一 规则对进口大量商品或使用 境外服务（如技术服务费、软件使用费）的外资企业具有 直接实践意义。

6.2.3 非累积性与抵扣机制

CBS 最重要的制度创新在于完全的非累积性（*não-cumulatividade plena*）。在现行 PIS/COFINS 体系中，累 积制（适用于推定利润制企业）完全不允许抵扣进项，非累积制虽允许抵扣但限制较多。CBS 则对全部采购允许 进项抵扣，前提是相关采购 用于应税经营活动。

CBS 的进项抵扣采用"发票抵扣法"（*método do crédito sobre a fatura*）：每笔采购发票上注明的 CBS 税额 即为可抵扣的进项税额，与采购方的申报制度无关。这一机制与中国增值税的运作逻辑高度相似，大多数中国财务 人员将能快速理解其基本 运作方式。

6.2.4 CBS 的征收时间表

CBS 的征收时间表较 IBS 更为提前：**2026 年**，CBS 以测试税率 0.9% 征收，符合申报义务的企业可将已缴 CBS 与当期 PIS/COFINS 税款抵消，实质上不增加税负；**2027 年**，PIS 和 COFINS 正式废止，CBS 以完整税率开始实际征收（税率由参议院决议确定，预计在 8% 至 10% 区间）；**2027 至 2028 年**，CBS 税率在参议院确定的参考税率基础上减少 0.1 个百分点，以部分抵消与 IBS 同期运行的税负叠加。

CBS 的最终税率尚未由参议院正式确定（截至 2026 年 2 月），但根据政府测算，CBS + IBS 合并税率预计在 25% 至 27.5% 区间，这将成为全球名义税率最高的 IVA 之一，但须注意：由于全面非累积性的引入，绝大多数企业的实际有效税率将低于名义税率。

▲ CBS 税率不确定性的战略提示

截至本书付印（2026 年 2 月），CBS 的参考税率尚未由参议院正式以决议形式确定（EC 132/2023 规定须由参议院设定）。政府官方测算的 CBS + IBS 合并名义税率约为 26.5%，但不同行业 and 不同供应链结构下的实际有效税率差异显著。建议外国投资者在制定 2027 年后的商业计划时，纳入税率不确定性的情景分析，并关注参议院决议的进展。

6.3 IBS：州市联合商品与服务税

6.3.1 IBS 的治理创新：CGIBS

IBS (*Imposto sobre Bens e Serviços*) 在概念上是 ICMS 和 ISS 的替代者，但其治理结构在巴西税制史上前所未有：IBS 虽属州和市的联合税种，但由新设立的 **IBS 管理委员会** (CGIBS) 统一管理征收。CGIBS 由各州、DF 及城市的代表组成，负责统一制定 IBS 的申报规则、税率参考值、争议解决机制，并将征收所得按公式分配至各州和市，以替代原有的 ICMS 和 ISS 收益。

这一安排解决了 ICMS 和 ISS 的核心问题：现行制度下各州各市各自为政，导致企业须在不同司法管辖区适用差异悬殊的税率、豁免规则和合规程序。IBS 下的统一规则意味着一家在多个州和城市运营的企业，其 IBS 合规程序将大幅简化。

6.3.2 IBS 税率机制

IBS 采用“参考税率” (*alíquota de referência*) 机制：CGIBS 设定全国统一的参考税率，各州和市可在一定范围内上下浮动，但实践中大多数州市预计将采用参考税率。IBS 的参考税率同样须由参议院决议正式确定，最终税率与 CBS 合并后预计约为 26.5%。

6.3.3 目的地原则 *Princípio do Destino*

IBS 彻底采用目的地原则，即税收归属于最终消费发生地（目的地州/市），而非生产或提供服务的来源地（来源地州/市）。这与现行 ICMS 的来源地原则形成根本性转变。

对外国投资者而言，目的地原则的直接影响包括：企业总部或工厂的设立地不再对 IBS 税率产生决定性影响（消除了现行为获 ICMS 优惠而刻意选址的动机）；各州和市失去了以差异化 ICMS 税率吸引企业入驻的主要工具，“税收战争”在制度层面被根本性遏制；销售至不同省市的同类商品或服务将适用不同的 IBS 税率（目的地税率），增加了多省市运营企业的税务核算复杂度，但这一复杂度将由 CGIBS 统一的数字申报系统在技术层面加以处理。

6.3.4 IBS 的引入时间表

IBS 的引入较 CBS 更为渐进：**2026 年**，以测试税率 0.1% 运行，符合申报义务的企业可将已缴 IBS 抵消 PIS/COFINS 税款，实质不增加税负；**2027 至 2028 年**，IBS 以 0.1% 的实际征收税率运行，开始产生真实税收效果；**2029 年**，ICMS 和 ISS 开始逐步退出，IBS 承接其税基——以 10% 起步，按年递增；**2032 年**，ICMS 和 ISS 完成历史使命，全面废止；**2033 年**，IBS 以完整税率全面运行，新税制体系完全成型。

▲ 关于 IBS/ICMS 税基叠加的过渡期争议

LC 214/2025 未明确规定过渡期（2027 年至 2032 年）内 IBS 是否纳入 ICMS 的计税基础。五个州的税务机关已就此发布行政解释，倾向于将 IBS 纳入 ICMS 税基（相当于在税基中叠加征税）。联邦立法层面，《补充法案》第 16/2025 号正在审议，拟明确将 IBS/CBS 排除于 ICMS 税基之外。此争议可能对 2027 年至 2032 年间的商品流通成本产生实质影响，建议密切跟踪立法进展。

6.4 Imposto Seletivo 选择性税：负外部性矫正

Imposto Seletivo (IS) 于 EC 132/2023 中新设，是一项由联邦政府征收的附加税，以矫正特定商品和服务的负外部性为核心目标，适用于被认定为对公众健康或生态环境有害的产品类别，包括：含酒精饮料、烟草及其制品、矿物燃料和石油衍生品、农药、博彩和网络博彩 (*apostas online*)、含糖饮料（在 LC 214/2025 规范讨论中）及若干高污染产业产品。

IS 的税率由参议院决议确定，按产品类别有所差异，LC 214/2025 给出了基准参数但最终税率仍在规范制定中。IS 不适用于非累积性抵扣机制，即采购方不得就支付的 IS 产生进项抵扣——IS 在设计上类似于消费税，而非 IVA 型增值税。IS 于 2027 年正式开始征收。

对从事上述行业的外国投资者（如食品饮料、矿产能源、农业化工等行业），IS 是须纳入税务成本模型的重要变量。IS 与 CBS/IBS 并存，适用于相同的计税基础，实质上增加了特定行业的综合税负。

6.5 2026—2033 分阶段过渡时间表

这是本章的核心内容，也是任何在华运营或计划进入巴西市场的企业在制定中长期战略时必须掌握的时间框架。过渡期内新旧税制并行，企业须同时履行两套不同的税务合规义务，直至 2033 年新制度完全成型。

年份	IBS 税率	CBS 税率	旧税制运行情况	企业管理重点
2025	规则生效；系统适配准备	规则生效；系统适配准备	PIS/COFINS/ICMS/ISS 照常征收	更新 ERP 系统；研读 LC 214/2025
2026	0.1% 测试税率；可抵消 PIS/COFINS；符合申报义务者实质免缴	0.9% 测试税率；可抵消 PIS/COFINS；符合申报义务者实质免缴	PIS/COFINS 照常；ICMS/ISS 照常	启动双轨申报测试；适应新发票格式
2027	0.1% 实际征收开始	完整参考税率开始；PIS/COFINS 废止；IS 开始征收	ICMS/ISS 照常；IPI 税率归零（ZFM 除外）	CBS 完整税率合规；关注 ICMS/IBS 税基叠加争议
2028	0.1%（与 2027 相同）	参考税率 0.1%	ICMS/ISS 照常	平稳过渡年；为 2029 年变化做准备
2029	IBS 替代 ICMS/ISS 的 10% 份额正式启动	完整征收	ICMS/ISS 开始渐进减少（90% →）	重新评估供应链成本结构
2030	替代份额增至约 30%	完整征收	ICMS/ISS 按年递减	持续监测有效税率变化
2031	替代份额增至约 60%	完整征收	ICMS/ISS 持续递减	调整定价策略
2032	替代份额接近完整	完整征收	ICMS 和 ISS 最终废止	完成全面向 IBS 过渡
2033	完整参考税率全面运行	完整征收	旧税制全部成为历史	新体系完全成型；一套规则运营全国

过渡期抵消机制

LC 214/2025 明确规定，在 2026 年的测试阶段，企业按新规定缴纳的 IBS（0.1%）和 CBS（0.9%），可在同一申报期内与其应缴的 PIS/COFINS 税款进行抵消（*Ato Conjunto RFB/CGIBS 01/2025* 已进一步规范具体操作程序）。如企业当期 PIS/COFINS 税款不足以完全抵消，剩余部分可与其他联邦税款抵消，或申请在 60 天内现金退还。这一安排的政策目的在于确保 2026 年的过渡测试不增加企业的实际 税负，维护过渡期间的经济稳定。

6.6 巴中增值税体系比较

这一节是本指南的专属差异化内容——没有任何现有的巴西法律指南（无论是中文还是 英文版本）进行了这一比较，而它对于中国投资者而言是最直觉的理解入口。

6.6.1 基本逻辑高度相近

中国增值税（增值税，*Zēngzhíshuì*）自 1994 年税制改革以来，逐步发展为以"发票抵扣法"为核心的完整 IVA 体系，2016 年"营改增"后基本实现了对全部经营性收入的统一覆盖。巴西改革后的 CBS + IBS 体系在设计逻辑上与中国增值税高度相近：均以增值额为课税基础；均采用发票抵扣机制（进项税额凭增值税专用发票/NF-e 抵扣）；均实现多环节征收、全链条非累积；均对出口适用零税率（税率为零，出口退税）。

对于中国财务和税务管理人员，巴西新税制中的核心机制将是直觉上可理解的，主要学习曲线在于具体操作细节和过渡期双轨制度的管理。

6.6.2 主要差异

尽管基本逻辑相近，中巴增值税制度存在若干实质性差异，须在税务规划中加以注意：

税率结构：中国增值税实行多档税率（13%、9%、6% 及特定行业 0%）；巴西新体制预计采用单一基准税率（CBS + IBS 合并约 26.5%），通过差异化的减免制度（*alíquotas reduzidas*）实现对特定行业的优惠，形式上更接近欧盟 IVA 模型。

治理结构：中国增值税为统一的国家税，由国家税务总局统一管理；巴西的 IBS 须经 CGIBS 协调分配至各州和市，治理结构更为复杂，过渡期争议（如前述 ICMS/IBS 税基叠加问题）也将集中于联邦与地方之间的利益博弈。

税率水平：中国增值税标准税率 13%，巴西 CBS + IBS 合并约 26.5%，名义税率约为中国的两倍，这将是外国投资者在比较两国经营成本时须正视的差距。须指出的是，在全面非累积性制度下，企业实际有效税率取决于其供应链结构和进项抵扣规模，与名义税率可能存在显著差异。

数字化水平：中国增值税在数字化管理上已处于全球领先水平（金税工程、电子发票系统），巴西的 NF-e（电子发票）体系同样高度数字化，两国在这一维度上较为接近，对已适应中国数字化税务合规的企业而言，适应巴西系统的技术门槛相对较低。

比较维度	巴西 CBS + IBS（改革后）	中国增值税体系
法律依据	EC 132/2023 + LC 214/2025	《增值税暂行条例》及营改增体系
课税原则	目的地原则（消费地征税）	目的地／来源地混合（已大体统一）
税率结构	单一基准税率（CBS + IBS 合计约 26.5%）+ 特定减免	多档：13%、9%、6%、0%
抵扣机制	发票抵扣法，全面非累积性	发票抵扣法（增值税专用发票），全链条抵扣
进口商品	海关环节缴纳 CBS + IBS	海关环节缴纳增值税 + 消费税
出口处理	零税率 + 退税	零税率 + 退税
征管主体	CBS：联邦税务局；IBS：CGIBS	国家税务总局统一管理
数字化	NF-e 电子发票，SPED 系统	金税工程，电子增值税专用发票
过渡状态	改革进行中（2026—2033）	成熟稳定体系

对于中国企业在巴西设立供应链管理公司、制造子公司或服务中心，理解 CBS + IBS 的进项抵扣机制与中国增值税的对应关系，将有助于在集团层面进行统一的税收规划，避免因对巴西制度的陌生性而产生不必要的税收成本。

6.7 中国投资者的实践应对要点

基于上述分析，中国投资者在 2026 年至 2033 年过渡期间须关注以下实践重点：

系统准备建议（2025—2026 年前期）

如企业已在巴西运营，须在 2026 年 1 月 1 日前（实为 2026 年全年平稳实施）确保 ERP 系统具备同时处理现行 PIS/COFINS/ICMS/ISS 与新 IBS/CBS 双轨账务的能力；须为 2026 年的新申报义务（包括 IBS 和 CBS 测试申报）配置相应的系统参数和人力资源；须审阅现有合同中关于税负转嫁（*repassa de tributos*）的条款，评估是否须就税制变化与客户／供应商重新协商价格。

供应链布局重估

随着 ICMS 因各州差异化税率带来的成本扭曲逐步消除，以往为规避 ICMS 而进行的特定设厂地点选择或供应商选择策略须重新评估。目的地原则下，供应链布局的逻辑将发生根本性变化，这对于计划在 2027 年后在巴西扩大产能的企业尤为重要。

现金流管理

CBS + IBS 全面非累积性制度下，企业进项税额的积累和及时抵扣将成为现金流管理的关键节点。投资大量固定资产的企业（如制造业）须特别关注进项税额的申请退还机制和时效，避免因进项税额积压造成资金占用。

Simples Nacional 客户关系

如前章所述，外资企业通常不适用 *Simples Nacional*。但如果外资企业的下游客户中有 *Simples Nacional* 企业，须了解：该类客户不能抵扣从外资企业采购中产生的 CBS/IBS 进项税额，这在定价谈判和供应链选择中可能产生影响。

✓ 改革完成后的预期益处

对于长期在巴西布局的中国投资者，EC 132/2023 改革完成后（2033 年）的预期益处值得在战略规划中加以考量：五个税种缩减为两个，合规成本将大幅降低；各州／市 IVA 规则统一，多省市运营的协调难度将显著减少；完全非累积性制度消除税收累积效应，制造业和贸易企业的实际有效税率预计下降；目的地原则消除税收战争，选址决策将更多基于真实经济因素而非税收套利。

本章内容仅供一般信息参考，不构成法律或税务意见。巴西税制改革规范仍在持续更新中，本章反映截至 2026 年 2 月的立法与监管状态，具体规定（尤其是参议院税率决议、CGIBS 操作规程及过渡期争议的司法结果）可能在改革推进中发生变化。涉及具体税务安排，建议委托专业律师和税务顾问进行个案评估。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico ou tributário. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

第七章 · Capítulo VII

国际税收

Tributação Internacional · ADT Brasil-China · Transfer Pricing OCDE · IRRF Dividendos 2026

本章为《巴西法律手册》第二版第七章，专题分析中巴国际税务框架中 2026 年同步生效的三个核心规范：Decreto 12.620/2025（中巴避免双重征税协定更新）、Lei 15.270/2025（股息预提税回归）和 Lei 14.596/2023（转让定价 OECD 对接）。本章更新截至 2026 年 2 月。

立法要点

Decreto 12.620/2025（2026 年 1 月生效）：将中巴 1991 年原协定全面更新，引入 PPT 反避税条款，明确 CSLL 纳入保护范围

股息预提税（IRRF）：战略股东（持股 $\geq 10\%$ ， ≥ 365 天）适用 10%；其他企业 15%；中国主权机构 5%（或国内法豁免）

JCP（股权利息）：条约明确归类为“利息”，适用第 11 条 10% 预提税率，而非股息条款

特许权使用费：专利/技术 10%；商标 15%；设计集团内许可结构时须区分处理

PPT 条款（第 29 条）：通过中间控股架构享受条约优惠须确保实质性，第三国有效税率须高于 15%

Lei 15.270/2025（2026 年 1 月生效）：股息汇出境外一律 10% IRRF；减额器机制防止过度重复征税

Lei 14.596/2023（2024 年起强制）：全面对接 OECD 转让定价标准，关联交易须完整功能分析和文档

7.0 2026 年：中巴国际税务规则的历史性同步生效

对于中国投资者而言，2026 年 1 月 1 日是一个在税务意义上划时代的日期。这一天，两个相互交织、共同构成巴西对华国际税务框架的法律文件同步生效：其一是 **第 12.620/2025 号总统令** (*Decreto 12.620/2025*)，将中巴两国 1991 年签署的避免双重征税协定 (ADT/CDT) 更新为符合国际标准的现代化条约；其二是 **第 15.270/2025 号法律** (*Lei 15.270/2025*，源自第 1087/2025 号立法草案)，对向境外实体汇出的利润和股息征收 10% 的预提所得税 (IRRF)，终结了巴西长达 30 年免征股息的历史传统。

两个文件同时生效，且彼此存在深刻的互动关系——新的条约恰好为新的国内税法所规定的预提税率设定了上限，形成了一种罕见的制度自治。这种同步生效不是偶然，而是双边谈判与国内税制改革在时间轴上的汇聚。

与此同时，第三个维度同样不可忽视：**第 14.596/2023 号法律** (*Lei 14.596/2023*) 自 2024 年 1 月起强制实施，将巴西的转让定价规则与 OECD 标准全面对接，从根本上改变了中国母公司与巴西子公司之间关联交易的税务处理框架。

本章以 *Decreto 12.620/2025* 为核心，系统解析条约的关键条款——从股息、利息、特许权使用费的预提税率，到常设机构认定标准，再到 PPT（主要目的测试）反避税条款——并在此基础上，分析 *Lei 15.270/2025* 与条约的交互关系（第 7.5 节），以及新转让定价制度对中巴集团内交易的实践影响（第 7.6 节）。本章结尾提供税务规划要点矩阵供参考（第 7.7 节）。

本章特别说明：*Decreto 12.620/2025* 在法律性质上是对 1991 年原协定的修订议定书 (*Protocolo*)，而非全新缔结的条约。理解这一性质有助于在解释具体条款时正确适用原协定中未被本次修订覆盖的既有规定。

7.1 从 1991 年原协定到 2025 年修订议定书

7.1.1 1991 年原协定及其历史局限

中巴两国于 1991 年 8 月 5 日在北京签署了《避免双重征税协定》（以下简称“原协定”），这是两国税务关系的第一个正式框架，在中巴经济关系尚处于起步阶段时即奠定了基础。然而，原协定制定于国际税务准则尚未成熟的年代，在以下方面存在明显的历史局限：条约的反避税机制几乎缺失，无法有效应对“条约购物” (*treaty shopping*) 和通过第三国中介架构来不当获取条约优惠的行为；股息、利息、特许权使用费的税率设定反映的是 1990 年代初的谈判格局，与巴西近年对其他国家签署的现代条约存在显著差距；协议信息交换条款停留在传统模式，无法支持当代跨境税务执法的合作需求。

7.1.2 2022—2025 修订进程：Decreto 12.620/2025

修订谈判始于 2000 年代末，历经多轮磋商。修订议定书于 2022 年 5 月 23 日在巴西利亚和北京同步签署，经巴西国家议会于 2025 年 5 月以 **第 170/2025 号立法决议** 批准，并由 *Decreto 12.620/2025*（2025 年 9 月 12 日签署，9 月 15 日发布）正式颁布实施，于 2026 年 1 月 1 日起对两国纳税人产生效力。

Decreto 12.620/2025 的修订覆盖了原协定的核心条款，主要修订领域包括：股息（第 10 条）、利息（第 11 条）、特许权使用费（第 12 条）、收益消除方法（第 23 条）、反滥用条款（新增第 29 条 PPT 条款）以及信息交换条款的更新。

7.1.3 覆盖的税种范围

依据修订后的条约，巴西方面涵盖的税种包括：IRPJ（企业所得税）和 IRPF（个人所得税），以及——这一点具有重要实践意义——CSLL（社会贡献税）。CSLL 是否受条约保护 长期存在争议，*Decreto 12.620/2025* 的议定书部分明确将 CSLL 纳入条约第 2 条第 3 款 (b) 项所指的“税收”范畴，从而解决了这一历史性争议，使企业在同时面临 IRPJ 和 CSLL 双重税负时能够援引条约保护。

7.2 股息条款（第 10 条）：三档税率与持股要求

股息条款是 *Decreto 12.620/2025* 中对中国投资者实践影响最为直接的条款，因为股息汇回是中国母公司从巴西子公司获取投资回报的主要渠道，且该条款与 2026 年起生效的 *Lei 15.270/2025* (IRRF 10%) 存在直接的互动关系。

7.2.1 三档税率结构

修订后的第 10 条规定，巴西向中国居民企业支付股息时，来源地（巴西）的预提所得税（IRRF）税率依据受益人身份分为三档：

第一档 5%——受益人为中国政府、地方政府、中央银行、主权财富基金或政府所有的金融机构。这是条约中最优惠的税率，反映了两国对主权投资的特殊安排，对中国国有企业在巴西的投资具有重要意义。

第二档 10%——受益人为在巴西子公司中 **直接持股不低于 10%**，且该持股关系已 **连续维持 365 天**的中国居民企业。这是绝大多数中国战略投资者（无论国有还是民营）最可能适用的税率档位，相比原协定有实质性的优惠改善。

第三档 15%——受益人为其他情形，包括不满足上述持股比例或持续期限条件的企业，以及个人股东。

7.2.2 365 天持股要求的实务计算

10% 优惠税率的适用须满足持股连续 365 天的条件，这一要求须在 **股息分配日** 得到满足。这意味着：新设立的巴西子公司在成立后第一年内分配股息，通常无法适用 10% 税率，须按 15% 缴纳 IRRF（或参照 *Lei 15.270/2025* 的 10% 规则）；重组后改变股权结构的企业须重新起算 365 天计时；持股期限的计算方式须结合具体事实情况分析，建议在股息分配决议作出前进行税务评估。

7.2.3 JCP 的特殊安排：归入利息

巴西特有的**自有资本利息** (*Juros sobre Capital Próprio*, JCP) 是一种允许公司就净资产向股东支付利息并在税前扣除的制度性安排，其法律性质介于股息和利息之间，在国际税务中的定性长期存在争议。*Decreto 12.620/2025* 明确将 JCP 定性为条约意义上的“利息” (*juros*) 而非股息，适用第 11 条的利息预提税率（10% 或 15%），而非第 10 条的股息税率。这一明确解决了原协定下的分类不确定性，但也意味着 JCP 不能享受第一档 5% 的主权投资优惠税率。

▲ 最惠国条款 MFN Clause 的自动适用机制

Decreto 12.620/2025 的议定书包含最惠国条款：若巴西在 2022 年 5 月 23 日之后与其他国家签署协定时采用低于本条约（含豁免）的股息/利息/特许权使用费税率，该更优惠税率将自动适用于本条约，无需重新谈判。但底线为：股息不低于 5%，利息和特许权使用费不低于 10%。这一条款使中巴条约具有自动跟进巴西税收协定网络演进的能力，投资者无需等待下一次正式修订。

受益人类型	IRRF 税率 (条约上限)	适用条件	与 Lei 15.270/2025 的关系
中国主权机构（政府／央行／主权基金）	5%	受益人须为合格主权实体	Lei 15.270/2025 明确豁免主权基金，条约提供额外保障
中国居民企业（战略股东）	10%	持股 ≥10%，且连续持有 ≥365 天	Lei 15.270/2025 同为 10%，与条约上限完全吻合
其他受益人（个人／非满足条件企业）	15%	不满足第二档条件	Lei 15.270/2025（10%）优于条约上限（15%），以较低者为准
JCP（股权利息）	10% 或 15%	依第 11 条（利息条款）处理，非股息	适用 Lei 15.270/2025 的 10%，条约第 11 条可能提供保护

7.3 利息条款（第 11 条）与特许权使用费（第 12 条）

7.3.1 利息条款（第 11 条）

修订后的第 11 条规定，来源地（巴西）对向中国居民支付的利息征收的预提税不得超过：10%（一般利息）；15%（特定类型利息，具体须视条约议定书对该类利息的特别约定）。

在实践中，最常见的中巴集团内利息支付场景是：中国母公司向巴西子公司提供贷款，巴西子公司向中国母公司支付利息。依据巴西国内法，此类跨境利息支付通常须缴纳 15% 的 IRRF（适用于非条约国家）；在 *Decreto 12.620/2025* 保护下，税率降至 10%。

须特别注意的是：巴西设有**薄资本化规则**（*thin capitalization*, Lei 12.249/2010 更新于 Lei 14.596/2023），对关联方跨境借款设有债资比限制。超出允许债资比例的关联方贷款利息，巴西子公司不得税前扣除，且须缴纳 IRRF。换言之，即便条约将税率限定在 10%，若贷款结构违反薄资本化规定，超额利息的税负（含不可扣除导致的实际税率效应）将远高于名义上的 10%。

7.3.2 JCP 在利息条款（第 11 条）下的处理

如前所述，*Decreto 12.620/2025* 将 JCP 明确归类为“利息”，适用第 11 条，预提税率上限为 10%。JCP 是巴西税制中特有的工具，允许公司向股东分配一定金额的“利息”并在 IRPJ/CSLL 层面税前扣除（计算基础为净资产乘以 TJLP 利率），同时在收款方层面（中国母公司）缴纳 10% 的 IRRF。对于能够合理利用 JCP 的企业，这是在条约保护下实现税务效率的重要工具之一。

7.3.3 特许权使用费条款（第 12 条）

修订后的第 12 条对特许权使用费（*royalties*）的预提税率区分了知识产权类型：**10%**——适用于专利、技术诀窍（*know-how*）、工业流程和设备使用的特许权使用费；**15%**——适用于商标使用的特许权使用费。

这一区分对中国企业尤为重要，因为许多中国投资者在巴西子公司的商业模式中，既包括向巴西子公司许可核心技术（适用 10%），也包括许可品牌使用权（适用 15%）。在集团内许可结构设计时，将技术许可与品牌许可分别归类并采用独立合同，有助于精确适用不同税率，同时须确保转让定价合规。

巴西历史上对特许权使用费支付的税前扣除设有限制（针对部分关联方交易）。Lei 14.596/2023 的新转让定价规则在一定程度上放宽了这些限制，但具体分析须结合企业实际情况。

▲ 薄资本化规则对集团内贷款的关键影响

依据 Lei 12.249/2010（被 Lei 14.596/2023 扩展适用范围），向巴西子公司提供贷款的中国关联方，其跨境贷款须满足以下债资比：对于与巴西企业处于控制关系的关联方，债资比上限通常为 **2:1**（债务不超过净资产的 2 倍）；对于来自税收优惠地区（*paraíso fiscal*，低税负司法管辖区）的关联方，上限为 **0.3:1**。超出债资比例的利息支付，巴西子公司不得税前扣除，且须缴纳 IRRF。中国作为非低税负司法管辖区，通常适用 2:1 的标准，但实际情况须结合具体融资结构分析。

7.4 常设机构（第 5 条）与 PPT 反避税条款（第 29 条）

7.4.1 常设机构 Estabelecimento Permanente (EP) 的认定

条约第 5 条规定了常设机构的认定标准，决定着一个中国企业在何种条件下须就其在巴西的经营活动在巴西缴纳企业所得税，而非仅就汇回收益缴纳预提税。理解这一边界对中国企业在巴西拓展业务模式至关重要。

修订后的第 5 条保留了国际通行的常设机构认定框架：**固定经营场所**（管理机构、分支机构、办事处、工厂、矿场、建筑工地等）超过 12 个月，即构成常设机构；**建筑工地或安装工程**超过 12 个月，即构成常设机构（这对在巴西承接工程项目的中国企业具有直接意义）；**服务型常设机构**：中国企业通过在巴西雇用的人员提供服务，且在任意 12 个月内超过 183 天，即可能构成服务型常设机构——这一条款对向巴西客户派遣技术顾问、工程师或管理人员的中国企业须特别关注；**代理人型常设机构**：在巴西代表中国企业习惯性地缔结合同，且不具有独立代理人性质的，视为常设机构。

7.4.2 数字经济场景的处理

Decreto 12.620/2025 在常设机构的认定上基本遵循 OECD 2017 年 BEPS 行动计划后的修订立场，但尚未完全采纳数字经济时代的所有新型常设机构概念。对于纯粹通过数字平台向巴西客户提供服务（无物理存在）的中国企业，一般不构成条约意义上的常设机构，但仍可能须就特定收入（如特许权使用费、技术服务费）缴纳 IRRF。

7.4.3 PPT 条款（第 29 条）的实践影响

这是 Decreto 12.620/2025 中技术复杂度最高、对税务规划影响最深远的条款，也是中国税务专业人士须予以高度重视的创新内容。

第 29 条引入了**主要目的测试**（*Principal Purpose Test*, PPT）——一种基于目的导向的反避税机制，其核心逻辑是：**若某项安排或交易的主要目的之一是获取条约项下的税收优惠**，除非给予该优惠符合条约的目的和宗旨，否则该优惠不适用。

PPT 条款的实践含义包括：通过在第三国设立中间控股公司（如香港、新加坡、荷兰、开曼）来“享受”中巴条约优惠的架构，若该中间层不具备实质经济内容，将面临被认定为主要目的在于获取条约优惠而遭拒的风险；条约还额外设定了 **15% 第三国有效税率底线**：若中国企业的收益通过在第三国的常设机构获得，且该常设机构在第三国适用低于 15% 的税率，则条约优惠不适用于该笔收益；反之，架构具有真实经济实质（实际经营、人员、职能、资产均在该中间层实体处）的，PPT 通常不应被适用。

PPT 的实践提示：任何涉及通过中间控股层持有巴西子公司股权的中国集团，须就其架构进行 PPT 合规性审查，确保中间层实体具备足够的实质性（*substance*）。这一审查应在架构设计阶段进行，而非在事后补救。

Ⓢ 分支机构利润税 Branch Profits Tax

Decreto 12.620/2025 第 10 条第 5 款规定：在一国设有常设机构的他国企业，可对该常设机构的税后利润征收不超过 10% 的分支机构利润税（*Branch Profits Tax*）。这意味着，中国企业在巴西设立分支机构（而非法人子公司）时，除须在巴西缴纳针对常设机构利润的企业所得税外，利润汇回中国环节还可能被巴西额外征收 10% 的分支机构利润税。从税务角度看，在大多数情形下，设立法人子公司（Ltda 或 S.A.）并适用股息条款（10% 或 15%），总体税负通常优于设立分支机构并承担双重税务。

7.5 Lei 15.270/2025 与条约的交互关系

7.5.1 终结 30 年股息免税历史

1995 年起，巴西国内法对居民企业向股东分配的股息采取免税政策（*Lei 9.249/1995* 第 10 条），这一安排持续了三十年，成为全球主要经济体中少有的股息免税制度之一。这一政策在实践中形成了通过“超额”股息分配变相规避所得税的空间，被认为是税制设计上的历史性缺陷。

7.5.2 Lei 15.270/2025 核心规则

2025 年 11 月颁布的 *Lei 15.270/2025*（来自 PL 1087/2025，涵盖更广泛的个人所得税改革内容）对股息分配引入了 IRRF：境外法人受益人（含中国母公司）：不论金额大小，股息汇出时须缴纳 **10% IRRF**；巴西居民个人受益人：月分配超过 R\$50,000 元时，对超出部分适用 10% 的 IRRF；2025 年度及以前积累的利润：若分配决议于 2025 年 12 月 31 日前作出（或按过渡规定于 2026 年 4 月 30 日前作出），该等历史利润的分配免予适用新 IRRF 规则——须注意过渡期的利用已于 2025 年底基本结束。

豁免情形包括：外国政府（须有对等待遇）、主权财富基金（依 *Lei 11.312/2006* 认定）、以养老金或退休金管理为主要活动的境外机构。

7.5.3 与条约的协同安排

这是本节的关键分析。*Decreto 12.620/2025* 与 *Lei 15.270/2025* 在时间上几乎同步生效，两者的税率安排形成了值得关注的制度契合：

对于持股比例不低于 10% 且连续持有 365 天以上的中国居民企业（战略股东），条约税率上限为 10%，国内法税率同为 10%，两者完全吻合，无需额外援引条约进行税率“覆盖”——但条约的功能在于明确提供国际法层面的保障，防止未来国内法单方面提高税率时须另行谈判；对于持股条件不满足的中国受益人，条约上限为 15%，而国内法为 10%，实际适用较低的国内法税率（10%），条约此处不发挥限制作用；**PwC 及主要专业机构**认为，现有条约网络不会对 *Lei 15.270/2025* 的 10% 股息 IRRF 形成实质性限制，因为大多数现代条约（包括 *Decreto 12.620/2025*）均允许来源地以高达 10% 的税率对股息征税。

7.5.4 核心机制：“减额器” Redutor 的作用

Lei 15.270/2025 建立了一项防止过度重复征税的减额器机制：若巴西子公司已缴纳的 IRPJ + CSLL 与 10% 的 IRRF 之和，超过 IRPJ 和 CSLL 的名义税率之和（通常为 34%），则允许对 IRRF 给予相应的税额减免，以确保合

并税负不超过合理 上限。这一机制的意义在于，对于通过 *Lucro Real* 申报制度已承担较高有效 税负的企业，新 IRRF 的实际净增负担将低于名义上的 10%。

情形	条约上限 Decreto 12.620	国内法 IRRF Lei 15.270/2025	实际适用 税率	备注
中国主权机构	5%（条约上限）	豁免（国内法明确）	0%	国内法豁免 优先
中国战略控股企业（持股 ≥10%、≥365 天）	10%（条约上限）	10%	10%	两者完全吻 合
其他中国企业股东	15%（条约上限）	10%（国内法）	10%	适用较低的 国内法税率
JCP（股权利息）	10%（条约第 11 条 利息税率）	10%（依利息规则）	10%	须区别于股 息单独处理

7.6 转让定价 Lei 14.596/2023 与 OECD 标准接轨

7.6.1 改革的基本逻辑

Lei 14.596/2023 将巴西的转让定价制度从一个孤立的、以固定利润率为核心 的国内体系，全面转型为以**独立交易原则**（*Princípio Arm's Length*，ALP）为核心的 OECD 标准体系，自 2024 年 1 月 1 日起强制适用于所有巴西企业的关联方跨境交易。

这一改革对中国投资者的影响具有结构性意义，因为中国是巴西最大的贸易伙伴，大量 在巴中国企业的日常经营涉及与中国母公司或关联方的商品采购、服务采购、技术许可、管理费收取、集团内贷款等关联交易。在改革前的旧制度下，这些交易通常适用简单的 固定利润率方法，合规操作空间较大；在 Lei 14.596/2023 的新框架下，每笔关联交易须经过功能分析和可比性分析，并采用最适合的方法证明其符合独立交易原则， 合规文档要求大幅提升。

7.6.2 "关联方"的扩展定义

Lei 14.596/2023 对"关联方"（*partes relacionadas*）采用了宽泛 的原则性定义：一方对另一方具有直接或间接的重大影响（包括参股 20% 以上、实际 控制关系或合同性控制关系）的，均构成关联方。这一定义扩大了转让定价规则的覆盖 范围——仅持有少数股权的中国投资方，在特定情形下也可能被认定为与巴西企业存在 关联方关系，须就其间的交易进行转让定价分析。

7.6.3 方法与文档要求

Lei 14.596/2023 采用 OECD 推荐的转让定价方法，以"最适方法原则"（*regra do melhor método*）为选择准 则，主要包括：可比非受控价格法（PIC）、再销售价格减利润法（PRL）、成本加成法（MCL）、交易净利润率 法（MLT）以及利润分割法（MDL）。

文档义务方面，企业须准备：**主体文件**（*Arquivo Global, Master File*）——展示集团整体结构、全球 业务活动、无形资产政策和集团内部财务安排；**本地文件**（*Arquivo Local, Local File*）——详述巴西实体的 具体关联

交易、功能分析、可比性分析及所选方法的适用；**小额豁免**：前一年度关联交易合计金额低于 R\$1,500 万元的企业免于提交本地文件，但仍须适用独立交易原则。

7.6.4 中巴关联交易的实践影响

中国母公司向巴西子公司销售商品：须证明进口价格与独立第三方可比交易价格一致。若巴西子公司的进口价格高于可比价格（变相向中国母公司转移利润），税务局可调增巴西子公司的应税利润，追征 IRPJ 和 CSLL。

集团内服务费：巴西子公司向中国母公司支付的服务费须证明：相关服务确实提供且对巴西子公司具有实际价值；费率与独立第三方服务可比；巴西子公司不为已在集团内他处重复收费的服务再次付费。

利息支付：须符合独立交易原则和薄资本化规则双重约束。利率须在可比独立贷款利率的合理范围内，不得人为压低（减少中国贷款方在巴西的 IRRF 税基）或人为抬高（侵蚀巴西子公司税基）。

无形资产许可：由于中国科技和品牌企业向巴西子公司许可商标、专利、软件著作权等无形资产日益普遍，Lei 14.596/2023 下的无形资产定价须经过完整的 DEMPE 分析（开发、提升、维护、保护、利用），证明许可定价反映各方真实贡献的价值。

✓ 预约定价安排 APA 的战略价值

Lei 14.596/2023 和 IN RFB 2.161/2023 建立了预约定价安排（APA, *Acordo de Precificação Antecipada*）制度，允许企业就特定关联交易与巴西税务局事先达成定价协议，锁定未来一定年限内的转让定价处理方式，从而消除税务不确定性。对于中巴集团内长期稳定的商品交易或特许权使用费安排，主动申请 APA 是防范大规模审计调整和税务争议的有效工具。APA 的具体申请条件和程序由 RFB 通过后续 *Instrução Normativa* 规范，预计在 2025 至 2026 年间陆续发布。

7.7 税务规划要点矩阵

以下矩阵从主要跨境税务场景出发，综合 Decreto 12.620/2025、Lei 15.270/2025 和 Lei 14.596/2023 的交互关系，为中国投资者提供决策参考框架。矩阵所列要点为一般性指引，具体方案须结合企业实际情况进行专项税务评估。

交易场景	适用规范	税率／关键限制	规划要点
巴西子公司向中国母公司汇出股息	<i>Decreto 12.620/2025</i> 第 10 条 <i>Lei 15.270/2025</i>	10%（持股 ≥10% 且 ≥365 天） 15%（其他企业）	① 确认满足持股比例和期限条件；② 适用减额器机制评估实际净增负担；③ 历史积累利润的过渡安排已基本截止
中国母公司向巴西子公司提供贷款（利息汇回）	<i>Decreto 12.620/2025</i> 第 11 条 <i>Lei 12.249/2010</i> （薄资本化） <i>Lei 14.596/2023</i> （转让定价）	IRRF 10%（条约上限） 薄资本化：债资比 2 : 1	① 贷款金额不超过债资比限制；② 利率须符合独立交易原则；③ 考虑与 JCP 安排的综合优化
中国母公司向巴西子公司许可技术	<i>Decreto 12.620/2025</i> 第 12 条 <i>Lei 14.596/2023</i>	IRRF 10%（专利／know-how） IRRF 15%（商标）	① 明确区分技术许可与品牌许可；② 转让定价须完成 DEMPE 分析；③ 在巴西子公司层面评估许可费税前扣除的可行性
中国企业向巴西客户直接提供服务（无法律实体）	<i>Decreto 12.620/2025</i> 第 5 条（常设机构）	超过 183 天/12 个月：可能构成常设机构	① 评估服务提供方式是否触发常设机构；② 必要时评估在巴设立法律实体的税务得失
通过第三国控股架构持有巴西子公司	<i>Decreto 12.620/2025</i> 第 29 条（PPT）	PPT：中间层须具备实质性	① 审查中间层实体的经济实质；② 第三国有效税率须高于 15%；③ 建议在架构设计阶段进行 PPT 合规审查
商品进口（中国向巴西供货）	<i>Lei 14.596/2023</i> （转让定价）	须符合独立交易原则	① PIC 法可比价格分析；② 文档须在 ECF 申报前完成；③ 考虑 APA 申请以锁定定价确定性

本章反映截至 2026 年 2 月的立法和司法状态。国际税务领域的规范密度高、变动频繁，以下事项在本章付印后可能发生变化：参议院对 CBS/IBS 税率的决议（影响外国企业的间接税成本）；RFB 就 *Lei 14.596/2023* 中尚未规范的具体议题（无形资产、成本共担协议）发布的后续指令；巴西税务局就 PPT 条款适用的行政解释；巴西与其他国家新签条约触发最惠国条款时，中巴条约税率的自动调整。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico ou tributário. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

知识产权：品牌、专利与技术转让

Propriedade Intelectual · Marcas · Patentes · Software · Averbação INPI

本章系统介绍巴西知识产权制度框架，对中国投资者最有实践影响的四个维度进行专题分析：商标的先注册原则及抢注风险防御；专利制度的现状与 INPI 改革；版权与软件保护；以及决定特许权使用费税务待遇的 INPI 合同备案制度。本章更新截至 2026 年 2 月。

立法要点

《工业产权法》（LPI, Lei 9.279/1996）：保护商标、专利、工业外观设计，是巴西知识产权基础法律

商标：先注册原则——在巴西未完成 INPI 注册的品牌，无法依靠中国知名度获得自动保护；抢注风险须主动应对

马德里议定书（巴西 2019 年加入）：中国企业可通过 CNIPA 基础申请，统一向 INPI 提交商标布局

专利：INPI 改革目标——2026 年审查周期目标 2 年；PPH 中巴快速审查协议显著缩短在巴审查周期

版权 + 软件：自动保护，无需登记；专项受 Lei 9.609/1998 规范

INPI 备案制度：技术许可、特许权使用费、软件许可协议未备案，相关支付不可税前扣除，且汇出可能受阻

8.0 巴西知识产权体系：完整制度与隐藏风险

在巴西建立业务，核心竞争力的保护与法律架构的搭建同等重要。品牌是企业在市场中最可辨识的资产，技术是制造型企业的生命线，软件是科技企业的核心。这些无形资产在巴西的保护状态，直接决定了企业在本地运营的竞争位置与法律安全感。

对中国投资者而言，巴西知识产权体系呈现出一个重要的矛盾：**制度完整，但保护并非自动**。巴西是《保护工业产权巴黎公约》（*Convenção da União de Paris*，CUP）、《与贸易有关的知识产权协议》（TRIPS/ADPIC）、《专利合作条约》（PCT）和《马德里协定》（*Protocolo de Madri*）的正式成员国，国际条约体系完整。国内立法层面，《工业产权法》（*Lei 9.279/1996*，LPI）和《版权法》（*Lei 9.610/1998*）构成保护骨架，并辅以软件专项保护立法（*Lei 9.609/1998*）。

然而，这套完整的制度架构并不能自动保护不了解规则的外国投资者。**先注册原则**（*primeiro a registrar*）意味着：在中国已广为人知的品牌，如果未在巴西及时完成注册，可能已被第三方抢先占据注册权；**专利国别独立**意味着：在中国已获授权的发明，在巴西没有自动保护，须单独申请；**合同备案决定税务待遇**意味着：未经 INPI 备案的许可协议，相关特许权使用费支付将无法在巴西税前扣除，且汇出境外可能受阻。

本章将系统介绍：巴西商标体系与中国的关键差异，以及中国企业面临的抢注风险及应对策略（第 8.1 至 8.2 节）；巴西专利制度的现状与近年改善（第 8.3 节）；版权与软件保护（第 8.4 节）；以及对中巴集团运营至关重要的技术转让与许可备案制度（第 8.5 节）。

8.1 商标体系：先注册原则与中国差异

8.1.1 商标保护的 legal 框架

巴西商标保护的核心法律依据是 LPI 第 122 条至第 175 条。商标保护自 INPI **正式颁发注册证书**之日起生效，注册有效期为 10 年，可无限续展。与中国商标法类似，巴西采取 **在先注册原则**（*princípio da anterioridade registral*）——在同一类别商品或服务中，注册在先者享有排他性权利。

商标类型方面，LPI 第 122 条认可以下可注册类型：文字商标（*marca nominativa*）、图形商标（*marca figurativa*）、组合商标（*marca mista*）和立体商标（*marca tridimensional*）。此外，INPI 近年已开始接受非传统商标的注册申请，包括声音商标，与国际接轨趋势相符。

8.1.2 注册的两项基本原则

与中国注册制度相同，巴西商标保护遵循两个基本原则：**属地性**（*territorialidade*）——注册仅在巴西全境有效，其他国家的注册不在巴西产生自动保护效力；**专一性**（*especialidade*）——注册保护范围限于申请时指定的商品或服务类别（依据尼斯协定分类体系，共 45 类）。

这两个原则构成中国品牌进入巴西市场时须面对的第一道法律风险：**在中国享有的商标权利在巴西完全不产生效力**。

8.1.3 马德里议定书：中国企业的便利路径

巴西于 2019 年 10 月正式加入《马德里议定书》（*Protocolo de Madri*），这是近年来对在巴中国企业最有利的知识产权制度进展之一。中国于 1989 年即已加入，因此中国企业可通过一份国际申请，同时向多个成员国（含巴西）提交商标注册申请，而无需分别向各国知识产权局分别申请，大幅降低行政成本和管理复杂度。

马德里申请须以申请人在本国知识产权局已有的注册或申请（“基础申请”）为前提，通过世界知识产权组织（WIPO）统一提交，WIPO 再将申请分发至各指定成员国审查。巴西 INPI 对马德里申请拥有独立审查权，可依据 LPI 的国内标准提出拒绝意见，申请人须在规定期限内回应。**对中国企业的战略意义** 在于：中国企业可在制定全球知识产权战略时，将巴西列为指定国之一，以统一申请流程、统一管理语言（需提交英文、法文或西班牙文申请）一并完成巴西的商标布局。

✓ 马德里议定书的实务要点

通过马德里途径向巴西提出商标申请，基础申请须为中国国家知识产权局（CNIPA）的有效申请或注册。申请文件须以英文、法文或西班牙文提交；INPI 审查期通常为 18 个月；如 INPI 提出临时拒绝，申请人须委托在巴西注册的代理人回应，这也是建议在初始申请阶段即委托巴西代理人的原因之一。马德里注册的有效期与基础申请挂钩，若基础申请在最初五年内被撤销，马德里注册亦可能受到牵连（中心攻击风险），此后可申请转换为独立的国家注册。

8.2 品牌抢注风险与防御策略

这是本章最重要的警示内容，也是任何计划进入或已经在巴西运营的中国企业必须了解的现实风险。

8.2.1 抢注现象 Registro Predatório

品牌抢注（*registro predatório*，又称商标蟑螂/*marca pirata*）是指第三方在商标真正权利人之前，以获取不当利益为目的，抢先在特定市场注册他人已在其他市场使用或知名的商标，进而向真正权利人索取高额转让费，或通过向零售商发律师函等方式阻碍权利人正常进入市场。

这一现象在全球范围内普遍存在，但对中国企业在巴西的影响尤为突出，原因有三：其一，中国企业出海战略往往以欧美市场为先，南美作为后续目标，导致巴西注册时机相对滞后；其二，巴西的先注册原则与中国市场惯例完全相同，因此熟悉中国商标抢注规律的“职业抢注人”完全能够将同样的策略复制到巴西；其三，巴西商标数据库对公众开放，任何人都可以在中国企业公布进入南美市场意图后，第一时间查询并抢先注册。

8.2.2 驰名商标与著名商标的有限保护

LPI 为知名度较高的外国商标提供了两种不依赖本地注册的保护机制：

驰名商标（*Marca Notoriamente Conhecida*，LPI 第 126 条）——依据《巴黎公约》第 6 条之二，即便未在巴西注册，在其所属行业领域具有国际知名度的商标，INPI 可依职权或应权利人申请，拒绝他人在同一或近似类别内注册相同或近似标识。这一保护仅覆盖同一行业，不跨越类别。

著名商标（*Marca de Alto Renome*，LPI 第 125 条）——这是更高等级的保护，须已在巴西正式注册，并经 INPI 专项认定程序确认。著名商标的保护覆盖尼斯协定全部 45 类，任何人均不得在任何类别注册相同或近似标识。截至 2025 年，巴西被认定为著名商标的约有 106 个，其中绝大多数为本土或欧美品牌。

8.2.3 驰名商标保护的实务局限

驰名商标保护存在两个关键局限，使其对大多数中国企业的保护效果有限：**第一，本地知名度门槛**——INPI 审查员须判断涉案商标是否在巴西消费者中具有相应知名度，而众多中国品牌在巴西本地的知名度尚不足以满足这一认定门槛，即便该品牌在全球范围内已具相当规模；**第二，类别限制**——即便获得驰名商标认定，保护仅覆盖特定类别，跨类别的抢注仍需单独对抗。

因此，对绝大多数中国品牌而言，唯一可靠的保护路径是**主动在 INPI 完成注册**——理想情况是在公开宣布进入巴西市场之前即提出申请。

8.2.4 救济路径：异议、无效与撤销

若中国企业发现品牌已被第三方抢先注册，可选择以下路径：

异议 (oposição)：在 INPI 公告期内（自申请公告之日起 60 天），向 INPI 提出异议，阻止注册。须提供证据证明己方商标的先用性或知名度。

无效宣告 (nulidade)：若注册已获颁发，可在注册颁发后 5 年内向 INPI 申请行政宣告无效，或在颁发后任何时期内向法院提起司法宣告无效诉讼。无效之诉的成立须证明注册人存在恶意 (má-fé) 或其注册违反 LPI 的实质性要件。

不使用撤销 (caducidade)：若注册人在注册颁发后 5 年内未在巴西真实使用该商标，可申请以不使用为由撤销其注册，为己方的新注册申请清路。这一路径针对职业抢注人（其通常并不使用注册商标）尤为有效，但须经过行政或司法程序，时间成本通常在 2 至 4 年。

▲ 中国企业进入巴西的抢注高发期

多起案例显示，中国企业在媒体、展会或投资对接活动中公开宣布进入巴西市场后，相关商标的抢注申请在数周内即出现于 INPI 数据库。巴西商标数据库全面开放，专职商标侦察人 (marca pirata monitors) 会持续监控国际商业新闻，寻找尚未在巴西注册商标的外国品牌。建议中国企业将巴西商标申请的时间节点设定在任何公开市场宣告之前，而非之后。

保护类型	法律依据	适用条件	保护范围	对中国企业的实务评价
先注册保护	LPI 第 129 条	在 INPI 完成商标注册	指定类别全境专用权	最可靠；须主动申请
驰名商标	LPI 第 126 条 + 巴黎公约第 6 条之二	无需巴西注册；须证明在巴西该行业具有知名度	仅限同一或相近行业	保护有限；认定门槛高；主观性强
著名商标	LPI 第 125 条	须已在巴西注册，并经 INPI 专项认定	全部 45 个尼斯类别	保护最强；认定极难；约 106 个品牌获认定
马德里申请	马德里议定书（2019 年加入）	须有 CNIPA 基础申请或注册	与国家申请同等效力	便捷布局；须应对 INPI 独立审查

8.3 专利制度：INPI 改革与中国实务

8.3.1 专利保护的基础架构

巴西专利保护的法律依据为 LPI 第 6 条至第 93 条，保护客体涵盖：**发明专利** (*patente de invenção*) ——保护新颖、具创造性且具工业应用性的技术解决方案，有效期 20 年（自申请日起算），最低保护期 10 年（自授权日起算）；**实用新型** (*modelo de utilidade*) ——保护功能性改进，有效期 15 年（自申请日起算），最低保护期 7 年（自授权日起算）；**工业外观设计** (*desenho industrial*) ——保护产品的外观形态，有效期最长 25 年（初始 10 年，可续展三次）。

巴西是《专利合作条约》（PCT）成员国，接受 PCT 申请进入国家阶段，允许外国申请人在优先权日后 30 个月内向 INPI 提出进入国家阶段申请，以保持原始申请日期的优先权。这是大多数中国企业将巴西纳入专利保护版图的主要路径。

8.3.2 INPI 改革：审查周期改善

INPI 的专利审查积压 (*backlog*) 问题曾是巴西知识产权制度最受诟病的缺陷。在积压最严重时期（2014 至 2019 年），超过 60% 的已授权发明专利从申请到授权耗时超过 10 年，最极端案例长达 14 年。这一滞后不仅使专利权人的实际保护期大幅缩短，也造成整体法律不确定性。

自 2019 年起，INPI 实施系统性改革。**INPI 战略计划 2023—2026** 设定了明确的时间目标：2024 年平均审查周期降至约 6 年；2025 年目标为 3.9 年（自申请日起计）或 3 年（自提出实质审查请求日起计）；2026 年终极目标为 2 年（自申请日起计）。这一改善轨迹是实质性的，尽管与美国专利商标局、欧洲专利局等主要专利机构相比仍存在差距，但对于正在规划巴西专利布局的中国企业，已代表着显著改善的法律确定性环境。

8.3.3 快速审查 Exame Prioritário

INPI 提供多种快速审查机制，可将审查周期压缩至 8 至 18 个月，对以下申请人适用：65 岁以上自然人申请人；微型和小型企业 (ME/EPP)；研究院和科技机构；**绿色专利** (*patente verde*) ——适用于环保技术，对在巴布局清洁能源、新能源汽车和环保材料技术的中国企业具有实践意义；**PPH 专利审查高速路**——巴西与中国国家知识产权局 (CNIPA) 已签署 PPH 协议，允许在一方已获授权的申请，在另一方申请快速审查。实践中，CNIPA 已授权的中国专利可据此申请 INPI 快速审查，显著缩短在巴审查周期。

8.3.4 在巴专利申请的程序要点

在巴西申请专利的外国申请人（无论通过 PCT 途径还是直接申请）须注意：须委托在巴西注册的知识产权代理人 (*procurador com domicílio no Brasil*) 代为申请，无法自行以外国地址提出申请；专利说明书、权利要求书及摘要须以**葡萄牙语**提交（PCT 进入国家阶段时须在规定的期限内提供葡萄牙语翻译）；专利维持须按时缴纳年费，逾期未缴将导致申请被视为放弃，恢复手续程序复杂。

⊕ 中巴 PPH 协议为中国专利人提供的便利路径

中国 CNIPA 与巴西 INPI 的专利审查高速路 (PPH) 协议允许：在 CNIPA 已获授权（或进入积极审查状态）的专利申请，申请人可向 INPI 提出 PPH 快速审查请求，INPI 将参考 CNIPA 的审查结论加速审查程序，通常可将审查周期压缩至 8 至 24 个月。对于在华已建立专利组合的中国企业，PPH 是将技术保护覆盖范围扩展至巴西的最高效路径之一。须注意，PPH 申请须在提出实质审查请求时同步提交相关材料。

8.4 版权与软件保护

8.4.1 版权保护的基本框架

巴西版权保护依据《版权法》（*Lei 9.610/1998*），其最重要的特征是 **无需注册自动取得保护**。作品一经创作完成，版权保护即告成立，无需向任何机关申请或登记。这与专利和商标的注册要件形成鲜明对比，也与中国版权保护的基本逻辑一致，因此中国企业通常对这一规则较为熟悉。

版权保护期为作者终身加上 70 年（自作者去世翌年起算），法人作者的作品保护期为首次公开发表后 70 年。外国作品在巴西受到同等保护，前提是作品来源国系《伯尔尼公约》成员（中国和巴西均是）。

8.4.2 软件保护的双重机制

在巴西，软件受**两部法律保护**：《软件法》（*Lei 9.609/1998*）专项规范软件的法律保护，而《版权法》（*Lei 9.610/1998*）则在软件法未作明确规定的事项上补充适用。软件的版权保护同样 **无需登记自动取得**，但 LPI 第 211 条允许（非强制）向 INPI 进行著作权登记，以取得具有公证效力的证据，在发生侵权纠纷时更便于举证。

软件保护期为首次发表后 50 年，短于普通版权作品的 70 年。INPI 发布的统计数据中专列软件著作权登记数量，显示这一领域的登记申请呈持续增长趋势，反映了数字经济参与者对书面记录的重视程度提升。

8.4.3 雇佣关系下的著作权归属

与中国软件著作权制度类似，巴西规定由雇主或委托方出资开发的软件，著作权通常归属于雇主或委托方，除非另有书面约定。对于在巴西设有研发中心或本地开发团队的中国企业，须在劳动合同或服务合同中明确约定软件著作权归属，以防止开发者主张权益。

8.4.4 域名与商标的相互独立

值得注意的是，巴西的 ".com.br" 域名注册与 INPI 商标体系相互独立，域名注册不赋予商标权，反之亦然。中国企业在完成商标注册的同时，应及时注册对应的 ".com.br" 域名，防止第三方以域名抢注为手段实施网络不正当竞争。

8.5 技术转让与许可的 INPI 备案：税务命脉

这是对中国企业运营影响最直接也最容易被忽视的知识产权制度环节。**凡涉及向中国母公司或关联方支付特许权使用费或技术服务费的合同，未经 INPI 备案（*averbação*）将无法在巴西子公司层面税前扣除。**

8.5.1 必须备案的合同类型

依据 LPI 第 211 条及 INPI 相关规范，以下类型的涉外合同须向 INPI 提出备案申请：特许权使用费协议（*licença de uso de marca*）；技术援助协议（*assistência técnica*）；工业合作协议（*cooperação industrial*）；软件许可协议（*licença de uso de software*）；特许经营协议（*franquia*）。

备案申请由被许可方（巴西一方）向 INPI 提出，须提交合同原件或经公证的副本及葡萄牙语翻译。INPI 将审查合同内容是否符合法律要求，并颁发备案证明（*Certificado de Averbação*）。

8.5.2 备案的核心法律后果：税务待遇

INPI 备案的核心法律后果在于税务层面：**仅经 INPI 备案的特许权使用费支付才可在巴西子公司层面作为 IRPJ/CSLL 计算时的可扣除费用处理**。未备案的付款不具有税前扣除资格，且在外汇管制层面，相关汇出可能遭遇银行合规审查的障碍。

这一规则对在巴西子公司与中国母公司或关联方之间存在许可安排的集团具有直接实践意义：若许可协议未完成 INPI 备案，巴西子公司向中国母公司支付的许可费，既无法作为运营成本扣除，又须缴纳全额 IRRF（见第 7.3 节），形成双重不利——既无扣除，又有预提税。

8.5.3 备案的费率审查

INPI 在备案审查中不仅核查合同形式，还会就许可费率进行实质性审查，主要参考：《国家货币委员会》（CMN）和 INPI 联合建立的行业参考费率（通常以净营业收入百分比表示）；税务法规关于关联方许可费税前扣除的上限规定——根据 *IN RFB 1.455/2014*，部分类别的许可费扣除上限为净营业收入的 5%，具体比例因行业和知识产权类型而异。若合同约定的费率超出 INPI 和税法认可的范围，须在备案申请中提供额外的合理性说明，否则可能影响备案批准或被要求调整合同条款。

8.5.4 备案与转让定价的双重合规

技术转让和许可安排同时受到第 7.6 节所述 *Lei 14.596/2023* 转让定价规则的约束。INPI 备案解决的是**合同形式合规**问题（是否可以支付和扣除），而转让定价分析解决的是**价格合理性**问题（费率是否符合独立交易原则）。两个合规维度相互独立，均须分别满足，缺一不可。

▲ 实践警示：备案与付款的时序

实践中最常见的错误是：巴西子公司在 INPI 备案完成之前已开始按合同支付许可费。未备案期间支付的费用，税务上通常不允许追溯补救为已扣除支出，形成不可弥补的税务损失。正确的操作顺序是：签署合同 → 向 INPI 提交备案申请 → 取得备案证明 → 开始按备案合同支付费用。备案审查周期通常为 3 至 9 个月，建议将这一时间成本纳入合同生效节点和资金规划中。

8.6 行动矩阵：分阶段知识产权保护

以下矩阵为中国企业在进入和经营巴西市场过程中的知识产权保护提供分阶段行动参考框架。

阶段	行动事项	操作要点	主管机关	未及时行动的风险
进入前 (公告前)	商标 (所有拟在巴西使用的品牌)	立即通过马德里途径或直接申请向 INPI 提交商标申请	INPI	第三方抢注, 须经诉讼或高价收购才能取回
进入前	核心专利	评估是否通过 PCT 进入巴西国家阶段; 满足条件时申请 PPH 快速审查	INPI / WIPO	专利申请超过优先权期限后, 公开技术进入公有领域
设立子公司时	域名和企业名称	注册 .com.br 域名; 确认企业名称与注册商标一致	Registro.br / 州商业登记处	域名抢注; 企业名称与商标冲突产生混淆责任
开始运营时	技术许可合同	在首次付款前完成 INPI 备案	INPI	许可费不可税前扣除; 汇出可能受阻
持续运营	软件著作权 (含本地研发)	合同中明确著作权归属条款; 可选择性向 INPI 登记以固定证据	INPI (可选)	开发团队成员主张权益, 产生权属争议
持续运营	商标 (已注册)	每 10 年在到期前申请续展; 每 5 年确认商标处于使用状态	INPI	逾期未续展导致注册失效; 第三方以不使用为由申请撤销

本章信息截至 2026 年 2 月。LPI 修订草案 (PL 2.210/2022) 仍在立法审议 程序中, 如获通过将对专利申请期限和商标审查程序产生调整。建议在制定具体知识产权 战略时, 委托具有巴西知识产权实务经验的律师进行个案评估。

本章内容仅供一般信息参考, 不构成法律意见。知识产权保护具有高度个案性, 实际方案 须结合企业品牌组合、技术资产类型和市场进入策略进行专项评估。本章反映截至 2026 年 2 月的立法和行政规范状态; LPI 修订草案 (PL 2.210/2022) 如获通过将 对部分程序产生影响。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

劳动法：用工成本与风险管理

CLT · Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) · Lei 14.442/2022 · Lei 12.506/2011

本章系统介绍巴西劳动关系的法律框架，以中国企业视角重点呈现用工成本的完整构成与 解雇费用的精确计算方法。核心内容包括：劳动关系认定标准、月度雇主实际成本分解、按工龄分列的解雇费用矩阵、2017 年劳动改革的主要弹性机制，以及劳动诉讼风险的 合规防御策略。更新截至 2026 年 2 月。

立法要点

CLT（1943 年）：劳动者保护为强制性最低标准，合同约定无法低于法定权利，法院对实质关系而非合同形式进行认定

月度用工成本：约定工资的 155%—165%，含 FGTS 8%、INSS Patronal 20% + RAT + Sistema S、13 薪及假期应计

解雇成本矩阵：无故解雇总成本随工龄从约 3.5 个月工资（工龄 6 个月）增至约 10—11 个月工资（工龄 10 年）

FGTS 罚款：无故解雇时须支付账户余额 40%（+10% 社会贡献），合意解除仅 20%

预告期（Lei 12.506/2011）：30 天基础 + 每满 1 年 3 天，上限 90 天；合意解除减半

劳动改革（2017）：合意解除制度、谈判协议优先原则、间歇性用工合同、远程办公框架

经济集团连带责任：CLT 第 2 条——多个巴西实体对劳动债务承担连带责任

9.0 劳动法律的根本逻辑差异

在巴西开展业务，雇佣关系是成本最高、风险最集中的法律领域之一。对中国投资者而言，理解这一领域最关键的起点是：**巴西劳动法在制度逻辑上与中国劳动法存在根本差异。**

中国劳动合同法（2008 年）以书面合同为核心，强调合同自由度较大、劳资双方可在法定框架内灵活约定，且整体诉讼成本相对较低。而巴西的《劳动法典》（*Consolidação das Leis do Trabalho*, CLT, 1943 年）的制度基因来自意大利法西斯时期的团体主义立法模式，以对劳动者的强制性保护为根基，绝大多数权利不可由合同约定加以剥夺，即便劳动者本人同意亦然。这一特征在实践中意味着：**合同条款与法定权利存在冲突时，以法定权利为准。**

劳动诉讼是这一体系最直接的制度后果。巴西劳动法院（*Justiça do Trabalho*）每年受理的新案件超过 400 万件，是全球劳动诉讼密度最高的司法体系之一。对于制造业、服务业或零售企业，劳动合规成本不仅体现在日常工资发放，更集中体现在**解雇环节的累计费用**——这正是本章重点分析的核心内容。

2017 年劳动改革（*Lei 13.467/2017*）是 CLT 颁布以来最大规模的立法修订，引入了协商约定优先于法律规定的机制（谈判协议优先原则），并新增合意解除制度。但改革并未从根本上改变高解雇成本的制度结构，仅在弹性用工方面有所松动。理解改革前后的制度差异，是正确评估当前劳动风险的基础。

9.1 劳动关系的认定与合同类型

9.1.1 劳动关系的实质认定原则

CLT 第 3 条规定，劳动关系的认定不取决于合同的名称或形式，而取决于实质关系是否符合四个构成要素：**个人性**（*personalidade*）、**持续性**（*habitualidade*）、**从属性**（*subordinação*）和**有偿性**（*onerosidade*）。只要同时具备这四个要素，无论双方签订的是何种性质的合同（服务合同、承揽合同、咨询协议），劳动法院均可认定存在劳动关系，要求补缴所有法定权利，包括 FGTS、13 薪、假期工资及相应罚款，追溯期通常为 5 年。

这一原则对中国企业最直接的影响体现在两种情形：第一，以“PJ 合同”（个人持牌公司合同）代替正式雇佣合同，当关系具有排他性、连续性和从属性时，存在被认定为事实劳动关系的高风险；第二，**外籍管理人员的双重劳动关系风险**，即便与中国母公司签订的是外籍人员合同（*assignee agreement*），若其在巴西的工作具有从属性和连续性，同样可能被巴西劳动法院认定为与巴西子公司存在双重劳动关系。

9.1.2 主要合同类型

无固定期限合同（*contrato por prazo indeterminado*）——最常见形态，不设终止日期，可通过正当事由解雇（*demissão por justa causa*）、无正当事由解雇（*dispensa sem justa causa*）或合意解除（*acordo mútuo*）等方式终止。

固定期限合同（*contrato por prazo determinado*）——最长 2 年，须具有法定适用条件（特定服务性质或临时需求），到期后若双方继续执行则自动转换为无固定期限合同。雇主提前终止须支付剩余合同期工资的 50% 作为违约赔偿。

试用期合同 (*contrato de experiência*) —— 固定期限合同 的特殊形态，最长 90 天（可分两阶段：首阶段最长 45 天，经延续最长 90 天），期满 未终止则自动转为无固定期限合同。试用期内雇主终止合同须支付的补偿较低，是中国 企业通常建议充分利用的评估窗口。

间歇性用工合同 (*contrato de trabalho intermitente*) —— 2017 年劳动改革新增形态，劳动者按实际工作小时或天数获得报酬，不工作期间无 工资，但享有比例性 13 薪、假期和 FGTS 存入。适合季节性或不定期服务需求。

▲ 外籍管理人员双重劳动关系风险

中国母公司将管理人员以外籍人员身份派驻巴西子公司，并在中国维持原劳动合同， 是常见的跨国集团人事安排。但当该管理人员在巴西实际行使管理职能、接受巴西子 公司日常指令且工作具有连续性时，巴西劳动法院可能认定其与巴西子公司存在独立 的劳动关系，要求按巴西标准补缴全部法定权利。防范路径包括：（1）在巴西子 公司 正式登记雇佣关系；（2）确保合同结构与实际权力汇报关系一致；（3）必要时寻求 劳动法专项意见。

9.2 工时、休假与额外报酬

9.2.1 法定工时与加班补偿

CLT 规定标准工时为每日 8 小时、每周 44 小时（第 58 条）。与中国劳动法下的每日 8 小时、每周 40 小时标准相比，巴西法定工时上限略高。然而，巴西的加班补偿标准则 显著高于中国：**加班费率最低为正常工资的 50%**（第 59 条），法院 判决中通常为 100% 的情形（周日和法定节假日）。

CLT 第 59 条同时允许雇主通过以下方式管理加班：（1）**小时银行** (*banco de horas*) —— 通过个人协议或集体协议建立，累计加班小时可在 一年以内以额外休假抵偿，无需支付加班费；（2）**工时补偿** (*compensação de jornada*) —— 允许在一周内调配工时，不产生加班义务。

9.2.2 12×36 制度

制造业、零售业和医疗行业广泛适用的 12×36 制度（工作 12 小时、休息 36 小时）， 经 2017 年劳动改革正式纳入 CLT 第 59-A 条，可通过个人书面协议或集体协议约定， 无需依赖传统限额加班框架。对于采用连续生产或轮班运营模式的中国工厂，这是重要 的工时弹性工具。

9.2.3 年假与 13 薪

每位员工在满 12 个月后享有 **30 天带薪年假** (*férias*)， 雇主可以劳动者同意将年假拆分，最多分 3 个阶段休完，其中一段不得少于 14 天（2017 年改革引入）。年假工资须附加**宪法 1/3 假期补贴** (*adicional constitucional de férias*)，即应休假期工资的 1/3 额外支付。

13 薪 (*décimo terceiro salário*) 是按年积累、在 11 月 30 日支付第一期、12 月 20 日前支付第二期的强制性额外工资，金额等于全年月薪。对于刚进入巴西市场的中国企业，一个常见的财务规划失误是低估 13 薪和假期工资作为月度应计费用的资金需求，导致年末现金流压力。

9.2.4 夜班、不健康和危险环境补贴

除基本工资外，以下附加工资在特定条件下具有强制性：夜班补贴 (*adicional noturno*) —— 22 时至 5 时工作，每小时增加最低 20%；不健康环境补贴 (*adicional de insalubridade*) —— 接触有害物质，最低工资的 10% / 20% / 40% (按危险等级)；危险环境补贴 (*adicional de periculosidade*) —— 接触易燃物、爆炸物、电气危险等，基本工资的 30%。这些附加工资同时计入 13 薪、假期工资和 FGTS 的计算基数，对制造业和建筑业企业的成本影响显著。

Ⓢ 考勤记录的关键证据价值

CLT 第 74 条要求员工超过 20 人的企业强制记录考勤，且须真实反映实际工时。2017 年劳动改革允许电子考勤系统，但不允许雇主单方面预设固定工时记录 (即所谓 '英式考勤', *ponto britânico*)。劳动诉讼中，考勤记录是雇主最主要的抗辩证据。缺乏可信考勤记录的雇主在加班争议中通常处于举证不利地位，法院将倾向于采信劳动者的加班陈述。

9.3 月度用工成本：法定附加与应计费用

这是中国投资者在制定预算时最容易低估的部分。雇佣一名员工的月度成本，远超过双方约定的工资数字。

9.3.1 雇主月度法定附加费用

按 CLT 和相关法规，雇主每月须在工资之外额外缴纳以下法定负担：

FGTS (*Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*, 就业保障基金) —— 雇主按雇员月薪的 8% 存入劳动者个人账户，该款项归属劳动者，在被无故解雇、退休、购置房产等情形下可提取。这笔资金不是税，而是劳动者未来可支取的储蓄，但对雇主而言是即时的现金流出。

INSS Patronal (雇主社保贡献) —— 适用于 *Lucro Real* / *Lucro Presumido* 的企业：20% 基本比例，加上 RAT (*Risco Acidentário do Trabalho*, 工伤风险贡献) 1% 至 3% (取决于行业风险等级，并受 FAP 系数调整)，以及 Sistema S (向 SESC/SENAI/SENAC/SEBRAE 等机构的贡献) 通常 5.8%，合计约 **26.8%—28.8%**。*Simples Nacional* 企业 (年营业额不超过 480 万雷亚尔) 免缴 INSS Patronal，仅需缴纳 8% FGTS，但这一优惠对多数中国企业规模而言不具有持续适用性。

9.3.2 月度应计费用与综合成本估算

除每月实际缴纳的社会贡献外，负责财务规划的须每月计提以下费用：**13 薪准备金**：月薪 $\times 1/12$ = 相当于月薪的 8.33%；**假期工资准备金** (含 1/3 宪法补贴)：月薪 $\times 1.33 / 12$ = 相当于月薪的 11.08%；**无故解雇 FGTS 罚款准备金** (按统计平均离职率计算)：通常估算为 FGTS 月度存入的 40%，即月薪的约 3%。

将上述项目汇总，*Lucro Real* 企业的月度实际用工成本约为约定工资的 **155%—165%**，即每支付 100 雷亚尔工资，雇主实际承担约 155 至 165 雷亚尔的总成本 (含所有强制性费用、13 薪及假期应计)。对于采用 *Simples Nacional* 的小型运营结构，这一比例可降至约 130%。

这一数字应作为所有人员编制预算和项目投标定价模型的基础参数。

费用项目	法律依据	占月薪百分比 (%)	适用对象
FGTS	Lei 8.036/1990	8.0%	全部 CLT 员工
INSS Patronal	Lei 8.212/1991	20.0%	Lucro Real / Presumido
RAT (工伤风险)	Lei 8.212/1991	1.0%—3.0% (+ FAP 系数)	Lucro Real / Presumido
Sistema S (SENAI/SESC 等)	LC 110/2001	约 5.8%	Lucro Real / Presumido
13 薪月度应计	CLT 第 7 条 + CF/88	8.33%	全部 CLT 员工
假期工资月度应计 (含 1/3 补贴)	CLT 第 129 条 + CF/88	11.08%	全部 CLT 员工
FGTS 无故解雇罚款准备金 (统计估算)	Lei 8.036/1990 Art. 18	约 4.0%	全部 CLT 员工
月度总附加成本 (Lucro Real 估算)	—	约 58.2%—60.2%	全部 CLT 员工

注: *Simples Nacional* 企业 (年营收不超过 R\$4.8M) *INSS Patronal*、*RAT* 及 *Sistema S* 已含于 *DAS* 综合税单, 折合折扣后总附加成本约为 30% (含 13 薪和假期应计)。上表不含员工自付 *INSS* (雇主代扣, 不构成雇主成本) 及个人所得税代扣 (同理)。

9.4 解雇成本：按工龄分列的精确矩阵

解雇成本是中国企业在巴西劳动法律风险评估中最容易被系统性低估的项目。以下将以 **工龄** 为轴, 逐项列出无故解雇 (最常见的解雇方式) 的每一项法律成本, 以年薪为 100% 的基数表达。

9.4.1 无故解雇的成本构成

当月工资 (*Saldo de Salário*) —— 解雇当月实际工作天数工资, 按比例计算。

比例 13 薪 (*13º Proporcional*) —— 当年已工作月数 ÷ 12 × 月薪; 满 15 天的月份视为整月 (CLT 第 146 条)。

比例假期工资 + 1/3 (*Férias Proporcionais + 1/3*) —— 同上比例, 并额外乘以 4/3 (即加 1/3 宪法补贴) (CLT 第 146 条)。

到期末休假期工资 (*Férias Vencidas + 1/3*) —— 若劳动者在被解雇时有已满 12 个月但尚未享用的假期, 须将全月工资 × 4/3 支付 (CLT 第 137 条)。注意: 若假期逾期未给, 须按双倍支付 (CLT 第 137 条)。

预告期 (Aviso Prévio Indenizado) ——无故解雇时，雇主须提前 30 天书面通知或支付代通知金。根据 Lei 12.506/2011，预告期随工龄递增：**30 天基础 + 每满 1 年额外 3 天，上限 90 天**。即工作 1 年为 33 天，工作 10 年为 60 天，工作 20 年为 90 天（上限）。

FGTS 罚款 (Multa de 40% sobre FGTS) ——雇主须向劳动者支付其在整个合同期间存入的 FGTS 账户余额的 40% 作为罚款 (Lei 8.036/1990 第 18 条)。LC 110/2001 原另设 10% 社会缴款，已由 Lei 13.932/2019 于 2020 年废止，现行负担为 40%（而非 50%）。FGTS 账户余额本身（劳动者可提取的那部分）不是雇主额外支付，而是归还劳动者原本就存在其账户中的资金。

FGTS 账户提取 (Saque do FGTS) ——无故解雇时，劳动者有权提取账户全额。这对雇主来说是已经存入的资金释放，不是新增成本，但须确认账户不存在欠缴。

▲ FGTS 欠缴的复合风险

部分进入巴西市场的中国企业在初期因资金紧张而延迟或少缴 FGTS，认为可以日后补缴。这是一个危险的误判。FGTS 欠缴产生三重后果：（1）每月欠缴罚款为欠缴金额的 5%（当月）及后续月份的 10%；（2）劳动者随时可向劳动法院申请强制执行；（3）解雇时罚款基数以应缴金额计算，而非实缴金额，即欠缴越多，解雇时须额外补偿越多。建议将 FGTS 缴纳设定为工资发放同级别的财务优先事项。

解雇形态／工龄	当月工资	比例 13 薪	假期 + 1/3	预告期	FGTS 罚款 40%	总成本估算
无故解雇 — 工龄 6 个月	当月比例	0.5 个月	0.67 个月 (6/12 × 4/3)	30 天 = 1.0 个月	约 3.8% 年薪 *	约 3.0—3.4 个月工资
无故解雇 — 工龄 1 年	当月比例	1/12 × 12 = 1 月	1.33 个月 (12/12 × 4/3)	33 天 = 1.1 个月	约 7.7% 年薪 *	约 3.9—4.4 个月工资
无故解雇 — 工龄 3 年	当月比例	按月比例	按月比例 + 1/3	39 天 = 1.3 个月	约 23.0% 年薪 *	约 4.7—5.2 个月工资
无故解雇 — 工龄 5 年	当月比例	按月比例	按月比例 + 1/3	45 天 = 1.5 个月	约 38% 年薪 *	约 6.0—6.5 个月工资
无故解雇 — 工龄 10 年	当月比例	按月比例	按月比例 + 1/3	60 天 = 2.0 个月	约 77% 年薪 *	约 9—10 个月工资
合意解除（协议解除）— 任何工龄	当月比例	按月比例	按月比例 + 1/3	50% 预告期	FGTS 余额 20%（仅）	约低于无故解雇约 40—50%
劳动者提出辞职 — 任何工龄	当月比例	按月比例	按月比例 + 1/3	30 天（须工作或扣薪）	无 FGTS 罚款	约 1—2 个月工资（最低成本）
正当事由解雇（ <i>justa causa</i> ）— 任何工龄	当月比例	无	仅已满期假期 + 1/3	无预告期	无 FGTS 罚款	约 0.5 个月工资（最低成本）

* FGTS 罚款以月薪 × 12 × 8% 的累计余额估算，未考虑实际账户收益。工龄越长，FGTS 余额越大，罚款绝对金额越高。

以上数据揭示巴西解雇成本结构的三个核心特征：第一，**无故解雇成本随工龄显著上升**，主要驱动因素是 FGTS 罚款的累计效应和预告期的延长；第二，**合意解除制度**（2017 年劳动改革引入）将 FGTS 罚款从 40% 降至 20%、预告期减半、但劳动者无权申请失业保险金，是双方均可接受时的成本最优路径；第三，**正当事由解雇**（*justa causa*）虽成本最低，但须具有 CLT 第 482 条列举的具体情形且有充分书面记录，举证责任完全由雇主承担，实践中难度较大，不当使用将面临更高的诉讼风险。

9.5 2017 年劳动改革的核心弹性机制

Lei 13.467/2017 是 CLT 自 1943 年颁布以来最大规模的修订，修改或新增超过 100 个条文。对中国企业而言，改革最重要的实践意义体现在三个维度：**协商优先原则、合意解除制度和远程办公框架**。

9.5.1 协商约定优先于法律 **Negociado Sobre o Legislado**

CLT 新增第 611-A 条和第 611-B 条建立了“经谈判协议优先”的规范体系：经 **集体协议** (*convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho*)，可在一定范围内就劳动条件作出对劳动者不如法定标准有利的约定，而这些约定在劳动法院具有效力。该条款列举的可协商事项包括：工资奖金和额外报酬（但不含工资基数）；超出法定标准的带薪年假分拆方式；弹性工时和小时银行安排；远程办公规则；绩效奖金（PLR）结构等。

重要的边界是：第 611-B 条明确列出了不可由集体协议减损的事项，包括：13 薪、FGTS 存入义务、工伤赔偿权利、最低工资保障、孕期和哺乳期保护等核心权利。对于在巴西开展集体谈判的中国企业，清晰了解哪些可以谈、哪些不能谈，是避免协议无效风险的前提。

9.5.2 合意解除制度 **Acordo Mútuo (CLT 第 484-A 条)**

付；FGTS 罚款仅为账户余额的 20%（而非无故解雇的 40%）；员工可提取 FGTS 账户余额的 80%；员工无权申请失业保险金 (*seguro-desemprego*)；其余法定权利（13 薪、假期等）照常支付。

合意解除是一种双赢的制度安排：雇主节省约 40—50% 的解雇成本；员工可部分提取 FGTS（辞职则完全不能提取）。实践中，建议在任何协商解除中取得员工以书面形式确认的知情同意，以防止事后主张受到强迫。

9.5.3 远程办公的法律框架

CLT 第 75-B 条至第 75-E 条（经 *Lei 14.442/2022* 更新）规定：远程办公 (*teletrabalho*) 须通过书面协议明确约定，雇主应提供或报销工具、设备和网络费用（除非另有书面约定），且与在岗工作享有同等权利保障。

对在巴西尚未设立正式实体、仍以派驻方式安排员工的中国企业，以及在巴西境内雇佣远程员工的企业，均须确认：远程工作安排不解除 CLT 劳动关系，雇主的所有法定义务（FGTS、INSS、13 薪、假期）同样适用于远程员工。**跨境远程员工的劳动法适用须特别谨慎评估**，这是一个常被忽视的跨境合规盲点。

✓ 何时适用合意解除制度

合意解除适用于双方均愿意以低成本方式结束劳动关系的情形，尤其是：员工出于个人原因希望离职但同时希望获得部分 FGTS；雇主有裁员计划但希望控制整体成本；双方对工作安排存在分歧但无具体过失事实。**不适合使用合意解除的情形**：以合意解除名义规避应属无故解雇的场景，或向员工施压迫使其签署合意解除协议。后者在劳动诉讼中极易被认定为无效，并可能引发加倍赔偿。

9.6 劳动诉讼风险管理

9.6.1 劳动法院制度与诉讼时效

巴西劳动法院 (*Justiça do Trabalho*) 每年受理超过 400 万 新案件，多年位居全球劳动诉讼密度之首。与中国劳动争议通常须先经劳动仲裁委员会前置程序不同，巴西劳动者可直接向法院提起诉讼，无需事先穷尽调解程序，且劳动法院采用简化诉讼程序，调查周期通常为 18 至 36 个月。

劳动诉讼成立的时效为解除劳动合同后 **2 年**（宪法第 7 条 XXIX），但可追溯合同存续期间最后 **5 年** 的权利。换言之，一名工龄 5 年以上的员工被解雇后提起诉讼，其索赔范围理论上可覆盖整个工作期间的所有未支付或低支付权利。

9.6.2 常见诉讼引发情形

对巴西中国企业劳动诉讼的实践分析显示，以下几类情形最频繁引发诉讼：加班费未足额支付（工时记录不完善）；FGTS 欠缴或漏缴；解雇程序存在程序性瑕疵（文件不足）；忽视适用集体协议所带来的额外权利；将应属雇佣关系的用工以服务合同或 PJ 合同处理。

9.6.3 集体协议的强制适用

这是对初进巴西市场的中国企业最容易被忽略的合规点之一。CLT 建立的是一套劳动法律的最低标准体系，但各行业和地区的**集体协议** (*convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho*) 往往规定了高于法律最低标准的权利，例如额外节假日、高于最低工资的工资基线、食堂补贴、特殊安全条款等。这些集体协议对所有在特定行业、地区雇佣员工的雇主均具有约束力，**无论是否参与谈判**。违反集体协议通常在劳动诉讼中产生更高的赔偿风险，且有时引发集体诉讼。

9.6.4 合规防御与诉讼前置预防

将劳动合规成本前置，是在巴西经营最具成本效益的风险管理策略。建议优先完善以下体系：电子化考勤系统（真实记录工时，防止加班争议）；FGTS 和 INSS 实时核查机制（确保月度缴纳准时完成）；解雇文件标准化（书面记录是雇主抗辩的唯一实质性证据）；集体协议定期更新追踪（每年谈判周期通常为 5 月至 9 月）；外籍管理人员在巴合规评估（劳动关系认定风险专项审查）。

▲ 经济集团连带责任

CLT 第 2 条规定，当两家或更多企业以直接或间接方式存在资本、管理或同向经济利益关联时，构成劳动法意义上的经济集团 (*grupo econômico trabalhista*)，所有成员对劳动债务承担连带责任。对于在巴西设有多个实体（贸易公司、制造工厂、服务子公司等）的中国集团，这意味着：任一实体的劳动债务可对整个集团的巴西资产执行。在进行巴西法律结构设计时，须将劳动法连带责任与公司法有限责任的边界差异纳入风险矩阵。

本章内容仅供一般信息参考，不构成法律意见。劳动法律问题具有高度个案性，实际情形须结合具体合同安排、集体协议适用范围和司法管辖地进行专项评估。本章反映截至 2026 年 2 月的立法和司法状态。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

对外贸易与海关

Comércio Exterior · Tributação Aduaneira · Defesa Comercial · Compliance

本章系统介绍巴西进出口税务体系——以中国出口企业最为关切的实践视角呈现。内容涵盖五个联邦和州税在进口环节的层叠征收机制（“层叠效应”，efeito cascata）、Drawback 等减负制度、对华反倾销措施的现状（DECOM 2024—2026 案件汇总）、出口环节的宪法性豁免，以及海关合规的六项 CEO 级优先事项。本章更新截至 2026 年 2 月。

立法要点

进口税负：CIF 价值之上叠加约 60% 至 120% 的综合税负，具体取决于 NCM 编码与申报制度

五项主要进口税：II（进口税）、IPI（工业产品税）、PIS-Importação、COFINS-Importação、ICMS——

按“层叠”方式征收，各税相互嵌套计税基础

ICMS “由内征收”（cálculo por dentro）：18% 名义税率因税基中包含本身，实际有效税率约 21.95%

反倾销：中国连续多年为巴西 DECOM 反倾销调查主要对象国——2024—2026 年针对光纤、冷轧钢、

聚酯纤维、彩涂钢、瓷器等多项产品已发布最终裁定

Drawback：对在巴西生产、用于再出口的中国资本企业可在 II、IPI、PIS、COFINS 层面实现暂缓、豁免或退还

出口：IPI 宪法豁免、ICMS 宪法豁免、PIS/COFINS 零税率——巴西出口在多项税种上享有完整免除

10.0 导言：海关税务在战略规划中的权重

在巴西，进口货物是一项税务密集程度极高的经营行为。与许多国家不同，巴西的海关 税务体系并非仅就报关价值征收一项税种：至少有五项税种以"层叠"方式相互嵌套征收， 每项税种的计税基础都建立在前一项税之上。最终的累计效应可以使一件商品的国内化 成本相对其原始 CIF 价值上升 60% 至 120%——具体幅度取决于 NCM 编码和进口商所 适用的税收申报制度。

对于在巴西经营的中国母公司的 CEO 和决策层而言，这一现实直接决定了进入巴西市场 的商业模型可行性和投资回报率。在企业架构设计阶段未将海关税务系统性纳入考量的 项目，往往在运营初期即遭遇毛利率与商业计划测算之间的显著背离。

本章以战略性视角系统呈现：巴西进口环节的税务结构、主要的减负特别制度、商业救济 措施（贸易救济）的相关风险——尤其是针对中国原产产品的反倾销措施——以及对企业 管理层（lideranças empresariais）层级的合规优先事项。

10.1 进口税务链：层叠效应 (O Efeito Cascata)

巴西海关税务体系最显著的特征在于其"层叠"性质 (*cascata*)：进口环节的 多项税种以连续嵌套的方式计算，每一项税的计税基础都包含报关价值 (*valor aduaneiro*) 加上前面已计算的若干项税款。这一机制在 ICMS 层面达到其最复杂 形态——ICMS 以"由内征收"的方式计算 (*cálculo por dentro*)，即 ICMS 本身也是其自身税基的一部分。

10.1.1 五项联邦税和州税

税种	法律依据	计税基础	税率	层级
II — <i>Imposto de Importação</i> (进口税)	Decreto 6.759/2009 Art. 86 RA	报关价值 (CIF — 成本、保险与运费)	0% 至 35% (TEC/ Mercosul)	联邦 — 第 1 层
IPI — <i>Imposto sobre Produtos Industrializados</i> (工业产品税)	Decreto 7.212/2010 TIPI 表	报关价值 + II (扩大税基)	0% 至 300% 以上 (按 NCM)	联邦 — 第 2 层
PIS-Importação (进口 PIS)	Lei 10.865/2004 第 2 条	报关价值 (一般规则)	2.10% (一般规则)	联邦 — 第 3 层
COFINS-Importação (进口 COFINS)	Lei 10.865/2004 第 3 条	报关价值 (一般规则)	9.65% (一般规则)	联邦 — 第 4 层
ICMS — 商品流通服务税	CF/88 第 155 条 II 款 + 各州法规	VA + II + IPI + PIS + COFINS + 杂费 + ICMS (由内征收)	12% 至 20% (按州差异)	州税 — 第 5 层
IOF-外汇	Decreto 6.306/2007	外汇交易金额 (银行操作)	0.38% 至 1.1% (按法人交易类型)	联邦 — 外汇环节

10.1.2 层叠效应：数值示例

为直观说明层叠效应，下表模拟一件工业产品的进口，假设 CIF 价值为 R\$10,000，典型税率为 II=14%、IPI=5%、ICMS=18%（圣保罗州）。所有数值已四舍五入以便说明：

阶段	计算说明	税款金额	累计
(0) 报关价值 (CIF)	FOB 价格 + 运费 + 保险	—	R\$ 10,000
(1) II — 14%	$14\% \times R\$ 10,000$	R\$ 1,400	R\$ 11,400
(2) IPI — 5%	$5\% \times (R\$ 10,000 + R\$ 1,400)$	R\$ 570	R\$ 11,970
(3) PIS — 2.10%	$2.10\% \times R\$ 10,000$	R\$ 210	R\$ 12,180
(4) COFINS — 9.65%	$9.65\% \times R\$ 10,000$	R\$ 965	R\$ 13,145
(5) ICMS — 18% SP	扩大税基 $\div (1 - 0.18) \times 0.18$	$\approx R\$ 2,888$	$\approx R\$ 16,033$
(6) SISCOMEX 费 + AFRMM (海运)	来自中国海运货物的估算	$\approx R\$ 300-600$	$\approx R\$ 16,300-16,600$
✦ 合计税负	相对 CIF 价值的总税务负担	$\approx R\$ 6,333-6,633$	占 CIF 的 63%-66%

上表的模拟基于 NCM 8479 项下的通用工业产品 (II=14%、IPI=5%、ICMS=18%/SP)。 *Lucro Real* 和 *Lucro Presumido* 制度下的企业可以将 PIS/COFINS 作为进项税额抵扣； *Simples Nacional* 制度下的企业无权对进口环节任何税种 申请进项抵扣。

▲ 战略警示：ICMS "由内征收"

ICMS 的名义税率（圣保罗州为 18%）对应的并不是 18% 的实际有效税率。由于税基中 包含 ICMS 本身，实际有效税率约为 21.95%。对于财务管理者，对收购成本的真实 影响在系统性意义上始终高于名义税率所暗示的水平。

对于 CEO 和企业决策层而言，进口商品的最终成本评估必须基于实际有效税率（*alíquota efetiva*），而非名义税率。

10.1.3 NCM 作为税务核心：战略决策而非会计决策

NCM 编码（南方共同市场通用商品分类，8 位数）是巴西进口税务体系的核心枢纽：它 直接决定 II 税率、IPI 税率、ICMS 替代条件、是否需要进口许可证（*Licença de Importação*），以及反倾销措施是否适用。在企业战略层面，NCM 分类不应被视为 事后会计决策，而是产品引进决策的前置条件。

NCM 分类错误可能导致：海关阻滞；适用税率高于应缴税率；联邦税务局开具行政罚款（*autuação*，相当于 1% 报关价值）；以及丧失特殊海关制度的资格。对于 定期进口的企业，分类错误所累积的成本可能每年超过六位数。建议在首次进口前与 *despachante aduaneiro*（海关代理人）共同完成 NCM 复核。

10.2 减负的特别海关制度 (Regimes Especiais)

巴西海关法体系提供了若干减负的特别制度，对符合特定条件的进口操作给予税务豁免、暂缓或简化，以推动出口、技术引进和资本品投资。对中国企业而言，三个制度具有直接的实践相关性：*Drawback*、*Ex-Tarifário* 和 *Zona de Processamento de Exportações* (ZPE，出口加工区)。

10.2.1 Drawback：出口导向的减负工具

Drawback 制度允许企业对用于制造出口产品的进口原料，在 II、IPI、PIS-Importação、COFINS-Importação 层面（在特定情况下还涉及 ICMS）以 *suspensão*（暂缓）、*isenção*（豁免）或 *restituição*（退还）方式实现税务减负。

法律依据为 *Decreto-Lei 37/1966*、*Lei 8.402/1992*，由 SECEX/MDIC（外贸秘书处）授权。对于在巴西设有制造工厂的中国企业子公司——包括将进口自中国的原料用于在巴生产并向其他南美国家出口的安排——*Drawback* 是降低进口税务负担的核心战略工具，可显著提升巴西生产基地的国际竞争力。

10.2.2 Ex-Tarifário：资本品的暂时性税率减免

对于巴西国内尚无相似产品的资本品（BK）和信息技术品（BIT），可向 CAMEX 申请 *Ex-Tarifário*——这是一项允许 II 税率暂时归零的特殊制度，专门针对那些巴西国内无替代品的进口设备。

2025 年 2 月，CAMEX 在一次集中授予中核准了 1,059 项资本品（BK）、信息技术品（BIT）和汽车零部件的 *ex-tarifários*——基于巴西国内无相似产品，II 税率归零（参 Reuters/InfoMoney，2025 年 2 月）。申请由企业向 MDIC 提交，审查期通常为 60 至 90 天，有效期为 12 至 24 个月（可续期）。

10.2.3 ZPE 出口加工区 (Zona de Processamento de Exportações)

ZPE 是一种针对以出口为主要导向的工业生产设立的区域性海关特别区。依据 *Lei 11.508/2007*，ZPE 内设立的企业可享受全套进口税务豁免和简化的海关程序，前提是其至少 80% 的产出用于出口。对于希望在巴西建立出口导向型生产基地的中国企业，ZPE 是值得评估的备选方案。

制度	目标企业	主要豁免	核心条件	战略价值
Drawback (出口减负)	出口型工业企业	II · IPI · PIS · COFINS (暂缓或豁免)	出口承诺	★★★★★ 最高
Ex-Tarifário (资本品零关税)	任何规模企业	II = 0% (仅 II)	无国内相似产品	★★★★☆ 高 (资本支出)
ZPE 出口加工区	出口导向型制造企业	II · IPI · PIS · COFINS + 海关简化	≥80% 的收入来自出口	★★★★☆ 中高
Simples Nacional 简化制	微型和小型企业 (营业额 < R\$4.8M)	进口环节 ICMS 差异化处理	Simples 资格 + 营业额限制	★★★☆☆ 有限

◆ 战略要点：Drawback 对中国企业的特殊价值

在巴西设有工厂、从中国进口原料用于生产在阿根廷、智利或其他市场出口商品的中国企业，可通过 *Drawback* 制度暂缓 II、IPI、PIS 和 COFINS 对进口原料的征收——显著降低工业成本，使整体经营在国际市场上具有竞争力。

申请须向 SECEX/MDIC 提交 *Drawback* 方案，审批周期通常为 1 至 3 个月，建议在投资决策阶段即评估其适用性。

10.3 贸易救济：对华反倾销措施 (Defesa Comercial)

巴西历史上一直是对中国原产产品适用反倾销措施最多的国家之一。中国持续多年是 DECOM（贸易救济局，*Departamento de Defesa Comercial*，隶属 MDIC，负责调查程序）和 GECEX/CAMEX（执行委员会，负责最终措施决定）所开展调查的主要目标国。

10.3.1 什么是反倾销，巴西如何运作

direito antidumping（反倾销关税）是对以低于其出口国正常价值的价格进入巴西市场的商品征收的附加关税，目的在于保护巴西国内产业免受倾销行为的损害。法律基础包括 *Decreto 1.355/1994*（WTO/GATT 反倾销协定的国内实施）和 *Decreto 8.058/2013*（巴西反倾销国内程序规范）。

程序流程：受影响的国内产业向 DECOM 提交申诉 → DECOM 启动调查并通过 DOU 公告 → 启动后通常 6 个月内 CAMEX 决定是否适用临时措施 → GECEX/CAMEX 在调查启动后约 5 个月内作出最终裁定，最终措施通常有效期为 12 至 18 个月。

10.3.2 对华措施汇总（2024—2026）

以下为 CAMEX/GECEX 近期对中国原产产品所发布的反倾销措施汇总：

产品	有效期	措施形式	决议
单模光纤和光缆	至 2025 年 12 月（5 年）	最终关税（US\$/ 吨或 %）	GECEX 2025/12，DOU 2025/12/22
冷轧及涂层钢	至 2026 年 2 月（5 年）	特定关税 US\$/ 吨	GECEX 2026/02，DOU 2026/02/18
聚酯合成纤维	至 2025 年 9 月（5 年）	最终关税（%）	GECEX 2025/09，Res. 778/2025
彩涂钢	至 2026 年 1 月（5 年）	最终关税（US\$/ 吨）	GECEX 2026/01
头发梳	+5 年延期（2025 年 10 月）	US\$ 8.78／公斤（II 之外）	Res. GECEX 801/2025
二氧化钛颜料	+5 年延期（2025 年 10 月）	US\$ 1,148 至 1,267／吨	Res. GECEX 801/2025
瓷器（桌用）	+5 年延期（2025 年 12 月）	最终关税（自 2012 年有效）	GECEX 2025/12
皮下注射针	至 2026 年 2 月（5 年）	最终关税	GECEX 2026/02，DOU 2026/02/18

来源：DOU/CAMEX：Res. GECEX 778/2025、801/2025；O Tempo 2026/02/18；DGABC 2025/12/22；Agência Brasil 2025/10/24。上表为代表性列示而非穷举——DECOM 维护 公开数据库，可查询所有当时有效的措施。

10.3.3 业务模式与反倾销风险

业务模式	反倾销风险	应对策略
直接出口：中国 → 巴西	高风险	向 DECOM 提交持续监测；在合同中预留税率变动条款
在巴西本地制造，使用中国进口原料	中等风险	参与公共利益审查（ <i>interesse público</i> ）；评估 Drawback 适用性
无直接从中国进口	低风险	仍须监控供应链上游的产品原产国变化

▲ 警示：反倾销措施是 II 之外的附加税

反倾销措施与进口税及其他税款累积征收，并非 II 的替代。它可以按美元每吨计征（特定关税），也可以按报关价值的百分比计征。两种情形下，反倾销税均计入 ICMS 的税基。

中国出口商若被 DECOM 单独认定，可主动参与调查并申请单独的剩余税率（*alíquota individual residual*），通过 MDIC 门户提交相关数据。NCM 编码下产品是否处于现行反倾销措施范围内，应在每次进口前由海关代理人核查。

10.4 出口：激励与豁免 (Exportações)

出口环节的巴西税制呈现与进口环节完全相反的特点——巴西宪法层面已对出口给予广泛免税，使本国商品在国际市场上不背负国内税收负担。

在出口制度中，《联邦宪法》（CF/88 第 153 条第 3 款第 III 项）规定 IPI 对出口到境外的产品免税（宪法豁免）。ICMS 在商品出口中同样免征（CF/88 第 155 条第 2 款第 X 项 'a'）。PIS 和 COFINS 对出口收入适用零税率。出口税（IE）虽然存在，但仅在例外情况下、出于经济政策目的而适用，并非常规征税工具。

税种	出口处理	法律依据
IPI	豁免 — <i>imunidade</i> 宪法豁免	CF/88 第 153 条 § 3º III
ICMS	豁免 — <i>imunidade</i> 宪法豁免	CF/88 第 155 条 § 2º X 'a'
PIS/COFINS	零税率 — 出口收入适用	Lei 10.637/02、Lei 10.833/03
II — 进口税	对出口不征收	—
IE — 出口税	例外适用 — 一般规则：免征	Decreto 1.806/1980 及特别立法

10.5 海关合规：CEO 级优先事项

对于中国企业在巴西的 CEO 和决策层，以下六项海关合规事项应作为日常运营和战略规划的核心检查点。这些事项不是技术性细节，而是直接影响业务连续性、税务成本和法律风险敞口的核心维度。

RADAR Siscomex 注册

1. 任何在巴西从事进出口经营的法律实体须先在联邦税务局（*Receita Federal*）的 RADAR 系统完成注册。RADAR 分为快速档（*expresso*）、有限档（*limitado*）和无限档（*ilimitado*），不同档位对应不同的进口额度。未完成 RADAR 注册则无法递交进口申报单（*Declaração de Importação — DI*）。

NCM 分类：法律和税务基础

2. NCM 分类决定每件进口商品的适用税率、是否需要 LI（进口许可），以及是否处于反倾销措施范围内。错误的分类可能导致行政处罚（*autuação*，报关价值的 1%）及货物清关受阻。建议与具备资质的海关代理人共同完成 NCM 复核。

进口许可证 LI 管理

3. 对于受 ANVISA、MAPA、INMETRO 等监管部门规制的产品，须在装运前事先取得 LI（进口许可证）。许可流程通常持续 2 至 8 周，建议在装运决策前完成许可审批，避免商品到港后无法清关。

海关通道管理 (Canal de Parametrização)

4. 巴西海关对每笔进口申报随机分配以下通道之一：绿色通道（verde，自动放行）、黄色通道（amarelo，文件审查）、红色通道（vermelho，实体查验）及灰色通道（cinza，价格调查）。红色和灰色通道可能使清关周期延长 30 天以上，企业应预先准备完整的文件和价格依据，以应对随机的高强度审查。

反倾销措施持续监测

5. DECOM 持续启动新的反倾销调查并在 DOU 公布相关公告。企业须建立基于 NCM 编码的内部监测机制，覆盖供应链中的所有中国原产产品。在涉及己方产品的调查中，作为利害关系方（interested party）参与调查，可争取获得单独的剩余税率（alíquota individual residual）。

外汇合规与 BACEN 登记

6. 进口支付须通过 BACEN 授权金融机构完成外汇兑换。进口申报单（DI）上的报关价值须与商业发票（invoice）一致；价格差异可能触发转让定价（preços de transferência）调查。所有外汇汇款记录须保存至少 7 年，以备联邦税务局（Receita Federal）查核。

10.6 战略总结：业务决策与风险向量

对于一位正在评估在巴西经营的中国企业 CEO，本章内容可凝练为三个核心战略问题：

战略问题	核心结论	行动优先级
我的产品进口到巴西的真实成本是多少？	CIF 价值之上叠加 60—120% 的税务负担；按 NCM 计算有效税率。预估时务必将 60—120% 加在 CIF 之上。	高 — 全部项目均应执行
我的产品是否面临反倾销风险？	中国是主要目标国——任何进口操作前应核查 DECOM 数据库，按 NCM 检索是否处于现行措施范围。	高 — 进口前必查
有哪些可适用的特别制度？	Drawback 适用于出口型生产；Ex-Tarifário 适用于无国内相似品的资本品。事先规划是关键。	中 — 战略规划阶段

巴西海关制度复杂，但对提前了解其规则的企业而言是可预测的。在巴西以健康利润率经营的企业与遭遇运营亏损的企业之间，最核心的差异往往不在于产品质量或生产效率，而在于市场进入之前所做的税务-海关规划工作。

本章信息截至 2026 年 2 月。海关与贸易救济规范变化频繁，建议在具体进口决策前查询 RFB 和 MDIC 的最新公告。反倾销措施有效期内会有续期、终止或修订的情况，具体案例应基于 DECOM 公开数据库核实。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

个人数据保护法（LGPD）

Lei Geral de Proteção de Dados · Lei 13.709/2018 · ANPD · 跨境数据传输 · LGPD ↔ PIPL

本章为《巴西法律手册》第二版第十一章，系统介绍巴西《通用个人数据保护法》（LGPD）及其与中国《个人信息保护法》（PIPL）的实务交叉点。重点呈现：跨境数据传输的双重合规挑战（ANPD 第 19 号决议 + CAC 三类机制）、ANPD 监管框架与处罚体系（第 4 号决议）、安全事件双报告义务，以及中资企业在巴西运营的合规建设路线图。

11.0 导言：数字经济时代的双重合规挑战

2022年，巴西联邦宪法第十四号修正案将个人数据保护确立为宪法基本权利，这一立法选择与欧盟GDPR的理念一脉相承，同时反映出巴西作为全球最大数字市场之一在立法层面的自主性。《通用个人数据保护法》（Lei Geral de Proteção de Dados，简称LGPD，第13.709/2018号法）自2020年9月起正式生效，国家个人数据保护局（ANPD）的处罚权则于2023年2月随《处罚计量规范》（Resolução CD/ANPD nº 4/2023）出台后全面激活。

中国《个人信息保护法》（PIPL）于2021年11月1日施行，是中国迄今最为系统全面的个人数据保护立法。就结构而言，PIPL与LGPD同属以GDPR为底层参照、由监管机构集中执行的立法模式。然而两者在核心理念上存在本质分歧：LGPD以数据主体的基本权利保护为轴心，PIPL则将国家网络空间主权与国家安全置于同等甚至更为优先的地位。这一差异在跨境数据传输规则上表现得最为突出。

对于在巴西经营的中资企业而言，数据合规的挑战在于：任何涉及中巴两地数据流动的业务——无论是将巴西员工薪资数据传输至中国总部的人力资源系统，还是将巴西客户行为数据用于中国境内的算法分析——都必须同时满足LGPD和PIPL的双重要求。这两套规则对同一项数据操作设置的合规路径不尽相同，在若干关键节点甚至形成张力。本章将以跨境传输为主轴，沿各核心议题逐一比较两套框架的要求。

11.1 LGPD 与 PIPL：双重框架总览

11.1.1 立法架构与监管机构

LGPD 由 ANPD 负责监督执行。ANPD 是 2020 年成立的独立监管机构，直属于联邦总统府，历经数年建制期，已于 2023 年正式进入全面执法阶段，并于 2024 年密集出台一系列 配套规范：第 15 号决议规定了安全事件通报义务，第 18 号决议规范了数据保护官（*Encarregado* / DPO）的任命与公示要求，第 19 号决议则完整建立了跨境数据传输的法律框架。

PIPL 的主要执行机构为国家互联网信息办公室（CAC），同时工业和信息化部（MIIT）及国家市场监督管理总局（SAMR）在各自职权范围内亦负有执法职责。中国的监管体系 呈现多机构分工的特点，在数字安全领域，PIPL 还须与《数据安全法》（DSL，2021 年）和《网络安全法》（CSL，2017 年）协同适用，构成三法并行的完整框架。

11.1.2 核心概念对照

概念	LGPD（巴西）	PIPL（中国）	实务说明
个人数据／个人信息	关于已识别或可识别自然人的任何信息（第 5 条第 1 款）	电子化或以其他方式记录的与已识别或可识别自然人有关的各类信息（第 4 条）	两者定义高度一致，匿名化信息均排除在外
敏感数据	种族、宗教、政治观点、健康、生物特征、性取向、犯罪记录等（第 5 条第 2 款）	生物特征、宗教信仰、特定身份、医疗健康、金融账户、行踪轨迹及 14 岁以下未成年人信息（第 28 条）	PIPL 对未成年人数据的保护门槛为 14 周岁
控制者	决定数据处理目的和方式的自然人或法人（第 5 条第 6 款）	个人信息处理者（第 73 条）	功能相近，PIPL 采用处理者这一统一概念
处理者	代表控制者处理数据的自然人或法人（第 5 条第 7 款）	受委托的处理个人信息的组织或个人（第 21 条）	需通过合同约定各方责任
DPO／数据保护官	Encarregado：须任命、须公示（第 18 号决议，2024 年）	个人信息保护负责人：处理数量较大时须设（第 52 条）	两地均可任命同一人，但其资质与职责须分别满足各自法律要求

11.2 数据处理的法律依据：结构性差异

LGPD 与 PIPL 在法律依据的立法架构上存在根本性差异，这一差异对实务操作具有直接影响。LGPD 第 7 条为个人数据（非敏感类）的处理设置了十种独立且可选择的法律依据，赋予数据处理主体相对灵活的合规路径；PIPL 则以知情同意为基本原则，辅以有限的例外情形，整体设计上对同意的依赖程度高于 LGPD。

法律依据类型	LGPD（第 7 条）	PIPL（第 13 条）	合规差异评估
同意	10 种依据之一，可由任一合法依据替代	主要依据，须单独、明确	PIPL 同意要求更为严格；不得以拒绝同意为由拒绝提供服务
合同履行	§7, II — 合同订立或履行所必需	§13, II — 签订或履行合同所必需	两者基本一致，适用于雇佣和供应商关系
法定义务	§7, II — 控制者履行法律或监管义务所必需	§13, III — 履行法定职责或法定义务所必需	两者类似，可援引于薪资发放、税务合规
正当利益	§7, IX — 控制者或第三方正当利益（须通过利益衡量测试）	PIPL 未作完整规定，适用范围极为有限	重大差异：在巴西可援引的依据在中国可能无效
公共利益／研究	§7, IV-VI — 公共政策、科学研究等	§13, IV-VII — 履行公共卫生、公共安全等职能	适用范围有限，通常不涉及商业运营

▲ 战略风险提示：正当利益依据的跨境失效

在巴西境内，基于 LGPD 第 7 条第 9 款的"正当利益"可作为数据处理的合法依据，这一依据在集团内部数据共享和营销分析场景中被广泛采用。

然而，PIPL 并未为一般商业处理活动明确设置对应的"正当利益"例外。这意味着：在巴西以"正当利益"为由合法处理的巴西数据，一旦传输至中国境内进行同类处理，同样的数据操作可能因缺乏 PIPL 合法依据而在中国构成违规。建议在整体数据合规架构设计阶段即行识别此类风险。

11.3 跨境数据传输：双重监管的核心挑战

跨境数据传输是中资企业在巴西运营合规工作中技术难度最高、法律风险最为集中的领域。无论是将巴西员工个人信息传输至中国总部，还是将客户数据同步至集团云平台，每一次数据出境操作都面临两套相互独立的监管规则的同时约束。下文将对两套框架的传输机制逐一解析。

11.3.1 巴西 LGPD：跨境传输规则（第 19 号决议，2024 年 8 月）

ANPD 于 2024 年 8 月 23 日正式发布第 19 号决议，完整建立了跨境数据传输的法律框架，实施细则于 2025 年 8 月 23 日起全面适用——届时过渡期届满，所有跨境传输均须符合新规方为有效。该决议设置了以下合规路径，可供控制者按具体情形选择适用：

传输机制	适用条件	操作要点	对中资企业的适用评估
充分性认定	ANPD 认定目的地国家／地区的保护水平与 LGPD 等效	认定通过后，向该国传输无需附加机制	截至本指南截稿，中国尚未获得 ANPD 充分性认定；巴西-欧盟等效认定已达成，适用于欧洲中间路由
标准合同条款 (SCCs)	出口方与进口方之间签署 ANPD 批准格式的标准合同	须原文引入，不得修改；可嵌入更广泛的合同文本	对中资企业最具可操作性的路径；须补充中方 PIPL 合规义务
特定合同条款	因案情特殊、SCCs 不适用时的例外	须向 ANPD 申请审批；截至目前尚无案例获批	仅作备选，审批周期不确定
全球企业规则 (BCRs)	同一集团内部跨境传输	须向 ANPD 提交申请及集团数据治理合规证明	集团化运营的战略性的选择；适用于成熟的集团数据治理架构

11.3.2 中国 PIPL：数据出境规则（CAC 机制）

PIPL 第 38 至 40 条规定了个人信息出境的合规义务，CAC 已通过《数据出境安全评估办法》（2022 年）、《个人信息出境标准合同办法》（2023 年）和《促进和规范数据跨境流动规定》（2024 年）进一步细化了操作规则。合规路径的选择以传输数量为关键分级标准：

机制名称	适用门槛	操作要求	时效
豁免情形	每年传输个人信息不超过 10 万人次，且不涉及敏感信息；或属于合同履行所必需的跨境传输（如国际人力资源）	无需专项申报；须保留处理记录	无需审批，可直接执行
标准合同条款（SCCs）	非关键信息基础设施运营者，且传输个人数量低于 100 万人次；敏感信息低于 1 万人次	须采用 CAC 公布的标准格式，并向 CAC 备案	备案后 30 个工作日内（理论值）
个人信息保护认证	非关键信息基础设施运营者，自愿选择	须经 CAC 认可机构开展认证	因认证机构和案件复杂程度而异
安全评估	关键信息基础设施运营者；处理个人信息超过 100 万人次；传输敏感信息超过 1 万人次；或 CAC 认定可能影响国家安全	须向 CAC 提交安全评估申请，材料范围广泛	通常需 3 至 6 个月，甚至更长

11.3.3 双重锁：中资企业在巴西运营的实务场景

以下三种典型场景说明了双重合规要求如何在实践中同时作用于同一项数据操作。值得 特别注意的是，满足 LGPD 要求并不必然意味着满足 PIPL 要求，反之亦然。

业务场景	LGPD 合规要求	PIPL 合规要求	双重合规优先路径
将巴西员工数据传输至中国总部人力资源系统	合同履行依据（§ 7,V）；SCCs（第 19 号决议）； <i>Encarregado</i> 须告知员工	如涉及人员不超 10 万人次且属合同履行必需，可享豁免；须在劳动合同中明确告知	双边签署 SCCs + PIPL 豁免路径；在劳动合同和告知书中同步披露 LGPD 和 PIPL 义务
将巴西客户行为数据传输至中国进行算法分析	SCCs 为必须；须有合法依据（通常为同意或正当利益）；须在隐私政策中披露	须获得单独、明确的同意；若超过 10 万人次须走 SCCs 备案或安全评估程序	同意作为统一法律依据；在 LGPD SCCs 基础上叠加 CAC 标准合同；双层隐私政策
将巴西用户数据存储于在中国境内运营的集团云平台	须通过 SCCs 或 BCRs 规范集团内部传输	须满足数据本地化要求（如为关键信息基础设施运营者）；或通过 SCCs 及认证路径	评估是否触发数据本地化；如触发，考虑在巴西境内设立独立数据中心；或在中国境内采用 BCRs

► 最新动态：巴西与欧盟数据保护等效认定（2025 年）

根据 2025 年最新报道，巴西与欧盟已正式确认 LGPD 与 GDPR 的等效性，成为全球 迄今规模最大的双边数据保护等效协议。这一进展意味着：

巴西数据控制者向欧盟传输数据，无需额外机制。

对于在欧盟设有数据中心的中资企业集团，可以通过欧盟节点中转巴西数据，从而 有效降低部分传输场景下的合规复杂度。

截至本章截稿，中国尚未就 LGPD 提出充分性认定申请，且在可预见的未来获得认定的可能性有限——这使得 SCCs 机制成为中资企业在现阶段唯一确定可行的合规路径。

11.4 数据主体权利与合规义务

11.4.1 数据主体权利对照

权利类型	LGPD	PIPL	实务说明
知情权／查阅权	§18, I-II	§ 45-46	两者基本一致；须在隐私政策中明确披露
更正权	§18, III	§ 47	须在合理期限内处理；LGPD 通常为 15 天
删除权	§18, VI（有条件）	§ 47（有条件）	涉及法定义务时均允许例外
数据可携带权	§18, V（待 ANPD 规范细化）	部分体现于 § 45	LGPD 仍待 ANPD 出台实施细则
反对处理权	§18, IX（限于无依据处理）	§ 44	两者类似，但触发条件有所差异
撤回同意权	§ 8 § 3	§ 15	撤回应当简便易行，不得以此拒绝服务
关于自动决策的权利	§ 20（请求人工审核）	§ 24（获得说明）	对 AI 驱动的营销平台具有重要实务意义

11.4.2 数据保护官（Encarregado／DPO）

ANPD 第 18 号决议（2024 年）明确要求：任何在巴西处理个人数据的主体均须任命 *Encarregado*（数据保护官），并公开其姓名及联系方式——即使是其他国家的关联公司在巴西开展数据处理活动，同样须履行此项义务。*Encarregado* 可以是自然人或法人，可以是外部委托方，且无国籍限制，但须能够与数据主体及 ANPD 进行有效的葡语沟通。

PIPL 第 52 条规定，处理个人信息数量达到 CAC 规定门槛的处理者须设置个人信息保护负责人。两职可由同一人担任，前提是该人具备同时履行 LGPD 和 PIPL 双重职责的能力，且在中国境内须向相关监管机构备案。对于在华雇用人数不多、数据处理规模较小的企业，可以考虑委托外部数据保护专业机构担任 *Encarregado*，从而降低合规成本。

11.4.3 数据保护影响评估（DPIA／RIPD）

LGPD 第 38 条规定，ANPD 可要求对涉及个人数据的处理活动开展影响评估报告（RIPD）。ANPD 在执法实践中已将“未应 ANPD 要求编制 RIPD”列为独立违规情形，并据此对政府机构作出处罚。建议任何涉及敏感数据、大规模处理或新型技术手段的业务场景都主动开展 RIPD。

PIPL 第 55 至 56 条规定了须开展个人信息保护影响评估（PIPIA）的情形，涵盖敏感信息处理、自动化决策、委托处理、跨境传输等。对于跨境传输，PIPIA 已成为向 CAC 申请安全评估或提交标准合同备案时的必要前置文件。

11.4.4 安全事件报告义务

要求事项	LGPD / ANPD	PIPL / CAC
向监管机构报告时限	第 15 号决议（2024 年）：发现后 3 个工作日内报告 ANPD	立即报告；国家网络安全事件报告管理办法（CAC，2025 年 9 月）规定了分级时限
向数据主体告知	须及时告知受影响的数据主体	须告知受影响的个人信息主体
报告内容	事件原因、受影响数据类别、已采取措施及建议主体采取的保护措施	原因、类别、规模、潜在影响、已采取措施
事后复盘	不作明确要求	事件处置完毕后 30 日内须向 CAC 提交事件处置报告

▲ 双重报告义务：不容忽视的实务挑战

同一安全事件可能同时触发 LGPD 和 PIPL 的报告义务。

LGPD：发现后 3 个工作日内向 ANPD 报告。

PIPL：立即报告至 CAC（CAC 的时限要求往往比 LGPD 更为紧迫）。

如果巴西系统遭受攻击并导致中国公民数据泄露，或反之，企业将面临在不同时区向两个监管机构同步提交报告的实操压力。建议制定统一的事件响应预案，明确两地监管机构的沟通负责人。

11.5 制裁与执法：风险量化

11.5.1 LGPD 处罚框架

LGPD 第 52 条及 ANPD 第 4 号决议（《处罚计量规范》，2023 年 2 月）构成完整的制裁体系。该规范以“处罚阶梯”为核心设计理念：监管机构原则上从较轻的劝诫性措施入手，根据违规性质、损害规模、是否存在主观故意及事后合规改进情况逐步加重。

处罚类型	法律依据	最高限额／内容	实务说明
警告	§52, I	须在规定期限内采取整改措施	执法初期最为常见
简单罚款	§52, II	营业额的 2%，单次违规上限 5,000 万雷亚尔	基数为巴西上一财年营业额（扣除税款前）
每日罚款	§52, III	累计上限 5,000 万雷亚尔	适用于持续性违规；第 CD-10/2025 号决定已授权对不遵守临时措施者适用每日罚款
违规公示	§ 52, IV	对外公告违规事实	声誉影响通常超过罚款本身
数据封锁	§52, V	封锁相关数据库，最长 6 个月（可续期）	可实质性影响业务运营
暂停处理	§52, X	暂停数据处理活动，最长 6 个月（可续期）	最严重的运营性制裁
禁止数据处理	§ 52, XI	完全禁止相关数据处理活动	极端情形下的最严处罚

11.5.2 ANPD 执法现状与趋势（截至 2025 年）

ANPD 的执法活动呈现出清晰的渐进式特征。2023 年 7 月，ANPD 对 Telekall Infoservice 作出第一笔罚款，金额为 14,400 雷亚尔——尽管金额有限，但该决定具有重要象征意义：ANPD 明确指出，企业规模不构成免于处罚的理由，且两项罚款均按 LGPD 规定的 2% 上限计算（以法定微型企业营业额上限 36 万雷亚尔为基数）。2024 年全年，ANPD 虽启动多项调查，但对私营企业的实质性罚款案例仍属少见。

然而，执法格局正在发生根本性转变。ANPD 于 2025 年通过第 CD-10/2025 号决定，明确授权对违反临时措施的主体适用每日罚款；2025 年 9 月，巴西高等法院（STJ）裁定：信用机构未经同意擅自披露个人数据，无需证明具体损害，即构成可推定的道德损害——这一裁判在 LGPD 行政处罚之外，为数据泄露受害者开辟了独立的民事赔偿救济渠道，构成企业数据风险敞口的重要新增维度。

指标	巴西（LGPD）	欧盟（GDPR）	战略含义
2024 年私营企业罚款总额	0 雷亚尔（巴西全年无一私营企业被罚款）	约 €17.8 亿（仅 2023 年）	执法差距客观存在，但正在快速收窄
制度完备程度（2025 年）	处罚计量规范 ✓ 跨境传输规范 ✓ DPO 规范 ✓ 事件报告规范 ✓	GDPR 全套规范均已就位	基础合规框架已基本完整
STJ 民事赔偿趋势	2025 年确立"可推定的道德损害"原则	数据泄露民事诉讼已成常态	罚款风险之外的诉讼风险日益上升
执法转向信号	第 CD-10/2025 号决定启用每日罚款；电信及金融科技行业已被列为重点监管对象	大型科技企业为主要处罚对象	"教育阶段"即将结束，强制执法窗口正在开启

11.5.3 PIPL 处罚框架

PIPL 第 66 条规定了两级处罚体系。对于尚未纠正的违规行为，可处最高 100 万元人民币的罚款，相关责任人员可被处 1 万至 10 万元人民币罚款。对于情节严重的违规行为（尤其是大规模数据泄露、违反数据本地化要求或阻碍监管），可处最高 5,000 万元人民币或企业上一财年营业额 5% 的罚款——取较高者，相关高管可被处 10 万至 100 万元人民币罚款，并可被禁止担任相关职务。此外，主要监管机构有权责令暂停或终止企业业务运营。

► 双重风险敞口：LGPD + PIPL 的叠加效应

对于在中巴两地均有业务的中资企业而言，同一违规行为——例如不当处理跨境传输的客户数据——可能同时触发两国监管机构的处罚。

在最极端的情形下，这意味着在巴西面临最高 5,000 万雷亚尔的罚款，同时在中国面临相当于年营业额 5% 的罚款，此外还叠加两国司法体系下的民事赔偿责任。

此类双重风险的量化评估应当成为企业在进入巴西市场前开展合规尽调的标准组成部分。

11.6 战略总结：首席执行官决策框架

核心决策问题	关键分析维度	优先建议行动	紧迫程度
我们的数据架构是否触发跨境传输合规义务？	数据在巴西收集后是否传输至中国服务器？数量：年度传输是否超过 10 万人次？数据类型：是否包含敏感信息？	委托数据律师开展全面的数据流图（Data Flow Mapping）；识别每项数据流动在 LGPD 和 PIPL 下的适用机制	极高
我们是否已在两地建立双轨合规框架？	是否已任命 <i>Encarregado</i> （LGPD）？是否已签署 SCCs（如适用两套规则）？是否已建立安全事件双报告流程？	任命具备双语能力的 <i>Encarregado</i> ；在主要合同中嵌入 LGPD SCCs；制定涵盖 ANPD 和 CAC 的双轨事件响应预案	极高
我们的法律依据架构是否同时满足 LGPD 和 PIPL 的要求？	在巴西采用的“正当利益”依据在中国是否存在效力风险？数据主体同意机制是否达到 PIPL 的严格标准？	对每类处理活动建立双重依据矩阵；对于需要同意的场景，采用符合 PIPL 标准的双层授权机制	较高

11.6.1 合规建设路线图（建议分阶段实施）

阶段	主要任务	参考时限	责任方
第一阶段：摸底	数据流图（DFM）；识别需跨境传输的数据类别；评估数量是否超过 PIPL 豁免门槛	第 1—2 个月	法律顾问 + IT／数据工程
第二阶段：架构设计	起草 LGPD SCCs；向 CAC 备案 PIPL 标准合同（如适用）；任命 <i>Encarregado</i>	第 3—4 个月	法律顾问 + HR + 管理层
第三阶段：文件化	更新隐私政策（须覆盖 LGPD 和 PIPL 信息披露要求）；完善员工同意书和客户告知书；开展 RIPD/PIPIA	第 4—6 个月	法律顾问 + 运营团队
第四阶段：运营嵌入	制定安全事件双报告预案；开展内部培训；建立跨境传输记录台账（PIPL 要求保存至少 3 年）	第 6—9 个月	全部部门
持续阶段	持续监测 ANPD 和 CAC 的规范动态；定期重新审查充分性认定进展；年度合规复核	持续	法律 + 合规

◆ 结语：执法差距不等于合规豁免

ANPD 的执法强度与欧盟相比仍然有限，但监管框架已基本完整。2024 年至 2025 年间密集出台的系列规范标志着"教育期"即将结束：SCCs 已强制实施，每日罚款授权已明确，STJ 已确立可推定的道德损害原则，电信和金融科技行业的强化监管已在路上。

对中资企业而言，现在建立合规架构的成本，远低于在执法全面激活后被追究责任的代价。更重要的是：LGPD 和 PIPL 的双重合规要求并不互相排斥——两套框架均以 GDPR 为参照设计，在核心原则上具有高度的结构性一致性。一套设计得当的数据治理架构，完全可以同时满足两地的合规要求。

主要法律依据

LGPD — Lei nº 13.709/2018（巴西个人数据保护法）

Resolução CD/ANPD nº 4/2023 — 处罚计量与制裁规范

Resolução CD/ANPD nº 15/2024 — 安全事件通报规范

Resolução CD/ANPD nº 18/2024 — 数据保护官（Encarregado）规范

Resolução CD/ANPD nº 19/2024 — 跨境数据传输规范（SCCs 及充分性认定）

Emenda Constitucional nº 115/2022 — 将个人数据保护确立为宪法基本权利

PIPL — 中华人民共和国《个人信息保护法》（2021 年 11 月 1 日起施行）

CAC《数据出境安全评估办法》（2022 年）、《个人信息出境标准合同办法》（2023 年）

CAC《促进和规范数据跨境流动规定》（2024 年）

STJ — REsp 2025 年 9 月判决：擅自披露个人数据构成可推定的道德损害

本章内容反映截至 2026 年 2 月的现行法律状态。数据保护规则处于快速演进之中，ANPD、CAC 及最高法院的最新规范和判决可能对具体合规要求产生影响。建议读者就具体数据处理活动咨询同时具备 LGPD 和 PIPL 实务经验的专业律师。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

合规与反腐败

Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) · Programas de Integridade · CGU

巴西《反腐败法》（第 12.846/2013 号法律）确立了法人实体对腐败行为的严格客观责任，无论自然人是否受到追诉，企业均可独立承担行政及民事处罚。这一立法理念对来自腐败执法体系不同的国家的企业投资者具有重大影响：在巴西，完善的合规计划（*Programa de Integridade*）不仅是企业治理的最佳实践，更是减轻行政处罚、获得宽恕协议的法定前提。本章系统梳理企业合规义务、处罚框架、宽恕机制及核心黑名单制度，并以在华中资企业投资者的视角，揭示巴西合规体系与中国反腐败立法框架的主要交叉点。

核心参数

立法基础：Lei 12.846/2013 + Decreto 11.129/2022（现行监管规范）

执法机构：CGU（联邦审计总局）+ AGU（联邦总检察长办公室）

最高行政罚款：营业额的 20%；无法计算时最高 R\$6,000 万

合规计划减免：最高减少 5% 的罚款（计划须早于违法行为存在）

宽恕协议（10 年统计）：27 项协议 · 合计 R\$183 亿约定 · 已支付 R\$88 亿

PAR 数量（10 年统计）：1,154 项行政责任调查程序 · 累计罚款超 R\$2.7 亿

CGU 统一解释（2025 年 9 月）：Portaria CGU nº 145/2024：8 项行政解释声明正式颁布

12.0 导言：客观责任与合规的战略价值

巴西《反腐败法》（Lei 12.846/2013，以下简称“反腐败法”或“LAC”）于 2014 年 1 月起正式施行，是巴西履行《联合国反腐败公约》（UNCAC，2003 年）、《经合组织反行贿公约》（1997 年）及《美洲国家组织反腐败公约》（1996 年）等国际义务的立法成果。该法的核心革新在于：确立了法人实体就腐败行为承担行政及民事责任的“严格客观责任”原则，彻底改变了以往仅追究自然人刑事责任而企业可置身事外的法律传统。

对中资企业而言，这一制度逻辑具有根本性的战略意涵：在巴西，即使没有任何员工或高管被认定存在主观故意，企业仍可能因其代理人、中间商或合作伙伴的行为而被追究行政责任。因此，是否建立了真实有效的合规计划，不再只是企业形象管理的问题，而是直接决定处罚幅度乃至能否获得宽恕协议的法律前提。现行监管规范——2022 年 7 月颁布、并于 2025 年 9 月通过 CGU 行政解释声明进一步细化的《第 11.129/2022 号令》——已将企业合规计划的评估方法论和处罚计量规则体系化，为执法提供了高度可预期的分析框架。

► 与中国反腐败体系的比较参照

中国的反腐败规范体系以《刑法》中的行贿罪、受贿罪为核心，辅以《反不正当竞争法》中的商业贿赂规制，在国有企业层面还须遵守国务院国资委发布的合规管理办法。

主要差异在于：中国体系对自然人的刑事追诉更为突出，而巴西法律体系则以企业本身的行政处罚为主轴，刑事追诉自然人与行政处罚企业是相互独立的两条轨道，二者并行而不冲突。在巴西经营的中资企业，在承受本国合规要求的同时，须额外承担巴西反腐败法框架下的企业责任——这是一套全新的法律义务层。

此外，凡是在美国证券交易所上市或通过美国金融机构从事美元结算的中资企业，还须注意《美国海外反腐败法》（FCPA）的长臂管辖：FCPA 的域外效力覆盖一切与美国存在特定关联的商业贿赂行为，适用于全球范围内的相关经营活动。

12.1 严格客观责任：制度基础与实务含义

反腐败法第 2 条规定，法人实体对其董事、管理人员、雇员、代理人或授权代表人所实施的第 5 条列举的违法行为承担严格客观行政及民事责任。这意味着：企业无须存在主观过错或知晓违法行为，即可承担责任；且即使违法的自然人已受刑事追诉，也不影响对企业的行政处罚。该制度具有三项关键的实务含义：

要素	传统刑事追诉（针对自然人）	行政责任（针对企业）	实务影响
责任基础	主观故意（故意或过失）	严格客观责任，无需证明过错	企业无法以"不知情"为由免责
追诉主体	检察机关或刑事法院	CGU 及其他主管机关	两条轨道相互独立、可同时进行
代理人行为	仅对有直接关联的个人追诉	企业须为代理人行为承担责任	第三方尽职调查具有法定义务意涵
抗辩空间	可通过证明无罪意图抗辩	合规计划减轻处罚，但不构成免责理由	合规计划：减轻处罚而非阻却责任

12.1.1 第 5 条规定的违法行为类型

反腐败法第 5 条以列举方式界定了法人实体须承担责任的"有害行为"，主要包括：向公务员行贿或许诺给予不当好处；以欺诈方式干预公开招投标程序；妨碍政府调查 活动；通过中间人掩盖贿赂的真实受益人；向外国政府官员行贿（本条对在境外从事 业务的企业具有直接适用性）。值得特别指出的是：该法明确将对外国公共行政机构的有害行为纳入适用范围（第 1 条），这意味着中国国有企业在其他国家的腐败行为， 若对巴西公共行政机构产生后果，同样可能在巴西触发法律责任。

▲ 风险焦点：国有企业与政治关联人士（PEPs）

在巴西，向国有企业官员行贿与向纯粹的政府公务员行贿受到同等对待。由于巴西有 大量国有企业活跃于能源、基础设施、金融等行业（如 *Petrobras*、*Eletrobras*、*BNDES*），中资企业在与这些企业开展商业往来时，须将对方 的国有企业性质纳入合规管控的重要考量因素。

《第 11.129/2022 号令》明确要求：在开展和监督涉及政治关联人士（PEPs）、其 家庭成员、亲密合作者及其所控制法人实体的业务往来时，须实施与风险程度相称的 尽职调查。凡有国有企业参与的联合投资、合营企业或供应商关系，此项要求均应适用。

12.2 处罚框架：行政制裁与司法制裁

反腐败法设置了双轨制处罚体系：行政制裁由主管机关在行政责任调查程序（PAR）结束 后作出，司法制裁则由联邦或州检察机关提起民事诉讼，两者相互独立，可同时进行。 以下为两套制裁体系的完整梳理。

12.2.1 行政制裁

制裁类型	法律依据	内容与幅度	实务说明
警告	§6, I	须在规定期限内采取整改措施	轻微违规或初次违规的常见结果
罚款	§6, II	0.1% 至 20% 的上一财年营业额；无法计算时最低 R\$6,000 至最高 R\$6,000 万	实践中中等规模处罚通常介于营业额的 1% 至 10% 之间
违规公示	§6, III	在官方渠道及媒体上对外公告违规事实	声誉影响通常超过罚款本身，对 B2G 业务影响尤为显著
禁止获得公共激励	§19, II	禁止享受补贴、优惠、捐赠及公共贷款	直接影响参与巴西政府基础设施项目的资格
强制解散	§19, III	司法途径强制企业停业	仅适用于情节极为严重的违规

12.2.2 罚款计量公式（《第 11.129/2022 号令》第 22 至 23 条）

罚款计量采用分步骤评估方法：首先确定基准罚款（依据危害性、影响规模及获益程度），随后适用加重因素（最高叠加至营业额的 3%），再适用减轻因素，最终在上述结果基础上扣减合规计划减免额。《第 11.129/2022 号令》第 23 条列明的主要减轻因素如下：

减轻因素	最高减免幅度	前提条件
未能完成违法行为（未遂）	0.5%	须在 PAR 中提供充分证明
主动、自发赔偿损失	1.0%	须在 PAR 启动前已实际赔偿
在 PAR 启动前自认违法事实	1.5%	须主动、提前、明确承认
合作调查（非宽恕协议）	2.0%	须提供实质性协助，不同于正式宽恕协议
具备并切实执行完善的合规计划	5.0%	须能证明计划早于违法行为存在且真实运行

► 关键数据：5% 合规减免的战略价值

《第 11.129/2022 号令》将合规计划的最高减免幅度从 4% 提升至 5%。

以营业额为 R\$5 亿的企业为例，若被处以 8% 的基准罚款（即 R\$4,000 万），经合规减免 5% 后可节省约 R\$200 万——这是评估合规计划建设投入产出比的重要参照。

但须注意关键限制：合规计划必须早于违法行为存在，且系真实运作（而非应景的纸面文件）。CGU 在 PAR 程序中将对合规计划的实质有效性进行独立评估，评估结果对最终处罚幅度具有决定性影响。

12.3 合规计划（Programa de Integridade）：法定要求

反腐败法及《第 11.129/2022 号令》第 41 至 65 条构建了合规计划的规范框架。CGU 于 2024 至 2025 年间发布的行政解释声明（*Portaria CGU nº 145/2024*）进一步统一了评估标准，明确了 PAR 程序中合规计划认定的具体操作规则。

12.3.1 计划必备要素（《第 11.129/2022 号令》第 43 条）

要素	具体内容	中资企业的特殊注意事项
高层承诺	须有可见的证据证明：高层管理人员通过充足资源配置和实际行为支持合规计划	外资企业须证明在巴西本地存在具有真实权限和资源配置的合规负责人
风险评估	须定期开展与企业自身业务和风险状况相称的风险分析，并据此有效配置资源	须将行贿政府及国有企业官员的风险、代理商风险及行业特有风险纳入评估
行为准则与内部规章	须有明确的反腐败政策，须通过培训等方式切实贯彻	须提供葡语版本；多语言版本（含中文）有助于真实传达，但葡语版具有法律约束力
举报渠道	须提供鼓励举报违规的内部机制，并向外部人员（包括供应商）开放	须确保举报人保护；跨境举报须额外考虑 LGPD 数据合规要求
第三方尽职调查	须对中间人、代理商、顾问及代表人等第三方开展与风险相称的尽职调查	须建立正式的 KYC（了解你的合作伙伴）流程，并形成书面记录
监督与持续更新	须定期审查计划有效性并根据新出现的风险及时更新	须向总部报告，同时须满足巴西监管要求
整改与纪律处分	须有对违规行为施以实际后果的明确纪律机制	须与巴西劳动法关于员工权利保护的要求相协调（详见第 9 章）

12.3.2 CGU 评估方法论：计划有效性核查

CGU 发布了专门的合规计划评估指引，并在官方网站提供了罚款计算器，以确保执法的可预期性。在 PAR 程序中，CGU 将对以下核心问题进行独立评估：

- ◆ 计划在违法行为发生前是否已经存在？（仅此一项即可排除 5% 减免资格）
- ◆ 资源配置是否充足？（高层承诺须有可量化的证明）
- ◆ 风险分析是否充分覆盖企业所在行业的特有风险？
- ◆ 培训记录是否完整？（须保存出席记录和考核材料）
- ◆ 面向代理商、供应商等第三方的尽职调查是否有书面记录可查？
- ◆ 举报机制是否真实运作？（须有实际收到和处理举报的记录）
- ◆ 发现违规后是否采取了真实的纪律处分措施？

◆ 2025 年 9 月 CGU 行政解释声明（*Portaria CGU nº 145/2024*）：8 项统一规则

CGU 于 2025 年 9 月 10 日在《企业廉洁日》发布 8 项行政解释声明，进一步明确了以下关键规则：

计量处罚时须适用《第 11.129/2022 号令》（即令违法事实发生于该令生效前）。

仅具备计划的文件形式不足以享受减免资格——须能证明合规计划被切实执行。

第三方须为可核实的商业关系（须备有合同文件和尽职调查记录）。

这些统一解释进一步压缩了事后补救的空间，也凸显了在进入巴西市场伊始即行建立 合规计划的紧迫性。

12.4 行政责任调查程序（PAR）：程序结构

行政责任调查程序（*Processo Administrativo de Responsabilização*，PAR）是反腐败法行政制裁机制的核心程序载体，由涉事机关或 CGU 启动，依照《第 11.129/2022 号令》的程序规则推进。以下为程序各阶段的时序概览：

阶段	主要内容	时限参考	企业的关键行动
1. 调查启动	涉事机关或 CGU 基于举报、内部审计、新闻报道或其他机关移送等来源启动调查	无固定时限	任命辩护律师；实施法律保全措施以保存相关文件
2. 指控通知	PAR 调查组向企业送达书面指控，载明涉嫌违法行为及支撑证据	企业须在 30 日内提交书面辩护意见	准备辩护材料；决定是否启动内部调查；评估宽恕协议的适用可能性
3. 调查与审查	调查组审阅证据；可要求企业提交文件；企业可申请对合规计划进行专项评估	通常历时 6 至 18 个月	配合文件提交要求；如申请合规评估，须提供全套程序文件
4. 调查报告	调查组出具载有建议处罚的最终报告，须包括：对违法事实的定性、量化证据及处罚计量说明	报告完成后的 60 日内	审阅报告；准备陈述意见；如适用，在最终决定作出前提出协商解决
5. 最终决定	主管机关最高负责人作出最终处罚决定；CGU 有权对联邦行政机关管辖范围内的违法行为介入接管	审批后的 30 日内对外发布	依法进行行政或司法救济；履行缴款义务；纳入 CNEP 登记

12.5 宽恕协议（Acordo de Leniência）：合规风险最高价值工具

宽恕协议是反腐败法第 16 条规定的制度性协商机制：企业通过自愿提供违法证据并 承担整改义务，换取大幅降低的处罚和部分制裁豁免。就规模而言，仅 27 项已签署的 宽恕协议即产生了 R\$183 亿的约定金额，这一数字充分说明了该机制的重要实践意义。

要素	反腐败法及第 11.129/2022 号令的规定
主管机关	CGU（联邦政府及对外国公共行政机构的有害行为）；AGU 联合参与（联邦资产的赔偿事宜）
资格要求	须满足下列条件之一：协助识别其他违法参与人；提供迅速证实违法行为的信息和证据
申请时机	可在 PAR 启动前提出申请；理论上 PAR 进行中亦可提出，但越早申请越有利
主要利益	免除违规公示处罚；免除限制参与招投标的处罚；最高减少三分之二的罚款额
保留义务	全额赔偿所造成的损失；上缴全部违法获益；执行并改善合规计划（CGU 监督）
协议效力	可扩展适用于同一企业集团内共同签署的其他成员（§ 16, § 5）
违约后果	3 年内不得再次申请宽恕协议；恢复全额处罚

12.5.1 宽恕协议 vs. 主动自首：决策框架

情形	适用路径	最终处罚	评估建议
违法行为已被外部发现；CGU 已启动调查	PAR 防御性策略 + 强化合规计划减免申请	基准罚款经减轻因素调整后，如有合规计划可再减 5%	立即任命专业律师；保存文件；评估是否存在独立申请宽恕协议的空间
违法行为尚未被发现；公司自我察觉	主动启动内部调查 + 向 CGU 自报 + 申请宽恕协议	申请获批后罚款最高减少三分之二；免于违规公示	内部调查须由独立外部律师主导；需权衡中国国内潜在的披露影响
违法行为尚未发生；识别到高风险业务	强化合规计划；开展第三方尽职调查；完善书面记录	合规计划到位后如发生违规，可享受 5% 减轻	在进入巴西市场前即建立基础合规架构，而非等待违规发生后再补救

12.6 黑名单制度：CNEP、CEIS 与企业资质管理

反腐败法第 22 至 23 条及《招标法》（Lei 14.133/2021）共同构建了两个相互关联的企业黑名单数据库，均由 CGU 管理，对公众开放查询，直接影响企业的政府采购资质。

数据库	登记内容	查询目的	对中资企业的影响
CNEP（全国被处罚企业数据库）	反腐败法下的行政处罚记录；已签署的宽恕协议（及违约情况）	确认潜在合作伙伴是否存在反腐败违规记录	凡有意与政府机构开展业务往来的中资企业，均须查询；自身被登记将影响公开采购资质
CEIS（全国不合格及被暂停企业数据库）	禁止参与招投标的限制记录；合同资质限制	参与政府采购及公共合同前的强制查询	被登记将实际上使企业丧失与政府签约的资格——这对基础设施领域的中资企业影响尤为严重

► 实务建议：合规尽职调查的标准操作流程

在开展收购、合资或签订重大合同前，以下步骤应成为标准合规程序的组成部分：

1. 查询 CNEP 和 CEIS 数据库，确认目标企业及其主要自然人管理者的资质状况。
2. 核查巴西联邦政府透明度门户（*Portal da Transparência*）中的供应商信息。
3. 评估目标方是否曾以任何形式参与 Operation Car Wash（*Lava Jato*）或其他重大调查。
4. 查验现有合规计划文件的完整性，评估其是否满足《第 11.129/2022 号令》的要求。
5. 确认股权架构中是否存在政治关联人士（PEPs）。

上述尽职调查结果须形成书面报告并妥善保存，以备 CGU 日后评估企业合规体系的实质有效性时作为证明材料。

12.7 《美国海外反腐败法》（FCPA）：对中资企业的长臂管辖

凡是在美国上市、通过美国银行或金融机构从事美元结算，或在美国境内存在任何特定关联的中资企业，须特别关注《美国海外反腐败法》（FCPA，1977 年）的域外效力。FCPA 适用于一切在全球范围内向外国政府官员（包括国有企业雇员）提供、许诺或支付利益以换取业务的行为，其与巴西反腐败法的交叉适用对于在两个法域均有经营活动的企业尤为值得重视。

比较维度	巴西反腐败法（LAC）	美国 FCPA	双重合规要点
适用范围	在巴西注册或开展业务的法人实体；对外国政府的行贿行为	美国上市公司及在美国境内具有特定关联的任何主体（包括外国公司）	在巴西经营且与美国市场存在关联的中资企业面临双重合规要求
责任对象	仅为法人实体（行政及民事）	法人实体（民事及刑事）和相关个人	FCPA 的个人刑事追诉责任须纳入企业合规培训
外国官员的定义	包括国有企业官员	包括国有企业官员（执法实践明确确认）	两套体系均将巴西国有企业（如 Petrobras）视为政府实体对待
最高处罚	营业额的 20%；无法计算时最高 R\$6,000 万	企业最高罚款无上限；个人最高 5 年监禁（民事追诉不计入刑事记录）	FCPA 针对自然人的刑事追诉是巴西法律框架下所不具备的额外风险维度

12.8 战略总结：合规投入的决策逻辑

核心问题	评估要点	建议行动	优先级
企业是否已具备有效的合规计划？	计划须早于任何违规存在；须有培训记录、第三方尽职调查文件、内部举报记录	委托独立律师开展合规差距分析；制定补救路线图	极高
我们的中间商和代理商是否经过尽职调查？	第三方代理商是反腐败案件的最高发风险节点；须有完整的 KYC 书面记录	建立并执行第三方风险评级程序；高风险伙伴须要求签署合规承诺函	极高
如果发生调查，我们是否准备好了？	内部调查规程是否到位；法律保全（Legal Hold）能否立即激活；危机应对预案是否存在	制定合规事件响应手册；明确授权外部律师处理 PAR 程序	较高
宽恕协议是否是可行选项？	自我发现的违规行为的潜在规模；现有证据状况；与总部讨论信息披露影响	识别阈值条件；如适用，优先在 CGU 启动调查前提出申请	中等

◆ 结语：严格责任意味着合规不是成本，而是保险

巴西反腐败法的严格客观责任原则将举证负担从检察机关转移至企业：企业无法通过证明“不知情”来免责，只能通过证明“已建立合规机制来防止此类行为”来减轻处罚。

过去十年的执法数据——1,154 项 PAR、27 项宽恕协议、R\$183 亿约定金额——证明了 CGU 的执法意志和执法能力。2025 年 9 月发布的行政解释声明标志着合规评估标准进一步趋向实质化，而非形式化。

对于中资企业而言，在进入巴西市场前即建立符合《第 11.129/2022 号令》要求的合规计划，不仅是防范处罚风险的法律保障，也是在巴西市场获取政府合同、开展国有企业合作及维护企业声誉的核心资质条件。

主要法律依据

Lei nº 12.846/2013 — 反腐败法（行政及民事责任法）

Decreto nº 11.129/2022 — 反腐败法现行监管规范（替代 Decreto 8.420/2015）

Lei nº 14.133/2021 — 新联邦招标法（与 LAC 的制裁体系相互关联）

Portaria CGU nº 145/2024 — 8 项行政解释声明（2025 年 9 月 10 日颁布）

CGU — 合规计划评估指引 · 官方罚款计算器

CNEP — 全国被处罚企业数据库（全文公开）

CEIS — 全国不合格及被暂停企业数据库（全文公开）

FCPA — 美国《海外反腐败法》，1977 年，适用于与美国存在关联的主体

UNCAC — 《联合国反腐败公约》，2003 年（巴西已批准加入）

《经合组织反行贿公约》，1997 年（巴西已批准加入）

本章内容反映截至 2026 年 2 月的现行法律状态，包括 CGU 于 2025 年 9 月颁布的 最新行政解释声明。反腐败法律规范处于持续演进之中，相关执法实践亦在不断更新。具体合规计划设计须结合企业具体业务和风险状况，咨询具备 LAC 实务经验的专业律师。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

争议解决：实务指南

Arbitragem · Litígio · Mediação · Execução · 中资企业投资者视角

本章为《巴西法律手册》第二版第十三章，以中资企业投资者视角系统呈现巴西的争议解决机制：司法体系的真实状况、仲裁的有效边界、主要仲裁机构对比、中巴合同中的仲裁条款实务、外国裁决在巴西的认可程序，以及执行阶段的核心挑战。本章重点指出法律文本与日常实践之间的落差，帮助投资者作出务实的合同安排。

13.0 导言：理想与现实之间的距离

在向中资企业投资者介绍巴西争议解决机制时，有一个现实必须首先说明：巴西拥有相当完善的仲裁法律框架，但法律文本与日常实践之间存在显著落差。这一落差不是法律设计的缺陷，而是巴西司法文化、诉讼传统和资源分配的客观结果。

理解这一落差对制定投资策略至关重要。一份没有执行路径保障的合同，无论设计多么精妙，在实践中都可能失去效力。一项仲裁裁决，如果无法顺利进入强制执行程序，其价值也将大打折扣。本章的目标，正是帮助投资者在理解法律工具理论价值的同时，对其实践局限保持清醒认识，从而作出务实的合同安排和法律风险管理决策。

► 与中国争议解决体系的比较视角

中国商事争议的主要解决路径是：通过中国国际经济贸易仲裁委员会（CIETAC）或中国海事仲裁委员会（CMAC）等仲裁机构仲裁，或通过人民法院诉讼。仲裁与司法的关系相对清晰，且执行效率总体较高。

巴西体系的核心差异在于：司法诉讼与仲裁并非相互替代，而是高度交织。仲裁条款不能阻止当事人向法院申请临时措施；仲裁裁决须通过司法执行程序才能产生强制力；外国仲裁裁决须经 STJ 司法认可程序方可在巴西境内执行。这意味着：即便合同选择了仲裁，也无法完全绕开巴西的司法体系。

13.1 巴西司法体系：真实数据与实务含义

根据CNJ《司法数字》2024年报告（基准年2023年），巴西司法体系的基本状况如下：全国91个法院中有8,380万件案件待审，2023年新立案3,500万件，同比增长9.5%。最高法院院长路易斯·罗伯托·巴罗索明确指出：'世界上没有任何司法体系拥有巴西这样的诉讼量。'这一现实对所有在巴西经营的企业产生直接而深刻的影响。

指标	全国平均	实务解读
待审案件总量	8,380 万件（2023 年末）	每位法官年均审结逾 2,000 件；积压规模无国际先例可循
年新立案量	3,500 万件（2023 年）	近十年持续增长；诉讼文化根深蒂固，企业客户深度参与其中
平均审理时长（全部案件）	4 年 3 个月	含税务执行案件，该类案件占总积压量的 31%，极大拉高均值
平均审理时长（扣除税务执行）	3 年 1 个月	商事纠纷的更接近参考值，但仍需配套策略以缩短周期
积压指数（全国）	70.5%	每 100 件案件中，年内结案不足 30 件
税务执行积压指数	87.8%	税务债权催收为最严重的司法梗阻领域，涉及 R\$5.2 万亿未收税款
电子诉讼平均时长	3 年 5 个月	纸质诉讼高达 12 年 4 个月；电子化是最显著的改善因素
执行阶段积压	4,430 万件执行案件待审	执行阶段才是绝大多数合同纠纷真正的"死亡地带"

13.1.1 地区差异：被忽视的关键变量

全国平均数据掩盖了巨大的地区差异，而地区选择直接影响合同中的管辖条款安排。以 大型法院为例：TJPR（巴拉那州法院）是大型法院中一审审理时长最短的，平均仅 2 年 1 个月，而全国均值为 2 年 10 个月。对于在多个州设有业务的中资企业而言，合同中的管辖地选择具有实质性的时间成本含义，不应被视为纯粹的法律技术问题。

司法管辖区	平均审理时长（一审）	积压指数	对中资企业的参考意义
TJPR（巴拉那州）	2 年 1 个月	62.6%	巴西大型法院中效率最高；合同管辖地的优先备选项之一
全国平均	2 年 10 个月	74.0%（一审）	参照基准；多数州法院表现接近此值
劳动法院（TRTs）	因地区差异显著	TRT-13（帕拉伊巴州）积压指数仅 31.6%，全国最低	劳动争议须专属提交劳动法院，无仲裁选项（参见第 9 章）
联邦法院（TRFs）	因程序类型差异显著	与政府相关事项积压较重	涉及联邦政府机关或监管机构的争议适用此路径

▲ 关键认知：执行阶段才是真正的考验

CNJ 数据最具警示意义的指标是：4,430 万件执行案件待审，占全部积压量的 53.5%。这意味着：大量诉讼在获得胜诉判决之后，反而在执行阶段陷入停滞。

对中资企业而言，这意味着"赢得官司"和"拿回欠款"是两件完全不同的事情。有效的 执行策略——包括事前设定担保机制、及时申请财产保全、识别并避免债务人转移 资产——与诉讼本身同等重要，甚至更为关键。这正是拥有丰富执行实战经验的律师 难以被书面分析或自动化工具所替代的核心价值所在。

13.2 仲裁：有效工具，但有明确边界

巴西《仲裁法》（第 9.307/1996 号法律，2015 年由第 13.129 号法律修订）为仲裁 提供了坚实的法律基础，STJ 的一贯判例也确立了仲裁条款和裁决的法律效力。从这一 意义上说，仲裁在巴西"已经起飞"——但起飞的是一架飞行高度和乘客范围均受到严格 限制的飞机。理解这些限制，对于作出正确的合同安排至关重要。

13.2.1 仲裁的真实优势

优势	实质内容	适用场景
裁决终局性	仲裁裁决具有与法院判决相同的强制执行力（第 9.307/1996 号法律第 31 条）；无上诉，法院仅可在极为有限的程序性事由下撤销裁决	当事方需要结果确定性，且不希望对方利用上诉体系拖延执行的情形
技术性争议	可选择具备工程、会计或特定行业背景的专业人士担任仲裁员	建设合同、股权估值、技术合作协议、特许权使用费计算等争议
保密性	程序和裁决均不对外公开，除非双方另有约定	涉及商业秘密、股东结构或敏感财务信息的争议
灵活性	程序规则、地点、语言和适用法律均可由双方自行约定	涉及多种语言参与方的跨境交易，尤其是中巴双边合同
执行力	巴西仲裁裁决无需"执行令"即可直接进入执行程序	国内仲裁（在巴西作出的裁决）；外国裁决须经 STJ 认可

13.2.2 仲裁的真实局限

局限	实质内容	实务含义
成本门槛	CAM-CCBC 2025 年收费标准：争议标的 R\$400 万以内，仅管理费即达 R\$14.49 万；标的 R\$300 万以内速裁程序：管理费 R\$3.29 万 + 仲裁员费 R\$4.94 万，合计 R\$8.23 万；上述金额不含律师费	争议标的低于 R\$300 万时，仲裁的经济性通常不如诉讼；供应商合同等中小额纠纷不建议采用仲裁条款
地域集中性	巴西仲裁市场高度集中于圣保罗。2023 年全国八大仲裁机构共受理 318 件新案，其中 CAM-CCBC 占 36.8%；争议平均标的 R\$1.143 亿	仲裁本质上是大型企业之间高价值争议的解决工具；中小企业主流争议仍在司法渠道解决
与司法的不可分割性	仲裁不能独立于司法之外运作：紧急保全须向法院申请；拒不配合的第三人须通过法院强制；裁决的强制执行须通过司法执行程序	仲裁条款消除不了对司法律师的需求；律师须同时熟悉仲裁规则和诉讼实务
执行风险	仲裁裁决的执行与法院判决面临完全相同的执行困境：债务人转移资产、破产申请、回转诉讼、执行阶段积压指数 87.8%	仲裁解决"谁有理"的问题；但"钱能不能拿回来"由执行实务决定
劳动争议除外	劳动法院对员工劳动关系争议拥有专属管辖权；不得通过合同将员工劳动争议提交仲裁（第 9.307/1996 号法律第 1 条）	劳动争议须专门处理（详见本指南第 9 章）；绝不能将商事仲裁条款延伸适用于劳动关系
公法限制	涉及政府机构的争议适用特殊规则；尽管新《政府采购法》（第 14.133/2021 号法律）扩大了公共合同适用仲裁的范围，但实践中公法机关仍普遍抵制	基础设施 PPP 项目须特别审查仲裁条款的可执行性；不能想当然地适用私人合同仲裁逻辑

13.3 主要仲裁机构：操作性指引

以下信息基于各机构公开数据整理，供合同谈判时参考。需要说明的是：选择仲裁机构 是一项法律决策，应在了解具体争议性质、标的金额和当事方需求的基础上，结合专业 法律意见作出——而非依据声誉排名或社交场合的口碑来决定。

机构	特点	2023 年数据	适用场景
CAM-CCBC（巴西加拿大仲裁调解中心）	巴西最大、历史最长（1979 年成立）；ISO 9001 认证；涉外案件处理能力强；允许外国当事方和外国仲裁员	138 件新案；在管 448 件；R\$133 亿总标的；21 个月平均时长	跨境交易、涉外合同、高价值商事争议的首选机构
CAMARB（巴西商事仲裁中心）	聚焦公司法和商事合同争议；在贝洛奥里藏特和圣保罗设有办公室	公开数据有限；以中等规模商事争议见长	纯国内商事争议，尤其是股东纠纷和合同解除争议
ICC（国际商会巴西委员会）	国际商会巴黎总部的巴西渠道；适用 ICC 国际仲裁规则；费用为主要仲裁机构中最高	属国际统计，巴西案件在全球数据中占比约 5%	规模大、真正具有多司法区性质的跨境合同；中国母公司有 ICC 经验的情形
FGV 仲裁中心（瓦加斯基金会）	与巴西知名学术机构关联；着重争议解决方法论创新	规模较小；以学术性较强的案件为主	当事方希望将仲裁与研究或政策议题相结合的特定情形

13.4 中巴合同中的仲裁条款：实务要点

在中巴合同中起草仲裁条款，涉及若干技术性选择，每项选择都有实质影响。以下逐项 分析关键决策点：

决策点	选项	实务建议
仲裁机构	CAM-CCBC / ICC / CIETAC（中国国际经济贸易仲裁委员会）	涉及中国当事方：CAM-CCBC（在巴西执行最顺畅）或 ICC（双方均熟悉）；避免仅指定 CIETAC，其裁决在巴西申请认可尚无成熟先例
仲裁地（Seat）	巴西（圣保罗或里约热内卢）／ 第三国	选择巴西为仲裁地意味着适用巴西仲裁法，STJ 仅在极有限情形下可撤销裁决；选择第三国（如瑞士、新加坡）须注意裁决在巴西的认可程序成本
适用法律	巴西法 / 另一国法律 / CISG（联合国国际货物销售合同公约）	巴西是 CISG 成员国（2014 年加入）；对货物买卖合同，可明确选择 CISG 以减少法律体系差异带来的不确定性；服务合同建议明确适用巴西法
语言	葡语 / 英语 / 双语	实务中多数巴西仲裁程序以葡语进行；若当事方中有中国主体，建议约定英语为程序语言，并明确翻译费用的承担规则
仲裁员人数	独任仲裁员 / 三人庭	标的 R\$300 万以下建议独任仲裁员（成本控制）；超过 R\$500 万建议三人庭（以提高裁决的可接受度和程序公正性）
紧急保全条款	是否纳入紧急仲裁员条款	建议纳入；但须同时保留向巴西国家法院申请临时措施的权利，因为紧急仲裁员命令需要司法执行方能产生强制力

13.4.1 外国仲裁裁决在巴西的认可：不可忽视的程序成本

外国仲裁裁决（即在巴西境外作出的裁决）在巴西境内执行，须经 STJ 的正式认可（SEC 程序）。巴西是 1958 年《纽约公约》的缔约国，但认可程序在实践中具有不可忽视的时间和成本代价，投资者须充分知晓。

环节	内容与实务说明
法律依据	1958 年《纽约公约》（联合国外国仲裁裁决承认与执行公约）；巴西已于 2002 年批准加入；通过 STJ 内部规程（RISTJ 第 216-A 至 216-X 条）执行
主管机构	STJ（联邦最高法院）——与中国不同，巴西无对等的地方法院认可程序；必须经过联邦层级的统一审查
审查时限	实践中通常需要 6 至 18 个月，个别复杂案件更长；审查标准为程序合规性，不审查实体内容
常见拒绝认可事由	违反巴西公共政策（ <i>Ordem Pública</i> ）；裁决书未经公证认证；未充分通知巴西当事方；仲裁条款根据巴西法无效；争议事项依巴西法属于不可仲裁事项（如劳动关系、税务、消费者权益）
费用	STJ 手续费 + 葡语公证翻译 + 律师费；总费用通常在 R\$5 万至 15 万之间，视案件复杂程度而定
认可后的执行	认可完成后，须向一审联邦法院申请强制执行——仍面临与国内裁决完全相同的执行层面挑战

◆ 实务结论：仲裁地选择直接影响执行成本

如合同约定在巴西境内仲裁（如圣保罗），则裁决作出后可直接进入巴西司法执行程序，无需 STJ 认可程序，可节省 6 至 18 个月时间和数万雷亚尔费用。

如合同约定在第三国仲裁（如新加坡），则须完成 STJ 认可程序后方可在巴西执行，增加了相当可观的时间和成本。

这一差异不是小细节，而是合同谈判中需要重点评估的实质性问题。在巴西存在重大资产或业务的中资企业，通常应优先考虑以巴西作为仲裁地。

13.5 调解与其他替代性机制：正在成长的工具

2015 年《调解法》（第 13.140/2015 号法律）为商事调解提供了法律框架，并授权 创立私立调解中心。从统计数据看，调解在巴西正处于起步阶段，但增速明显：CAM-CCBC 的调解案件从 2022 年的 5 件增至 2023 年的 16 件，增幅三倍。尽管绝对数量仍然 有限，但其在大型仲裁案件中作为辅助性程序的使用正在增加。

机制	法律依据	实践状态	适用场景建议
商事调解	第 13.140/2015 号法律	成长中；高价值仲裁中日益被作为辅助程序使用；CAM-CCBC 2023 年：16 件，合计标的 R\$3.42 亿	长期供应商关系；股东纠纷中希望保留商业关系的情形；主要合同中作为正式争议解决前的强制前置程序
司法调解（CPC）	第 13.105/2015 号法律（CPC）第 334 条	一审开庭前强制进行调解／听证会；全国成功率约 11.3%	所有普通诉讼自动触发；不可规避但可通过合同前置调解予以补充
争议解决委员会（Dispute Boards）	行业惯例；部分合同规定	主要适用于基础设施大型工程合同；CAM-CCBC 已提供此项服务	建设周期超过两年的大型工程合同；提前识别和解决施工过程中产生的争议
谈判 + 合同前置调解条款	合同约定	最低成本机制；通常与正式仲裁条款结合使用	所有中小额合同的推荐标准配置；在触发正式仲裁之前设置明确的谈判期限（建议 30 至 60 天）

13.6 执行阶段：被忽视的真正战场

无论争议通过仲裁还是司法诉讼解决，最终都必须面对相同的现实：强制执行程序。CNJ 数据清楚地表明，执行阶段是巴西司法体系中积压最严重的环节——4,430 万件执行案件待审，占全部积压量的 53.5%，其中税务执行积压指数高达 87.8%。

对中资企业而言，这意味着一项核心认知的转变：在巴西，“赢得裁判”和“实际收回债权”是两个截然不同的命题，而后者往往更难。

执行风险	典型情形	预防性措施
资产转移与欺诈性处分	债务人在执行程序中转移不动产、股权或银行存款；通过关联方进行虚假交易	在争议出现迹象时立即申请财产保全（ <i>medida cautelar</i> ）；保全须在诉讼提起的同时或之前申请
法人面纱穿透（ <i>desconsideração</i> ）	公司资产不足以清偿时，须向法院申请穿透法人面纱，追索股东个人财产；程序耗时较长	合同谈判阶段即获取主要股东的个人担保或第三方担保；降低仅依赖公司财产的风险
资产定位难题	巴西法律对银行账户信息的保护使债务人资产定位困难；BACENJUD 系统（司法系统与央行联网冻结）是最有效工具	必须委托当地律师使用电子系统（BACENJUD、RENAJUD 等）；这是实战经验不可替代技术文件的典型场景
破产保护（ <i>recuperação judicial</i> ）	债务人申请司法重整（相当于中国的破产重整）会中止绝大多数执行程序；债权可能被折减或延期支付	签约前核查债务人财务健康状况；在合同中设置加速到期条款；对重大合同要求提供担保
公共债权优先受偿	税务债权和劳动债权在清算时优先于商事债权；债务人背负税务负债或欠薪，可能导致商事债权人完全无法受偿	签约前通过 CNDT（劳动债务证明）和 PGFN 数据库核查债务人状况；这是必不可少的签约前尽职调查步骤

▲ 核心实务原则：执行策略须在合同谈判阶段即开始布局

在争议已经发生之后再考虑执行策略，往往为时已晚。债务人在这一阶段通常已启动 资产保护安排。

有效的执行预防体系应当在合同签署阶段即同步建立，包括：担保条款设计、资产 状况核查、加速到期条款、跨担保安排，以及在争议出现最初迹象时立即启动保全 程序的授权机制。

这些工作，依赖的是对巴西执行实务有深厚积累的本地律师，而非能够出现在任何 排行榜上的精美简介。

13.7 按合同类型划分的争议解决策略

以下为针对中资企业常见合同类型的争议解决机制配置建议，旨在提供务实的参考框架， 而非放之四海而皆准的模板。每份合同均须结合具体情况，在专业法律意见的支持下 独立评估。

合同类型	推荐主要机制	辅助机制	关键条款	主要风险提示
股权投资/JV 协议	仲裁（CAM-CCBC 或 ICC）；仲裁地圣保罗；适用巴西法	强制谈判前置期（60 天）；调解选项	死锁解决机制；强卖权/强买权；股权估值方式	股东纠纷中保全措施申请须同步；估值争议宜在合同中预设估值方法论
大型建设/工程合同	仲裁（CAM-CCBC）+ 争议解决委员会（Dispute Board）	技术专家意见；第三方审计	工程变更令程序；延期责任限额；竣工标准	政府项目须另行审查仲裁条款可执行性；争议解决委员会须在合同签署时即设立
中等规模供应商合同（R\$50 万至 500 万）	司法诉讼（合同管辖地须慎选）	强制调解前置（30 天）	违约金条款；支付条件；验收标准	仲裁在此价值区间通常不具有经济性；应重点设计担保机制
技术许可/知识产权	仲裁（仲裁地圣保罗）+ INPI 行政程序并行	IP 专家仲裁员	许可范围；不竞争条款；违约救济路径	须区分须向 INPI 登记的行政事项与可提交仲裁的合同争议
劳动合同/用工安排	劳动法院（专属管辖）	入职前 CTPS（劳动手册）核查	适用巴西 CLT；外籍员工须核查签证类别	无仲裁选项（参见第 9 章）；合规性缺陷会在争议出现时产生重大后果
政府采购/PPP 合同	第 14.133/2021 号法律框架下的仲裁（需逐案核查）	行政复议；可能的司法审查	须精确界定仲裁条款适用范围；政策变化风险	政府实体在实践中仍有回避仲裁的倾向；须在合同草拟阶段强化执行路径设计

13.8 中资企业的实务策略总结

核心建议	操作要点	优先级
合同中的管辖地选择须认真对待	巴拉那州（TJPR）等效率较高的法院可节省 1 至 2 年时间；仲裁地选择影响外国裁决在巴西的执行成本；这些都是实质性经济决策，而非法律技术细节	极高
高价值合同优先考虑仲裁	争议标的超过 R\$200 万至 300 万的合同，CAM-CCBC 仲裁在成本效益上开始具有优势；应配套设置担保机制和保全申请授权，以保障执行阶段的有效性	极高
执行策略须在合同阶段布局	签约前核查 CNDT（劳动债务）、PGFN（税务债务）和 CNEP（反腐败黑名单）；谈判担保条款；明确触发保全申请的条件和授权	极高
保留有实战经验的本地律师	不应仅根据排行榜或营销材料选择律师；应核查律师在目标城市的实际出庭记录和执行案件处理经验；在巴西，司法经验无法被学术声誉所替代	较高
在合同中设置多层次争议解决机制	谈判（30 至 60 天）→ 调解（选择性）→ 仲裁／诉讼；为保全措施保留单独的司法申请权；对中等金额合同不要机械照搬高价值合同的仲裁条款	较高

◆ 结语：解决争议的能力，是衡量法律服务质量的终极标准

合同中精妙设计的争议解决条款，只是第一步。在巴西，决定投资者能否有效保护权益的，是律师在真实程序中的实战能力——在执行庭争取对债务人资产的及时冻结，在仲裁中准确把握程序节奏，在破产重整中为债权人争取最优清偿顺位。

CNJ 的数据已经说明了问题：每年 3,500 万件新案、8,380 万件积压、53.5% 的案件在执行阶段停滞。在这样的体系中，拥有三十年真实诉讼经验的律师，其价值是任何商业排行榜都无法量化的。

投资者应当寻找的，是了解这一体系全部局限、并知道如何在其中为客户赢得实质结果的律师——而不是仅仅知道如何出现在排行榜上的律师。

主要法律依据

Lei nº 9.307/1996 — 巴西仲裁法（经 *Lei 13.129/2015* 修订）
Lei nº 13.140/2015 — 调解法
Lei nº 13.105/2015 — 民事诉讼法典（CPC）
Lei nº 14.133/2021 — 新政府采购法（含公共合同仲裁条款）
Decreto nº 4.311/2002 — 批准加入《纽约公约》（1958 年）
RISTJ 第 216-A 至 216-X 条 — STJ 外国裁决认可程序规则
Decreto Legislativo nº 538/2012 — 批准 CISG（联合国国际货物销售合同公约）
CNJ《司法数字》2024 年报告（基准年 2023 年）— 全书司法统计数据来源
CAM-CCBC《数据与事实》2023 年报告 — 仲裁市场统计数据来源
Selma Ferreira Lemes，《仲裁数字》2024 年研究报告 — 八大机构综合统计数据来源

本章内容反映截至 2026 年 2 月的现行法律状态和最新统计数据。司法和仲裁实务处于持续演进之中，建议读者就具体争议解决策略咨询具备巴西诉讼及仲裁实战经验的专业 律师。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

环境许可制度

Licenciamento Ambiental · SISNAMA · LP/LI/LO · EIA/RIMA · IBAMA

本章为《巴西法律手册》第二版第十四章，系统介绍巴西环境许可制度的法律框架与实务运作。重点呈现：SISNAMA 三层联邦制许可体系、三阶许可（LP→LI→LO）的递进结构、EIA/RIMA 的核心地位、法定时限与实际时限的差距、条件许可（*Condicionantes*）的持续合规义务，以及中资企业在环境许可程序中面临的高频风险。

14.0 导言：法律文本与实践现实之间的落差

巴西环境许可制度建立于 1981 年《国家环境政策法》（第 6.938/1981 号法律）之上，历经 1997 年 CONAMA 第 237 号决议的程序规范、2011 年《补充法》第 140 号的权限分配改革和 2015 年第 8.437 号法令对联邦管辖范围的明确界定，形成了一套相对完整的制度框架。这套框架在理论上清晰：项目在建设之前须证明其环境可行性（LP），在开工之前须证明其技术方案合规（LI），在投产之前须证明其运营条件达标（LO）。

然而，实践中的现实是：法定时限在绝大多数案例中不被遵守；联邦、州、市三级机构之间的权限边界在具体项目中仍存在争议；EIA/RIMA 的编制和审查往往耗时数年而非数月；许可证一旦发出，附带的数十乃至数百项环境条件构成贯穿项目生命周期的持续性义务，违反这些义务的后果可能包括停工令和刑事追诉。

对中资企业而言，这意味着环境许可不是一次性的行政程序，而是一个需要从项目选址、可行性研究阶段即开始法律规划的持续性过程。

► 与中国环评制度的比较视角

中国的环境影响评价制度（《环境影响评价法》2002 年）以单一程序为核心，由生态环境部门负责审批。根据项目类型，分为编制报告书、报告表或登记表三类，审批时限相对明确且总体可预期。

巴西制度的主要差异在于：(1) 三层政府主体各自独立行使许可权，一个项目须确定唯一的许可机构，而这一判断本身有时即存在争议；(2) 许可分三阶段发出（LP→LI→LO），每阶均可触发补充研究要求；(3) 公众参与（听证会）具有实质性法律效力，可延长审查时限；(4) 许可后的条件履行监管持续整个项目运营期。

14.1 SISNAMA：三层联邦制许可体系

巴西国家环境体系（SISNAMA）由联邦、州和市三级环境机构共同构成。《补充法》第 140/2011 号确立的核心原则是：每个项目由且仅由一个层级的机构负责许可，不存在双重许可。确定许可机构是项目前期工作的第一项关键法律任务，直接影响审查标准、流程时长和机构能力。

层级	主要机构	管辖范围	实践特点
联邦	IBAMA（巴西环境与可再生资源研究所）	跨州影响项目；毗邻或涉及印第安人土地；海洋石油天然气；核电；国家保护区内项目（ICMBio 协调）	审查最严格、最慢；但也最稳定可预期；SisG-LAF 系统（2019 年上线）实现全程电子化
州	各州环境机构（FEPAM/RS、CETESB/SP、FEAM/MG 等）	跨市影响但不涉及联邦权限的项目；具有较大区域影响的工业项目；《补充法》第 140/2011 号第 8 条确定为兜底权限	能力参差不齐；部分州机构资源充足、程序规范；偏远地区州机构人员匮乏，延误更为普遍
市	市环境局（ <i>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</i> ）	仅有地方性影响的项目；市政府设立的保护区内的项目	多数中小城市无法独立承担技术审查；实践中许多项目须上升至州级

▲ 权限判断：项目启动前必须完成的第一步

许可机构判断错误会导致整个许可程序推倒重来。《补充法》第 140/2011 号第 14 条 明确：在错误机构处取得的许可对于正确机构没有约束力。

第 8.437/2015 号法令详细列明了联邦（IBAMA）管辖的活动类型，但其与各州名单 之间仍存在解释空间。在明显无把握时，应通过正式咨询（*Consulta Prévia*）向相关机构确认，而非依赖文件阅读的推断。

对于跨越州界或靠近印第安人土地、保护区的项目，联邦管辖权的触发标准须经专业 环境律师评估。

14.2 三阶许可：LP → LI → LO

标准许可程序分三个阶段递进，每一阶段对应项目生命周期的特定节点。三阶段在法律 上相互衔接：后一阶段的申请须以前一阶段许可证的有效性为前提。在实践中，每一 阶段的审查都可能触发补充研究要求，从而显著延长整体 时限。

许可阶段	法律定义	法定时限 (CONAMA 237/97)	典型实际 时限	关键内容
LP 预先许可 (Licença Prévia)	确认项目在选址和设计 上的环境可行性，并规 定后续阶段须满足的基 本条件	6 个月（无 EIA）／ 12 个月（含 EIA/ RIMA)	1 至 3 年 （含 EIA 项目）	确定替代方案；范围界 定；公众参与；LP 本 身不授权任何土方作业 或施工
LI 安装许可 (Licença de Instalação)	授权建设和安装，须满 足 LP 中确定的全部条 件	6 个月（无 EIA）／ 12 个月（含 EIA/ RIMA)	6 个月至 2 年	技术方案详细审查；条 件许可清单形成；LI 是 融资决策的关键节点
LO 运营许可 (Licença de Operação)	授权项目运营，须满足 LI 中规定的全部条件； 须在运营开始前至少 120 天提出申请	6 个月（无 EIA）／ 12 个月（含 EIA/ RIMA)	3 个月至 1 年	现场核查和环境监测报 告提交；LO 通常附带 最多的条件许可，构成 持续性合规义务

除上述三种标准许可外，还存在若干特殊许可类型：

特殊许可类型	适用场景	实务说明
LPS（地震勘探许可）	海洋和过渡区地震数据采集，仅适用于石油天然气领域	临时性授权；须向 IBAMA/DILIC 申请
ASV（植被清除授权）	许可项目施工安装阶段的原生植被清除	通常在 LI 之后单独申请；违规清除是最常见的环境违规类型
Abio（动物群落管理授权）	授权施工阶段的动物捕捉、转移或救助活动	大型基础设施项目（公路、水电）的常见附属许可
整改许可（LAC）	针对未经许可即开始运营的项目的事后合规程序	直接进入 LO 阶段；无法消除已发生违规行为的行政责任

14.3 EIA/RIMA：决定许可节奏的核心文件

环境影响研究报告（EIA）及其摘要版（RIMA）是具有重大影响项目获取预先许可（LP）的前置条件，由 CONAMA 第 237/1997 号决议第 3 条和第 1/1986 号决议规定。EIA/RIMA 是整个许可程序中耗时最长的环节，往往决定了 LP 审批时限，进而影响整个项目的融资时间表。

环节	内容	时间影响
范围界定（Escopo）	IBAMA 发出参考条款（ <i>Termo de Referência</i> ），规定 EIA 须研究的内容；法定时限：60 天	实践中常超过 60 天；参考条款的质量直接影响 EIA 编制方向
EIA 编制	由具有资质的环境咨询公司负责编制；内容包括：替代方案比较、影响识别、缓解措施、监测方案、社会经济影响评估	中型项目：12 至 18 个月；大型项目（公路、水电）：2 至 4 年；费用通常在 R\$100 万至 R\$500 万以上
提交与初步审查	IBAMA 审查 EIA 是否符合参考条款要求；如不符合，退回要求补充——计时器暂停	补充要求可能导致额外 6 至 18 个月
公众听证会（ <i>Audiência Pública</i> ）	任何人可在 EIA 公示期内申请举行听证会；申请提出后听证会须举行；听证会意见须在决策中得到回应	从申请到举行：45 天以上；争议较大项目可能经历多场听证会，成为重要的延误因素
技术分析与决策	IBAMA 综合 EIA 内容、各相关机构意见、听证会结果作出许可决定	技术分析阶段法定 12 个月；实践中通常更长

◆ 实务数据：EIA 项目的真实时间表

根据 IBAMA 2023—2024 年数据，联邦层级许可耗时最长的项目类型包括：

水电站（含水库）：LP 阶段通常需要 3 至 5 年，部分争议项目 更长。**公路（BR 系列公路）**：穿越印第安人土地或生物多样性高度敏感区段的项目，LP 阶段平均需要 4 至 6 年。

输电线路：基础设施相对较简单的类型，但涉及多个州和敏感区域时，LP 阶段仍需 1 至 3 年。

对中资企业的直接含义：项目可行性研究阶段必须同步启动环境许可 策略评估。假设"先获得商业批准再启动环境许可"，往往意味着把最关键的风险推后 到最不方便处理的时间点。

14.4 法定时限与实际时限：真实数据对照

CONAMA 第 237/1997 号决议第 14 条规定了明确的许可审查时限：无 EIA/RIMA 的项目 每阶许可最长 6 个月，含 EIA/RIMA 的项目每阶许可最长 12 个月。《补充法》第 140/2011 号确认了这些时限的法律效力，同时明确：时限 届满不产生默示批准——未按时作出决定的机构可能面临上级机构介入，但许可绝不会因沉默而自动生效。

许可类型／项目规模	法定最长时限	典型实际时 限	主要延误原因
LP — 无 EIA/RIMA (低影响项目)	6 个月（自提 交之日）	6 至 18 个月	补充材料要求；机构积压；技术人员不足（尤其州级和 市级）
LP — 含 EIA/RIMA (重大影响项目)	12 个月（自 提交之日）	2 至 6 年	参考条款超时；EIA 编制；听证会；ICMBio 等相关机 构会签；政治敏感性（印第安人土地、保护区）
LI — 含 EIA 背景项 目	12 个月	6 个月至 2 年	LP 条件验证；补充研究要求；资金到位节点与许可节 点错位
LO — 含 EIA 背景项 目	12 个月	3 个月至 1 年	现场核查安排；监测数据要求；条件许可清单完成情况
许可证续期（LO 更 新）	须提前 120 天 申请	提前申请后 3 至 12 个月	续期申请时机不当（未提前申请）是最常见的合规失误 之一

► 时限届满不产生默示批准——这与中国制度的重要差异

在中国环评制度下，审批机关有明确的法定时限，且在部分情形下存在"视为批准"的 法律机制。

在巴西，《补充法》第 140/2011 号明确规定：许可机关超过时限不作决定，不构成 默示批准，也不授权项目推进任何建设或运营活动。时限届满的唯一法律后果是： 有权许可机关可能面临上级机构的监督性介入（*atuação supletiva*），但这种 介入在实践中极为罕见。

实务结论：在许可批准之前，任何"时限应该到了"的推断都不能作为 项目开工的依据。

14.5 条件许可（Condicionantes）：许可之后的持续义务

环境许可证不是一纸许可令，而是一份包含大量附带条件的行政决定。这些条件被称为 "*Condicionantes*"（条件 许可），规定了项目须在建设、安装或运营阶段持续 履行的环境义务，包括监测要求、报告义务、缓解措施、补偿 项目、限制区域等。

大型基础设施项目（公路、水电、采矿）的许可证可能包含数十乃至逾百项条件许可。每一项都是具有独立法律效力的行政命令；违反任何一项均可导致许可暂停乃至撤销，并触发行政处罚和刑事责任。

条件许可类型	典型要求	违反后果
监测类	定期向许可机关提交地下水质量、空气质量、噪声水平、生物多样性监测报告；周期通常为季度或半年	未提交报告：行政警告 → 罚款 → 许可暂停
缓解类	在施工区域之外实施生态恢复工程；植树造林；野生动物廊道建设；受影响社区安置补偿	未履行：停工令；恢复措施强制执行
补偿类	向国家保护区补偿基金缴纳资金；向特定地理区域内的保护区提供资金支持	缴纳义务具有金融强制力；未缴可作为许可续期拒绝事由
程序类	在施工开始前向 IBAMA 提交具体施工方案；任何工程变更须经 IBAMA 重新审查和批准	未经批准擅自变更工程方案：情节严重时构成环境犯罪
社会类	与受影响社区（尤其是印第安社区和传统社区）进行持续沟通；实施社会经济发展补偿项目	社会许可（ <i>licença social</i> ）缺失会成为诉讼攻击的切入口

▲ 条件许可的合规管理是项目运营的核心法律任务

在中国运营经验中，环境审批通常被视为一次性行政手续；一旦获批，合规重心转向 日常排放标准。

在巴西，环境许可是持续性行政关系的开始。许可证规定的条件在法律效力上等同于 行政命令，且通常设定了具体的履行时间表。对每项条件的跟踪管理须形成制度化 机制，包括：合规日历、报告提交记录、与许可机关的沟通档案。

在收购尽职调查中，目标公司的条件许可合规状态是最重要的环境尽调项目之一—— 未发现的合规缺口可能构成收购后即期成本。

14.6 LAF：联邦环境许可的实践操作

由 IBAMA 负责的联邦环境许可（LAF）适用于最复杂、影响最大的项目类型。根据 IBAMA 2025 年 1 月发布的数据，2023—2024 年联邦许可体系共发出 1,044 份许可和授权文件（2023 年 498 份，2024 年 548 份，同比增长 10%）。

行业	2023—2024 年发出许可／授权数量	主要受益企业（举例）	对中资企业的参考意义
石油和天然气	295 份	Petrobras（184 份）	中国石油公司在巴西的上游业务须经 IBAMA/DILIC 许可， <i>Margem Equatorial</i> 等敏感区块审查周期长
公路设施	188 份	DNIT（87 份）	参与道路建设 EPC 项目的中国承包商需了解 LI/LO 许可对施工分段开工条件的约束
水电站	155 份	多个运营商	水电项目是许可程序最复杂的类型之一；参股或收购水电资产须特别核查 LP/LI/LO 和条件履行状态
输电系统	144 份	多个特许权持有人	2024 年许可线路近 2 万公里；电网扩张是中资企业参与最活跃的领域之一
采矿	76 份	Vale（41 份）	矿业许可须与 ANM（国家矿业局）矿权许可并行推进，许可之间的协调是重要的前期规划事项

14.6.1 SisG-LAF：联邦许可的电子化门户

SisG-LAF（联邦环境许可管理系统）于 2019 年由 IBAMA 启动，实现了 LP、LI、LO 申请的全程电子化，包括参考条款发出、文件提交、各相关机构意见的系统内流转，以及许可证的数字签名和发出。该系统通过 gov.br 门户网站访问，与 SEI!（电子信息 系统）集成运行。

SisG-LAF 功能	实务说明
FCA（环境特征表）提交	项目进入许可程序的第一步；IBAMA 据此判断是否属于联邦管辖、适用何种许可程序；FCA 填写质量直接影响后续流程效率
参考条款（TR）获取	法定时限 60 天；系统内自动流转；参考条款是 EIA 编制的技术指引，须认真研读并在 EIA 编制合同中明确响应要求
EIA／文件提交与合规性审查	IBAMA 在系统内审查 EIA 是否符合参考条款；不符合将被退回——这一环节是最常见的程序性延误节点
各机构会签管理	涉及 ICMBio、FUNAI（原住民基金会）、SPU 等相关机构的意见通过系统流转；各机构有独立时限；任一机构逾期未回复即构成潜在延误
许可证发出与条件管理	许可证包含数字签名和唯一编号；条件许可清单在系统内记录；可通过系统跟踪条件履行进度

14.7 关键风险：中资企业在许可程序中的高频问题

风险类型	典型情形	预防措施
权限判断错误	向州机构申请了属于 IBAMA 管辖的项目；或反之——耗费数年后须重新启动程序	在可行性研究阶段委托环境律师出具正式法律意见；必要时向 IBAMA 提交 FCA 预先确认；不依赖合作方的非正式判断
EIA 编制质量不足	EIA 提交后被退回要求大量补充；关键影响识别遗漏导致公众听证会成为阻击工具	EIA 编制合同须明确规定须响应参考条款的全部要求；建议聘用在 IBAMA 有成功案例记录的咨询公司
条件许可跟踪缺失	建设完成、申请 LO 时发现若干 LI 条件从未履行；无法获得 LO，项目无法投产	从 LI 发出之日起建立条件许可合规管理台账；每季度审核条件履行状态；将关键条件纳入 EPC 合同义务
公众参与应对不足	项目对受影响社区（尤其原住民社区）的沟通不够，导致听证会演变为政治事件，引发 NGO 介入和诉讼	在 EIA 编制阶段即启动主动的社区沟通机制；聘用具有社会沟通经验的专业团队；社会许可（ <i>social license</i> ）与法律许可同等重要
许可证续期延误	LO 到期前未提前 120 天申请续期，导致法律意义上的无证运营期，面临行政处罚	将所有许可证的有效期录入内部合规系统；提前 12 个月启动续期准备工作而非仅满足 120 天法定前置期
M&A 中的未披露环境负债	收购目标资产时未尽职核查条件许可合规状态，接手后发现已触发巨额恢复义务或停工令	环境尽调须包含：三阶许可证核查、条件许可清单、历史违规记录（SISNAMA 数据库）、在建诉讼和行政处罚

14.8 中资企业的实务策略总结

核心建议	具体行动	优先级
环境许可规划须与项目可行性同步启动	在商业立项的同时委托环境律师进行权限判断和时间表评估；将 LP 时间（含 EIA）纳入项目融资条件和总工期计划；不得假设“环境许可只是手续”	极高
正式确认许可机构，不依赖推断	通过 FCA 预先申请确认 IBAMA 管辖；或向州机构提交正式咨询；取得书面回复后存档	极高
从 LI 发出之日起建立条件许可管理机制	为每项条件建立履行台账，记录截止日期和责任人；将关键条件写入 EPC 合同或运营合同的义务条款；每季度内部审计	极高
EIA 委托须与许可目标挂钩	合同中明确规定：EIA 须响应参考条款全部要求；如 IBAMA 退回要求补充，费用和责任由咨询公司承担；选择有 IBAMA 同类项目成功案例的公司	较高
收购尽调须包含完整的环境许可核查	核查事项：许可证有效性、条件许可清单及履行状态、历史违规和行政处罚、在建环境诉讼、土地使用权与自然保护区的位置关系	较高

◆ 结语：环境许可是巴西最系统性的项目风险之一

在巴西三十年的项目实践中，一个反复出现的模式是：最昂贵的环境合规失误，往往不是发生在审批过程中，而是发生在许可获批之后——当条件许可义务被当作形式性文件对待，当续期申请被拖到最后一刻，当工程变更被默默推进而未回头确认许可条件是否允许。

对中资企业而言，这意味着环境合规需要本地团队的持续介入，而不是在申请许可时雇用、在许可获批后解散。

一个能够同时处理许可程序和合规管理、同时理解联邦和州级机构实践差异的本地法律团队，是在巴西开展重资产投资不可替代的配置。

主要法律依据

Lei nº 6.938/1981 — 国家环境政策法（PNMA）

Lei nº 9.605/1998 — 环境犯罪法（环境违规的刑事和行政责任）

Resolução CONAMA nº 237/1997 — 许可程序规则、时限和权限分配

Resolução CONAMA nº 1/1986 — EIA/RIMA 适用范围

Lei Complementar nº 140/2011 — 三级政府权限划分（许可、执法）

Decreto nº 8.437/2015 — 联邦（IBAMA）管辖活动清单

Instrução Normativa IBAMA nº 26/2019 — SisG-LAF（电子许可系统）规则

Portaria Interministerial nº 812 — 联邦许可收费标准

IBAMA, 《联邦环境许可 2023—2024 年报告》（2025 年 1 月）— 统计数据来源

Lei nº 14.026/2020（新水务框架）— 供水／污水设施相关项目的特殊许可规则

本章内容反映截至 2026 年 2 月的现行法律状态和最新统计数据。环境许可法律和实务处于持续演进之中，建议读者就具体项目环境许可策略咨询具备 IBAMA 和州级许可实务经验的专业律师。

Este capítulo tem caráter exclusivamente informativo e não constitui parecer jurídico. A Barbieri Advogados não se responsabiliza por decisões tomadas com base exclusiva neste material.

Nossas Sedes

我们的办公室

Trinta anos de atuação. Seis unidades em três países. Uma rede integrada de prática forense e assessoria empresarial.

三十年实践积累 · 三国六处办公室 · 综合化诉讼与商事法律服务网络

Porto Alegre

Praça da Alfândega, n. 12
12º e 13º andares · Centro
Histórico
CEP 90010-150 · Porto Alegre, RS,
Brasil
+55 (51) 3224-0169

São Paulo

Rua Alvarenga, n. 515 · Butantã
CEP 05509-003 · São Paulo, SP,
Brasil
+55 (11) 5026-5231

Santa Maria

Alameda Antofagasta, n. 77
Bairro Nossa Senhora das Dores
CEP 97050-660 · Santa Maria, RS,
Brasil
+55 (55) 3225-0267

Curitiba

Avenida Cândido de Abreu, n. 470
14º andar · Conjunto 1407 · Centro
Cívico
CEP 80530-000 · Curitiba, PR,
Brasil
+55 (41) 2391-2625

Florianópolis

Avenida Rio Branco, n. 404
Torre 2 · Sala 1203 · Centro
CEP 88015-200 · Florianópolis, SC,
Brasil
+55 (48) 3380-9830

Stuttgart

Industriestr. n. 4
70565 · Stuttgart · Alemanha
+49 157 3317-9483

Sobre esta obra

Legal Guide — Manual de Direito Brasileiro, em sua segunda edição, é o resultado de três décadas de prática forense conduzida no Brasil pelos sócios da Barbieri Advogados e da inserção continuada da banca no diálogo jurídico sino-brasileiro.

A obra cobre, em quatorze capítulos, os principais institutos do direito brasileiro com impacto direto sobre o investimento estrangeiro de origem chinesa: estruturas societárias, sistema tributário, tributação internacional, propriedade intelectual, direito do trabalho, comércio exterior, proteção de dados, compliance anticorrupção, resolução de disputas e licenciamento ambiental, entre outros.

Cada capítulo é construído na perspectiva do operador prático: como a lei é interpretada pelos tribunais brasileiros, como as autoridades administrativas atuam, e quais são os prazos, custos e riscos efetivamente enfrentados por uma operação empresarial chinesa no Brasil.

关于本书

《巴西法律手册》第二版，是 Barbieri 律师事务所合伙人三十年巴西司法实践积累的成果，亦是事务所长期参与中巴法律对话的结晶。

全书十四章涵盖对中国投资者具有直接影响的巴西法律主要制度：公司结构、税收制度、国际税务、知识产权、劳动法、对外贸易、数据保护、反腐败合规、争议解决及环境许可等。

每一章均以实务运作者的视角撰写：巴西法律如何被法院解释，行政机关如何运作，以及在巴运营的中国企业实际面临的时限、成本与风险。

BARBIERI ADVOGADOS

Sociedade de Advogados · OAB/RS 0516 · Est. 1995

Porto Alegre · São Paulo · Santa Maria ·
Curitiba · Florianópolis · Stuttgart

www.barbieriadvogados.com